



# EUROJUST

Relatório Anual 2016



Criminal justice across borders

© Eurojust, 2017

Esta publicação abrange o período de 1 de janeiro 2016 a 31 de dezembro de 2016

Catalogue number: QP-AA-17-001-PT-N

ISBN: 978-92-9490-122-4

ISSN: 2443-6615

DOI: 10.2812/79264

*Para pedidos de informações:*

Telephone: + 31 70 412 5000

E-mail: [info@eurojust.europa.eu](mailto:info@eurojust.europa.eu)

Sítio Web: [www.eurojust.europa.eu](http://www.eurojust.europa.eu)



## Relatório Anual 2016

O Relatório anual da Eurojust para 2016 foi traduzido para a língua portuguesa a partir do original em inglês. Esta tradução não é da responsabilidade do Gabinete de Portugal na Eurojust, nem foi por este revista. Em caso de ambiguidade ou obscuridade, sugere-se a comparação com o original em inglês.

# Índice



12



26



40

Preâmbulo.....	7
Síntese.....	9

## 1. O trabalho da Eurojust

1.1 Reuniões de nível II da Eurojust .....	14
1.2 Reuniões de coordenação da Eurojust ...	15
1.3 Centros de coordenação da Eurojust.....	17
1.4 Eurojust e equipas de investigação conjuntas .....	18
1.5 Gestão de informações da Eurojust .....	22
2016 Calendário.....	24

## 2. Os casos da Eurojust

2.1 Introdução.....	27
2.1.1 Terrorismo .....	28
2.1.2 Cibercrime.....	30
2.1.3 Introdução clandestina de migrantes.....	32
2.1.4 Tráfico de seres humanos .....	33
2.1.5 Fraude.....	34
2.1.6 Corrupção.....	35
2.1.7 Tráfico de estupefacientes.....	35
2.1.8 Crime organizado contra a propriedade perpetrado por GCOI.....	36
2.1.9 Crimes de interesses financeiros.....	36

2.2 Casos da Eurojust em organizações criminosas de tipo máfia.....	36
--	----

Operação Avalanche: um olhar mais detalhado .....	38
--	----

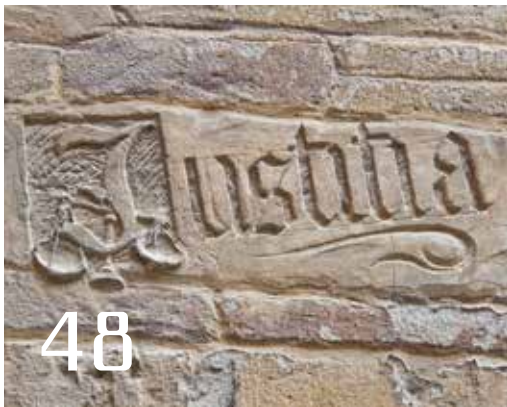
## 3. Os parceiros da Eurojust

3.1 Cooperação com a Europol.....	41
3.2 Cooperação com a OLAF .....	41
3.3 Relações da Eurojust com Estados terceiros e organizações.....	42
Acordos de cooperação.....	42
Casos da Eurojust envolvendo Estados terceiros .....	42
Magistrados de Ligação na Eurojust.....	42
Pontos de Contacto da Eurojust em Estados terceiros .....	43
Cooperação com a ICC.....	45

## 4. Desafios e boas práticas

4.1 Interceção de telecomunicações.....	49
4.2 Desafios em casos de fraude fiscal.....	49
4.3 Mandado de Detenção Europeu .....	50
O foco do ano: Conflitos de jurisdição.....	54





48



54



64

## 5. Administração

5.1	Apoio ao trabalho operacional e estratégico .....	61
5.2	Reorganização da Administração.....	61
5.3	Pessoal e orçamento .....	61
5.4	Desenvolvimentos organizacionais .....	62
5.5	Novas instalações.....	63

## 6. A Eurojust e as redes de profissionais

6.1	RJE.....	65
6.2	Rede de JIT .....	66
6.3	Rede Genocídio .....	66
6.4	Fórum Consultivo.....	67

## Gráficos

Casos 2002 – 2016 .....	10
Casos bilaterais/multilaterais 2012 – 2016.....	10
Casos bilaterais/multilaterais .....	11
Estados-Membros requerentes/requeridos .....	11
Reuniões de coordenação.....	16
Estados terceiros, parceiros de cooperação e organizações internacionais envolvidos em reuniões de coordenação.....	16
Centros de coordenação.....	17
JIT apoiadas pela Eurojust, incluindo os tipos de crime principais .....	19
JIT financiadas por Estado-Membro .....	19
Casos ao abrigo do Artigo 13 .....	23
Tipos de crime prioritários da Eurojust.....	27
Casos por Magistrados de Ligação 2012 – 2016 .....	43
Os dez Estados terceiros mais visados em casos da Eurojust .....	45
Casos de MDE .....	51

## Eurojust College of National Members 2016



Michèle Coninx, Belgium



Kamen Mihov, Bulgaria



Lukáš Starý, Czech Republic



Jesper Hjortenbergh, Denmark



Klaus Meyer-Cabri, Germany



Raivo Sepp, Estonia



Frank Cassidy, Ireland



Nikolaos Ornerakis, Greece



Francisco Jiménez-Villarejo, Spain



Frédéric Baab, France



Josip Čule, Croatia



Filippo Spiezia, Italy



Katerina Loizou, Cyprus



Gunārs Bundzis, Latvia



Laima Čekelienė, Lithuania



Olivier Lenert, Luxembourg



László Venczl, Hungary



Vincienne Vella (Deputy NM), Malta



Han Moraal, Netherlands



Gabriela Hornbeck, Austria



Mariusz Skowroński, Poland



António Cluny, Portugal



Daniela Buruiană, Romania



Malči Gabrijelčič, Slovenia



Ladislav Hamran, Slovak Republic



Piia Vottonen, Finland



Leif Görts, Sweden



Frances Kennah, UK

# Acrónimos e abreviaturas

CBRN-E	Explosivos e substâncias químicas, biológicas, radioativas e nucleares
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
CJM	Relatório de Acompanhamento Judicial da Cibercriminalidade
CMS	Sistema de Gestão de Casos
MDE	Mandado de Detenção Europeu
EC3	Centro Europeu da Cibercriminalidade
ECTC	Centro Europeu de Contraterrorismo
RJEC	Rede Judiciária Europeia de Cibercriminalidade
RJE	Rede Judiciária Europeia
REFJ	Rede Europeia de Formação Judiciária
SNCE	Sistema Nacional de Coordenação da Eurojust
EMPACT	Plataforma Europeia Multidisciplinar contra as Ameaças Criminais
EMSC	Centro Europeu contra a Introdução Clandestina de Migrantes
PE	Procuradoria Europeia
CTE	Combatentes terroristas estrangeiros
ICC	Tribunal Criminal Internacional
IIS	Introdução clandestina de migrantes
IPR	Direitos de propriedade intelectual
ISP	Fornecedor de serviços de Internet
JIT	Equipa de Investigação Conjunta
MLA	Auxílio Judiciário Mútuo
GCOI	Grupo de criminalidade organizada itinerante
PAO	Plano de Ação Operacional
GCO	Grupo de criminalidade organizada
OPC	Crime organizado contra a propriedade
PIF	Proteção dos interesses financeiros da União Europeia
TCM	Relatório de Acompanhamento das Condenações por Terrorismo
TSH	Tráfico de seres humanos
IVA	Imposto sobre o valor acrescentado

## *Decisão Eurojust*

A Decisão do Conselho, de 28 de fevereiro de 2002, relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar o combate contra a criminalidade grave, alterada pela Decisão 2009/426/JAI do Conselho de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust, é adiante designada por “Decisão Eurojust”. Está disponível uma [versão consolidada](#) da Decisão Eurojust preparada pelo Secretariado Geral do Conselho apenas para efeitos de informação.

As estatísticas sobre os casos da Eurojust incluídas neste relatório foram produzidas com base em dados recolhidos no Sistema de Gestão de Casos da Eurojust. Os números foram extraídos em 16 de janeiro de 2017 e refletem os dados disponíveis nesse momento. Dada a natureza dinâmica dos casos, poderão existir discrepâncias com os números previamente comunicados.

As publicações e as infografias da Eurojust estão disponíveis no [nosso sítio Web](#).





A cooperação judicial, a coordenação e a troca de informações entre a Eurojust, as autoridades nacionais competentes, as agências da JAI e de terceiros são elementos fundamentais no trabalho da Eurojust.



# Preâmbulo

Tenho o prazer de apresentar o 15º Relatório Anual com informações acerca das atividades da Eurojust no combate ao crime transfronteiriço grave.

O ano de 2016 foi desafiante no contexto da segurança. Enfrentamos um “novo normal” e tivemos de intensificar as nossas atividades nas áreas do contraterrorismo, cibercriminalidade e criminalidade organizada grave, incluindo introdução clandestina de migrantes e tráfico de seres humanos. A visita de Sir Julian King, Comissário Europeu da Segurança da União, foi uma excelente oportunidade para discutir o papel de apoio fundamental da Eurojust no combate mais alargado da União Europeia contra o terrorismo e a criminalidade organizada, e a sua ligação integral na cadeia de segurança. As Conclusões do Conselho no Relatório Anual da Eurojust 2015 confirmaram o foco necessário e o papel da Eurojust no tratamento do terrorismo, introdução clandestina de migrantes e cibercriminalidade como prioridades, assim como na recolha e na partilha das melhores práticas para reforçar ainda mais a cooperação judicial.

A documentação de casos está na essência da Eurojust. Os Estados-Membros requereram assistência em 2 306 casos em 2016, o que representa um aumento de quatro por cento em comparação com 2015. A cooperação judicial, a coordenação e a troca de informações entre a Eurojust, as autoridades nacionais competentes, as agências da JAI e de terceiros são elementos fundamentais no trabalho da Eurojust. Este relatório ilustra o ciclo de vida de um caso, a eficácia das ferramentas de coordenação da Eurojust com um foco nas reuniões de nível II e a utilização acrescida das equipas de investigação conjuntas.

A Eurojust é o elo de ligação. Debaixo do mesmo teto, a Eurojust junta os 28 Membros Nacionais que apoiam os seus Estados-Membros em investigações e ações judiciais e na partilha das melhores práticas. Ao reconhecer também o importante papel dos correspondentes nacionais da Eurojust para assuntos relacionados com o terrorismo, estamos a intensificar os laços e o apoio à rede judiciária de cibercriminalidade criada formalmente agora. Além disso, queremos reforçar o envolvimento da Eurojust no Centro Europeu de Contraterrorismo da Europol, aproveitando a experiência da cooperação conjunta no EC3.

O crime não tem fronteiras e a cooperação com Estados terceiros é essencial. Ao longo dos anos, notamos uma tendência crescente no envolvimento de Estados terceiros nos casos da Eurojust, reuniões de coordenação e equipas de investigação conjuntas. Em 2016, a Eurojust celebrou novos acordos de cooperação e alargou ainda mais a sua rede de contactos judiciais a nível mundial. Magistrados de Ligação da Noruega, EUA e Suíça estão a trabalhar na Eurojust. Neste relatório, a Magistrada de Ligação da

Suíça fala sobre o seu trabalho e o valor acrescentado da cooperação estreita com a Eurojust.

O desenvolvimento constante, como centro de experiência jurídica na União Europeia, é um importante objetivo da Eurojust. A Eurojust produziu em 2016, *inter alia*, as duas primeiras edições do *Relatório de Acompanhamento Judicial da Cibercriminalidade*, um relatório sobre a documentação de casos no âmbito do Mandado de Detenção Europeu e as diretrizes atualizadas sobre a prevenção e a resolução de conflitos de jurisdição para profissionais e para informação às instituições da União Europeia.

Ao considerar a alteração do cenário de ameaças à segurança e do quadro legislativo relacionado com a Eurojust, demos importantes passos na revisão dos processos internos e das estruturas organizacionais, e no reforço das prioridades estratégicas e da atividade central da Eurojust para cumprir as expectativas dos Estados-Membros em tempos de limitações orçamentais. No próximo ano, vamos mudar para as nossas novas instalações, outro marco na história da Eurojust.

A Eurojust tem valor acrescentado devido à sua resposta imediata a pedidos de assistência, ajuda na troca de informações transfronteiriça num período de tempo mínimo, apoio para vencer obstáculos práticos e jurídicos em casos complexos, assim como o apoio e o financiamento de equipas de investigação conjuntas. Estou confiante de que, juntamente com os meus Vice-Presidentes, o recentemente eleito Klaus Meyer-Cabri e o reeleito Ladislav Hamran, e com os meus colegas do Colégio e da Administração, a Eurojust crescerá mais como um ator principal na coordenação e na cooperação judiciárias em matérias criminais e atingirá o seu potencial máximo.



Michèle CONINSX

*Presidente da Eurojust*





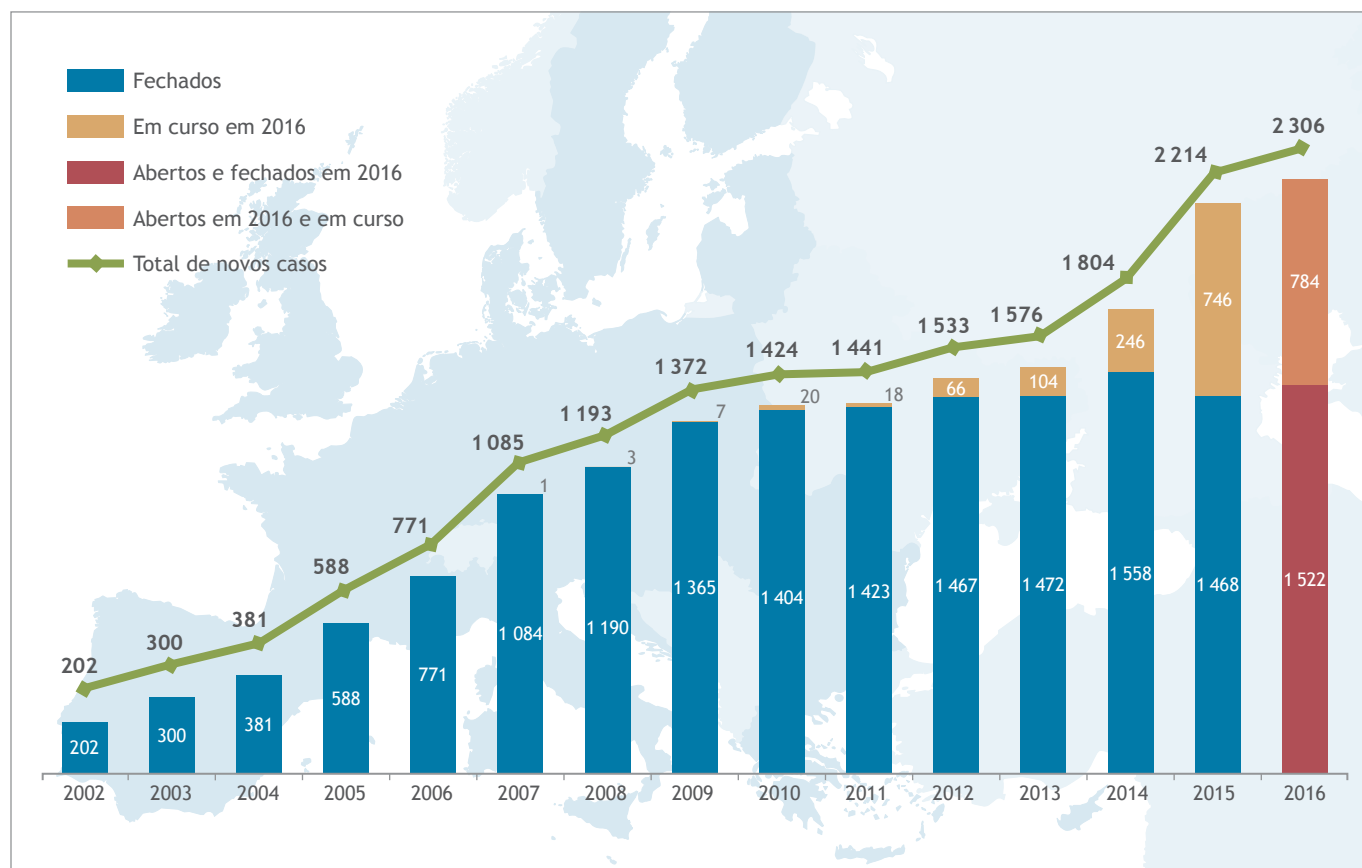




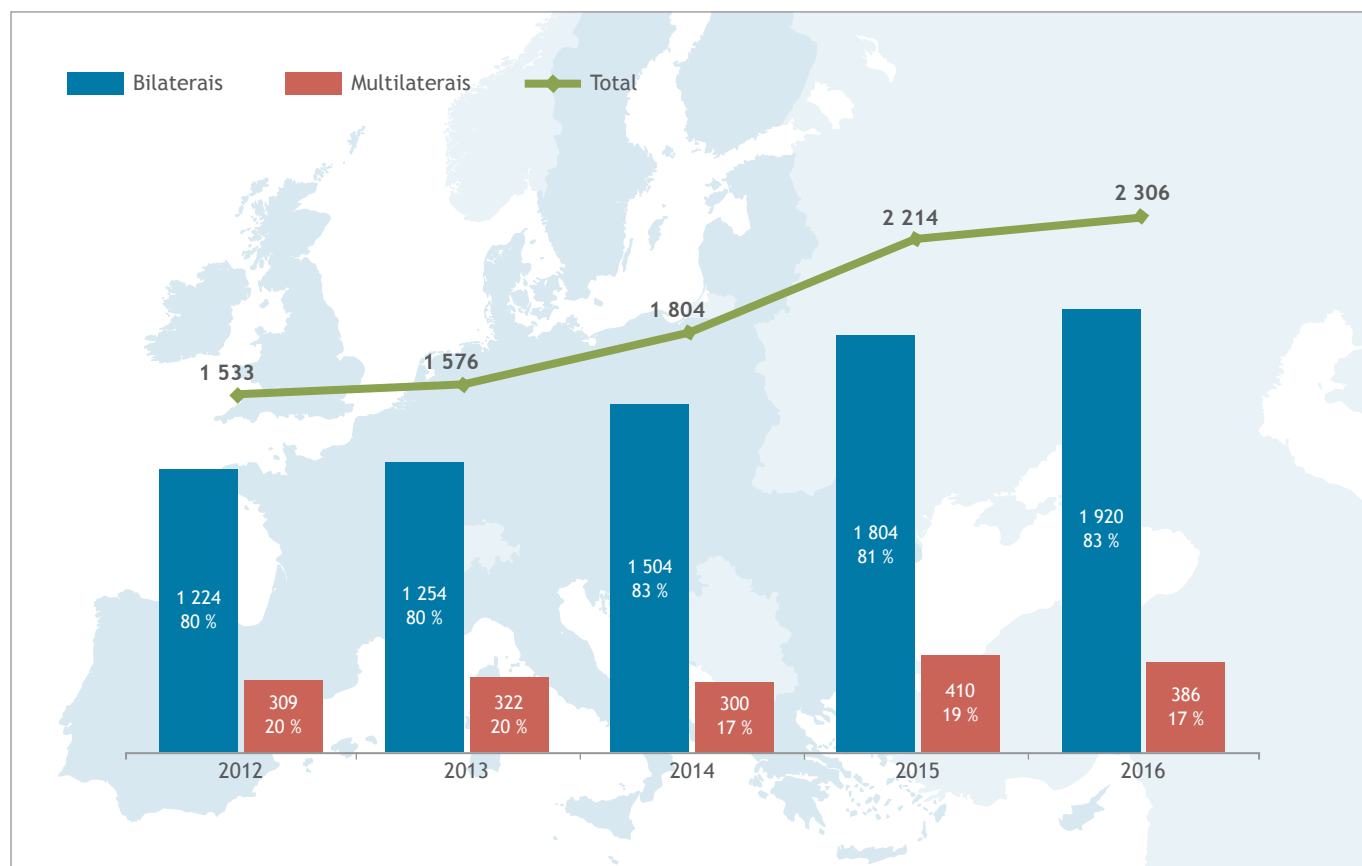
# Síntese

- ▶ O **número de casos** para os quais os Estados-Membros requereram a assistência da Eurojust no combate ao crime transfronteiriço grave aumentou quatro por cento, de 2 214 em 2015 para 2 306 em 2016. Os **Estados terceiros** estiveram envolvidos em 300 casos.
- ▶ Os **casos** aumentaram em terrorismo, introdução clandestina de migrantes, tráfico de seres humanos, fraude e branqueamento de capitais.
- ▶ As informações são fornecidas durante o ciclo de vida do caso e, em especial, a eficácia das **reuniões de nível II**, também explicada através das ilustrações dos casos.
- ▶ A Eurojust organizou 249 **reuniões de coordenação** que envolveram 288 casos com a participação da Europol (87), OLAF (4) e 10 **centros de coordenação**. Os **Estados terceiros** foram envolvidos em 50 reuniões de coordenação e dois centros de coordenação.
- ▶ A Eurojust apoiou 148 **JIT**, um aumento de 23 por cento em relação a 2015, 69 das quais foram novas. Os **Estados terceiros** estiveram envolvidos em 14 JIT.
- ▶ A Eurojust forneceu apoio financeiro a 90 JIT, um aumento de 32 por cento em relação a 2015; nove JIT envolveram Estados terceiros.
- ▶ A assistência da Eurojust foi solicitada na **execução de MDE** em 315 ocasiões.
- ▶ A **Rede Judiciária Europeia de Cibercriminalidade** foi criada pela Conclusão do Conselho de 9 de junho de 2016. A rede será apoiada pela Eurojust.
- ▶ **Reuniões realizadas:**
  - reunião tática sobre a introdução clandestina de migrantes, fevereiro
  - seminário estratégico, *Keys to Cyberspace*, junho
  - reunião conjunta do Fórum Consultivo, durante as presidências holandesa e eslovaca, junho
  - reunião tática sobre terrorismo, junho
  - seminário EMPACT sobre OPC, junho
  - reunião tática, *Cooperação judiciária em matérias de crime fiscal*, outubro
  - reunião da Rede Judiciária Europeia de Cibercriminalidade, novembro
- ▶ A Eurojust **produziu:**
  - *Relatório de Acompanhamento das Condenações por Terrorismo* e análises judiciais *ad hoc*
  - Quarto relatório sobre *Combatentes Terroristas Estrangeiros*
  - Sumário do Terceiro relatório sobre *Combatentes Terroristas Estrangeiros*
  - *Manual do CBRN-E*
  - *Relatório de Acompanhamento Judicial da Cibercriminalidade* e análises judiciais *ad hoc*
  - Análise da jurisprudência nacional sobre a introdução clandestina de migrantes (ES, FR, IT)
  - Relatório Eurojust-EMCDDA, *Novas substâncias psicoativas na Europa: legislação e ação judicial – soluções e desafios atuais*
  - Diretrizes para decidir “*Que jurisdição deve julgar?*”
- ▶ A Eurojust tem três **Magistrados de Ligação** da Noruega, EUA e Suíça. São fornecidas informações sobre o trabalho da Magistrada de Ligação suíça.
- ▶ A Eurojust assinou **acordos de cooperação** com o Montenegro e a Ucrânia, e um **Memorando de Entendimento com a EUIPO**. O acordo com a Moldávia entrou em vigor em 21 de outubro.
- ▶ A Eurojust alargou a **rede de pontos de contacto judiciais em Estados terceiros** a nível mundial para um total de 41 Estados terceiros.
- ▶ Para melhorar mais a cooperação judiciária, a Eurojust resolveu dificuldades jurídicas e práticas no âmbito da **interceção de telecomunicações, casos de fraude fiscal e Mandados de Detenção Europeus** e publicou as diretrizes revistas sobre conflitos de jurisdição.
- ▶ O Colégio adotou uma **nova estrutura organizacional** para a Administração.
- ▶ O **orçamento da Eurojust** para 2016 foi de 43 539 milhões de euros. A execução orçamental foi de 99,89 por cento

## Casos 2002 – 2016

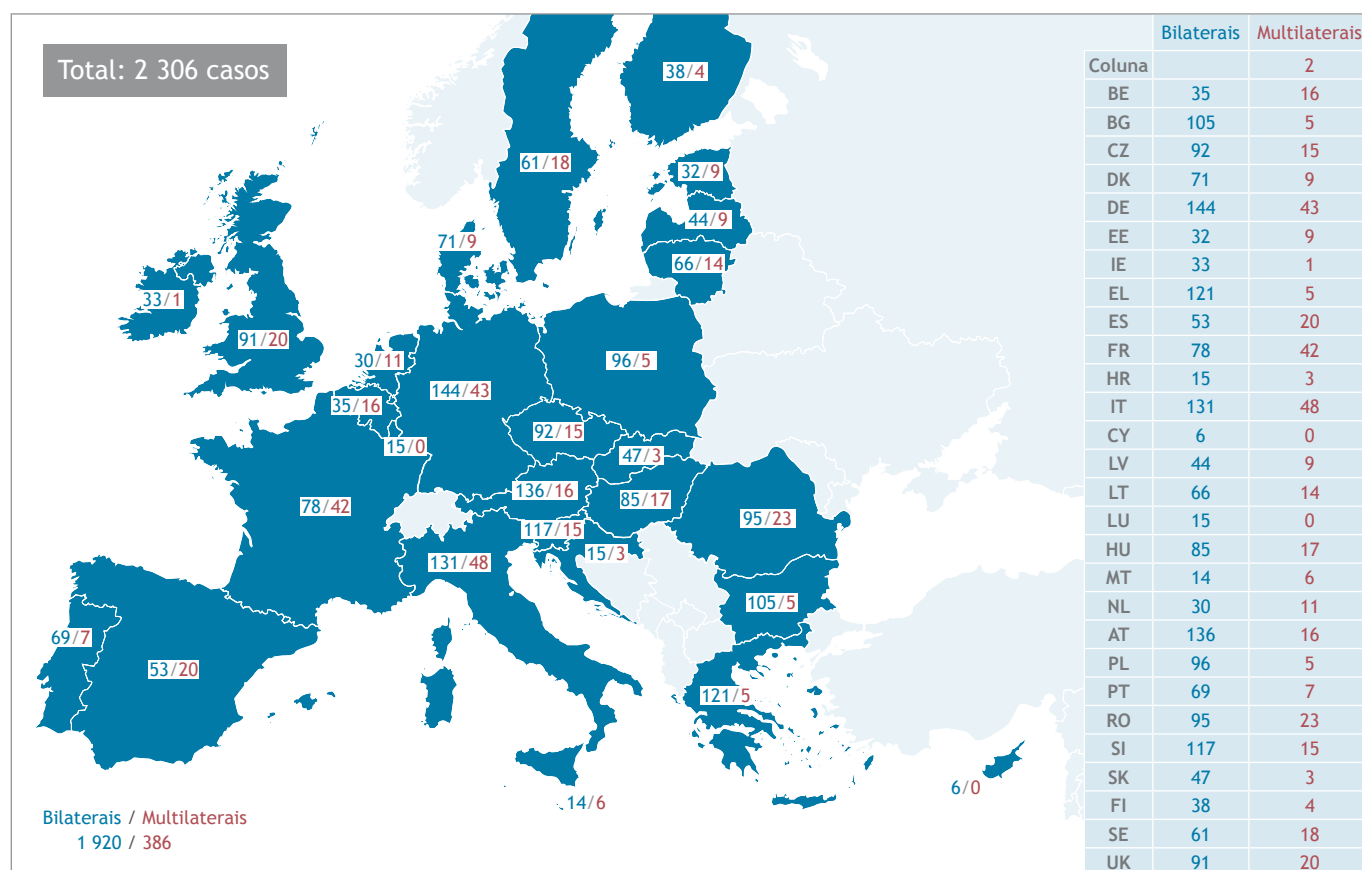


## Casos bilaterais/multilaterais 2012 – 2016

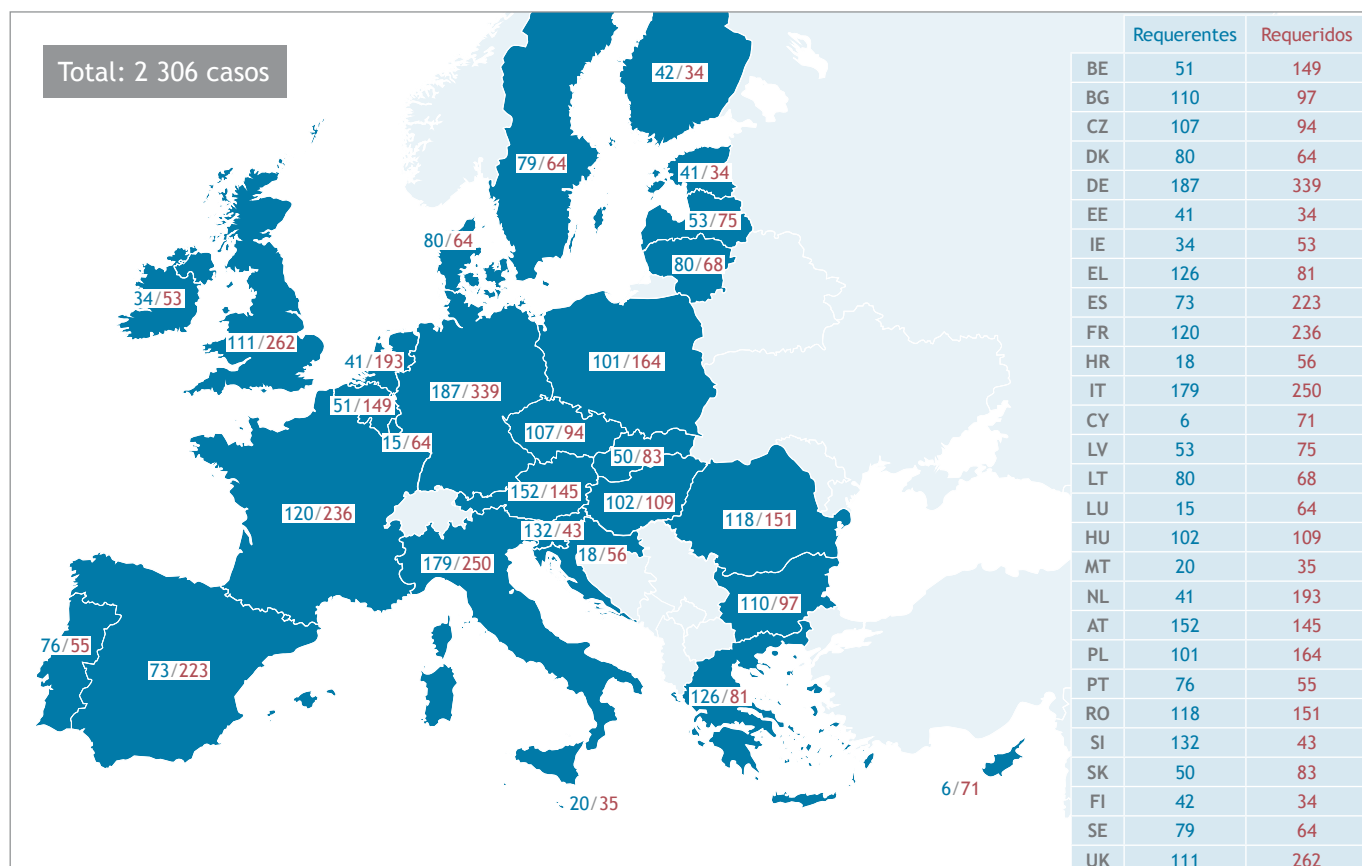




## Casos bilaterais/multilaterais



## Estados-Membros requerentes/requeridos





# O trabalho da Eurojust

**O** quê? A Eurojust é a Unidade de Cooperação Judiciária da União Europeia, criada em 2002 para estimular e melhorar a coordenação das investigações e ações judiciais e a cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-Membros em relação à criminalidade transfronteiriça grave, em especial a organizada.

A pedido de um Estado-membro, a Eurojust pode também auxiliar em investigações e ações judiciais relativas a um determinado Estado-Membro e um Estado terceiro, se tiver sido celebrado um acordo de cooperação entre a Eurojust e esse Estado terceiro, ou se existir um interesse essencial na prestação dessa assistência.

A pedido de um Estado-membro ou da Comissão, a Eurojust pode também auxiliar nas investigações e nas ações judiciais relativas apenas a esse Estado-Membro e à Comunidade.

**Quem?** O Colégio da Eurojust é composto por 28 Membros Nacionais, que são juízes e magistrados destacados por cada Estado-Membro. Os Membros Nacionais estão sediados na Eurojust em Haia. A maioria dos Membros Nacionais é apoiada por um Adjunto e/ou um Assistente. Além disso, a Noruega, a Suíça e os EUA também destacaram Magistrados de Ligação para a Eurojust.

**Como?** As funções e os poderes principais da Eurojust incluem a resposta aos pedidos de assistência das autoridades nacionais competentes dos Estados-Membros. Por seu turno, a Eurojust pode solicitar aos Estados-Membros que iniciem uma investigação ou uma ação judicial relativamente a uma situação específica. Os Membros Nacionais cumprem o mandato da Eurojust, coordenando o trabalho das autoridades dos respetivos países em todas as fases da investigação criminal e da ação judicial. A Eurojust gere as reuniões sobre os casos em três níveis (*consultar* secções 1.2 e 1.3).

## Eurojust case cycle



\* May also occur at different stages of the cycle

## 1.1 Reuniões de nível II da Eurojust

A cooperação, a coordenação e a troca de informações são fundamentais para o trabalho da Eurojust. A comunicação eficaz e atempada, em especial entre as Delegações Nacionais que funcionam como uma ligação às autoridades nacionais, é a pedra angular das atividades da Eurojust. Mediante proposta do Estado-Membro cujas autoridades nacionais solicitaram a assistência da Eurojust, o Colégio da Eurojust decide durante as reuniões operacionais, as chamadas **reuniões de nível I**, sobre o registo dos casos, assim como o encerramento dos casos quando o objetivo do envolvimento da Eurojust é alcançado.

Após a aceitação e o registo de um caso pela Eurojust, as Delegações Nacionais envolvidas podem solicitar uma reunião de nível II se for necessário para a coordenação do caso. As **reuniões de nível II** são reuniões entre os Membros Nacionais e, se envolvidos, os magistrados de ligação destacados na Eurojust. Podem ser organizadas rapidamente. Esta flexibilidade é de grande valor em situações urgentes que requeiram uma resposta rápida. A Delegação

Nacional que abriu o caso explica os detalhes do caso e as matérias legais e/ou práticas de cooperação judicial em causa, assim como o apoio necessário de outros Estados envolvidos. Uma reunião de nível II pode ser suficiente para resolver as necessidades do caso.

As reuniões de nível II são pré-requisitos para organizar as reuniões de nível III, também conhecidas como reuniões de coordenação (ver secção 1.2), e significam a transição do trabalho interno para externo. Se uma Delegação Nacional pretender organizar uma reunião de coordenação, a reunião de nível II é utilizada para avaliar a necessidade, o fim e os objetivos de uma reunião de coordenação. As reuniões de nível II também são utilizadas para concordar com as modalidades, a participação externa, obrigações de confidencialidade e divulgação, e assuntos relacionados com a segurança, assim como a utilização da videoconferência. Além disso, os participantes numa reunião de nível II podem avaliar a necessidade de análise e a possível contribuição da Europol ou

### Assuntos de jurisdição num caso de introdução clandestina de migrantes resolvidos numa reunião de nível II

A seguir à morte trágica de cerca de 300 migrantes no Mar Mediterrâneo em junho de 2016, as autoridades italianas iniciaram uma investigação criminal sobre as circunstâncias do naufrágio que causou a perda de vidas. A investigação revelou que, na tentativa de alcançar a costa italiana num barco de madeira sobrelotado, os migrantes foram detetados pelas autoridades gregas, e um petroleiro norueguês, que navegava nas redondezas do barco, foi chamado para salvar os migrantes. Antes de poder resgatar os migrantes, o barco de madeira virou-se. Devido às condições marítimas difíceis, o barco dos migrantes bateu repetidamente contra o casco do petroleiro e afundou.

O caso apresentou alguns problemas jurisdicionais que afetaram as ações das autoridades italianas. O naufrágio ocorreu no mar alto e, por conseguinte, fora da jurisdição das autoridades italianas. O petroleiro navegava com bandeira norueguesa e o capitão era espanhol. Com base nestes factos, a Noruega e a Espanha tinham um interesse no caso.

Ao contrário da maioria dos casos anteriores em que a Eurojust teve de ajudar na determinação da jurisdição mais bem colocada para investigar e conduzir os processos criminais, a particularidade deste caso consistia na possível existência de um conflito de jurisdição negativo. A jurisdição italiana foi excluída pelos motivos supramencionados, e não era claro se a jurisdição prevalente era norueguesa ou espanhola. O risco encontrado era que nenhuma das jurisdições relacionadas com o caso prevalecesse.

Para evitar um possível conflito de jurisdição, foi solicitada a ajuda da Eurojust na determinação da jurisdição mais bem colocada para investigar e conduzir os processos criminais. Numa **reunião de nível II** em julho, organizada pelo Membro Nacional italiano, o Membro Nacional espanhol e a Magistrada de Ligação norueguesa alcançaram um entendimento comum dos problemas jurisdicionais e concordaram em abordar as respetivas autoridades nacionais com uma solução preferida. Devido aos esforços de coordenação da Eurojust, as autoridades nacionais da Noruega, como Estado de bandeira, aceitaram o exercício da jurisdição principal no caso com base na Convenção das Nações Unidas de 1982 sobre o Direito do Mar (Convenção das Nações Unidas de Montego Bay) e, por conseguinte, garantiram uma estratégia conjunta e uma abordagem comum aos processos criminais.



a criação e o funcionamento de uma JIT. As reuniões de coordenação são uma ferramenta dispendiosa e as reuniões de nível II garantem que estas reuniões só são realizadas se adicionarem valor na resolução de

assuntos pendentes de cooperação judicial. Além disso, algumas reuniões de coordenação tratam de mais de um caso.

## 1.2 Reuniões de coordenação da Eurojust

O objetivo de uma reunião de coordenação, a chamada **reunião de nível III**, é estimular e alcançar acordos entre as autoridades nacionais sobre a cooperação e/ou a coordenação de investigações e ações judiciais a nível nacional, tendo em conta as dificuldades jurídicas e práticas resultantes das diferenças entre os 30 sistemas jurídicos existentes na União Europeia.

As reuniões de coordenação são uma ferramenta operacional frequentemente utilizada. A Eurojust organiza em média uma reunião de coordenação por dia útil, totalizando 249 reuniões em 2016, 31 das quais foram realizadas fora das instalações da Eurojust, em Estados-Membros (por exemplo, Grécia, República Checa e Eslovénia) ou Estados terceiros (Bósnia-Herzegovina e Suíça). Os casos tratados abordaram quase todas as áreas da criminalidade organizada transfronteiriça grave, os mais comuns dos quais foram o branqueamento de capitais, a fraude e o tráfico de estupefacientes. Nestas 249 reuniões de coordenação, foram tratados 288 casos. Em 2016, a Eurojust albergou a sua maior reunião de coordenação, com 93 participantes de 23 Estados-Membros e da Europol.

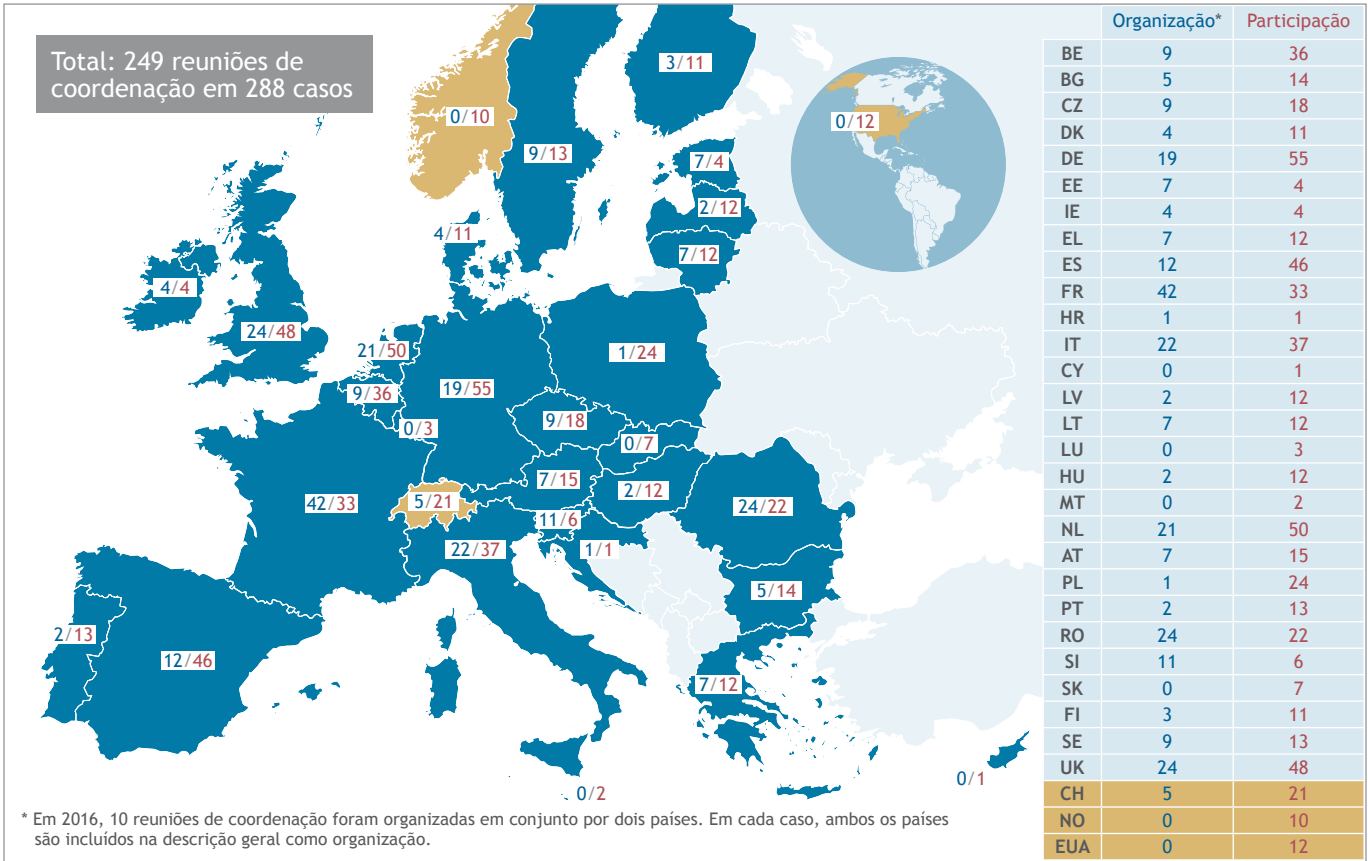
Estas reuniões tiveram participantes externos, isto é, autoridades policiais e jurídicas nacionais dos Estados-Membros. Além disso, representantes de Estados terceiros, assim como funcionários de parceiros de cooperação, como a Europol e a OLAF, e organizações internacionais como a INTERPOL, poderão ser convidados.

Um serviço crucial fornecido durante as reuniões de coordenação é a interpretação simultânea, que permite aos participantes comunicarem com os seus homólogos e apresentar os problemas de coordenação jurídica decorrentes das ações judiciais e das investigações criminais nos seus próprios idiomas.

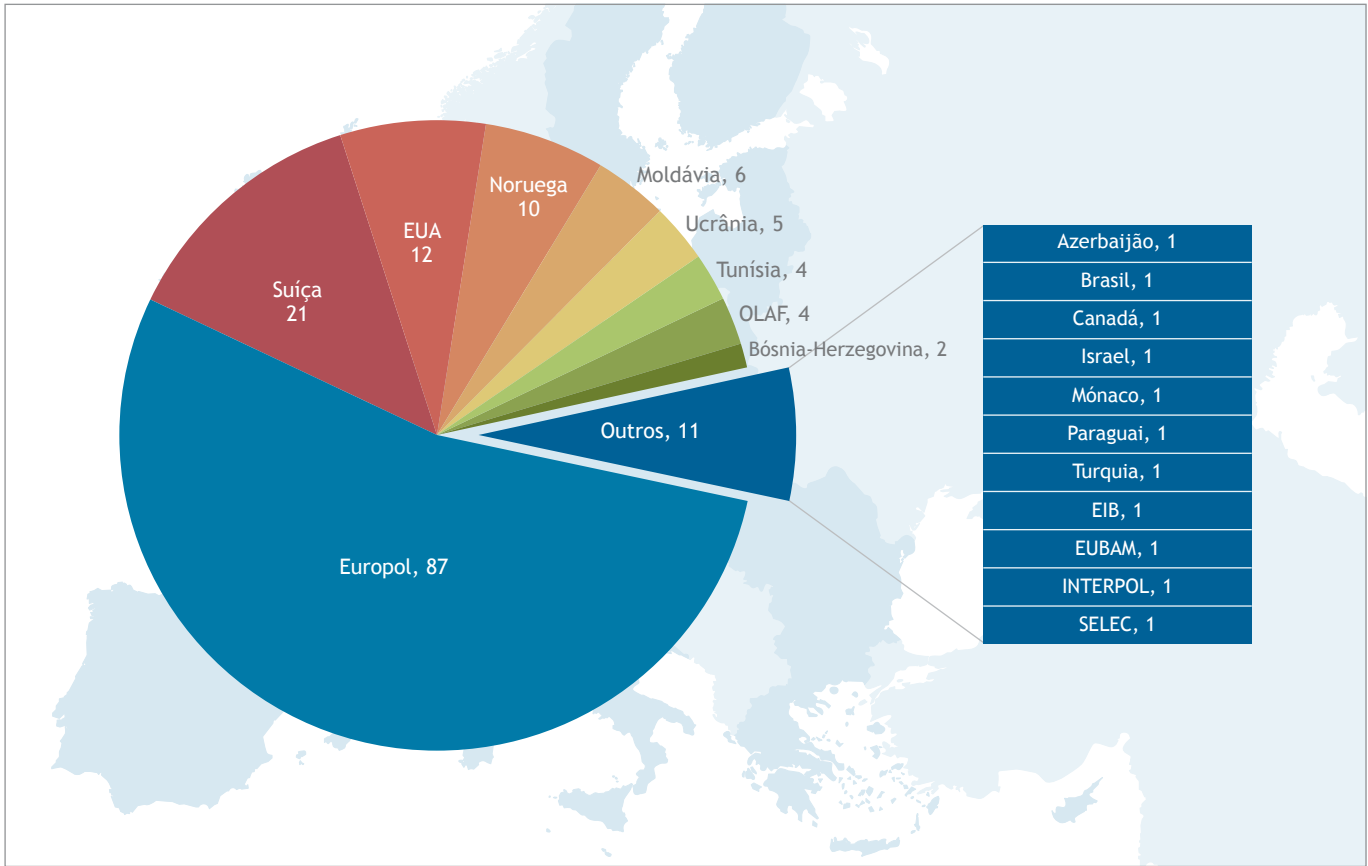
As reuniões de coordenação são utilizadas para facilitar o intercâmbio de informações, identificar e implementar meios e métodos para apoiar a execução de pedidos de MLA e medidas coercivas (por exemplo, mandados de busca e mandados de detenção), facilitar a possível criação e funcionamento de uma JIT, coordenar as investigações e ações judiciais em curso e detetar, prevenir ou resolver conflitos de competência jurisdicional, questões relacionadas com *ne bis in idem* e outros problemas legais e probatórios.



Reuniões de coordenação



Estados terceiros, parceiros de cooperação e organizações internacionais envolvidos em reuniões de coordenação



## 1.3 Centros de coordenação da Eurojust

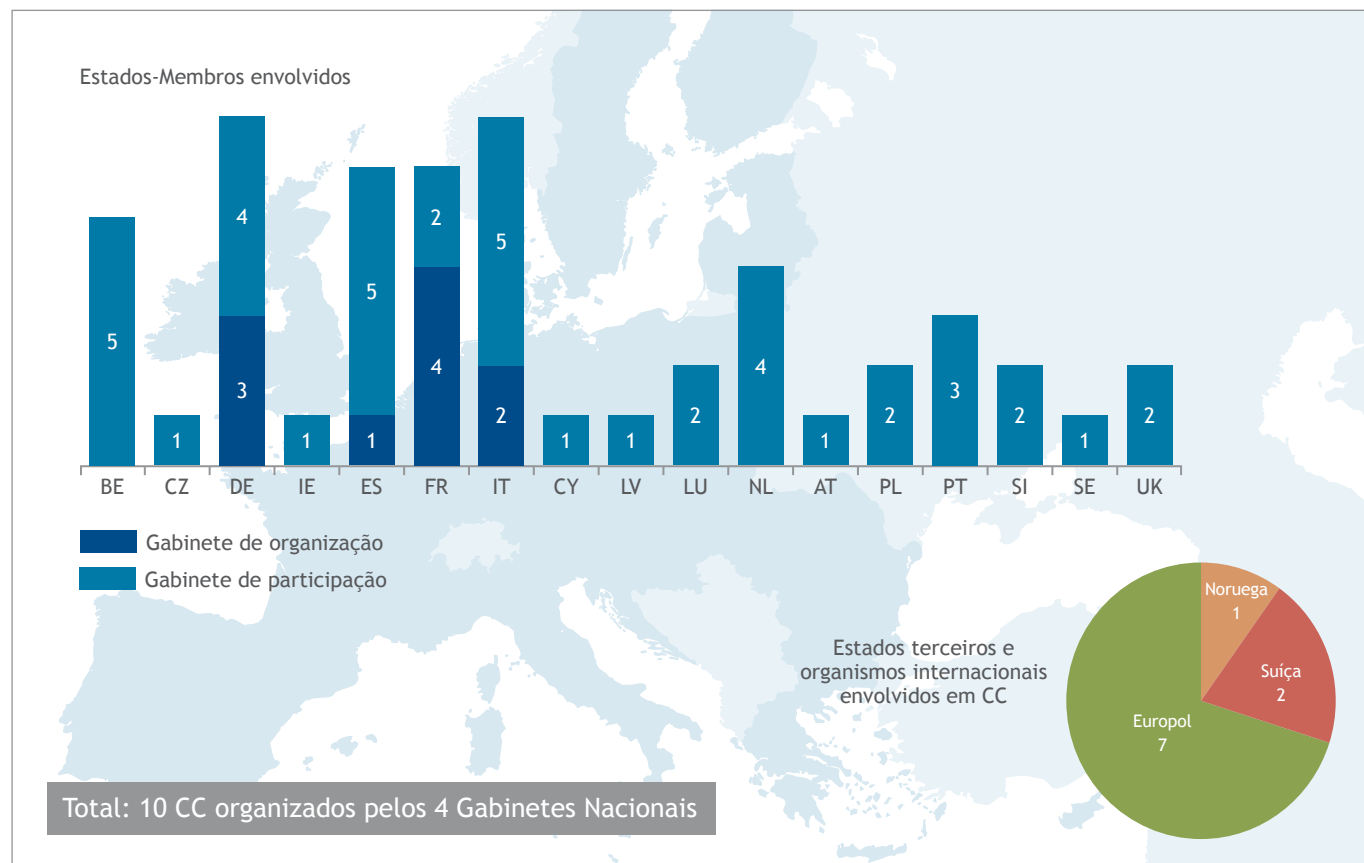
Quando os casos complexos requerem a troca de informações em tempo real e ações multilaterais em larga escala (por exemplo, a execução de vários mandados de captura em diferentes países), a Eurojust pode ajudar as respetivas autoridades nacionais através da criação de um centro de coordenação nas suas instalações. Os centros de coordenação foram concebidos para servirem como um ponto central para a troca de informações em tempo real, assim como para coordenarem a execução conjunta de medidas policiais e judiciais em diferentes países (apreensões, detenções, buscas domiciliárias/empresas, decisões de congelamento de bens e interrogatórios a testemunhas).

Durante os centros de coordenação, todas as autoridades participantes estão sempre interligadas através de computadores e linhas telefónicas dedicadas, e as informações são passadas rapidamente de uma autoridade para outra através da Eurojust. A execução conjunta de medidas é constantemente monitorizada e coordenada com vista a antecipar e resolver quaisquer obstáculos operacionais ou judiciais que possam ter impacto no sucesso da operação.

Além disso, antes de um centro de coordenação, a Eurojust fornece geralmente a todas as autoridades



### Centros de coordenação



participantes uma visão geral das informações relevantes no que respeita a todos os alvos sujeitos a ações conjuntas, incluindo os números de telefone, localizações e contas bancárias, se aplicável.

Sete dos dez centros de coordenação organizados em 2016 trataram principalmente de criminalidade financeira (por exemplo, fraude e branqueamento de capitais). Em quatro ocasiões, os centros de coordenação trataram de casos para os quais foi criada uma JIT.

## 1.4 Eurojust e equipas de investigação conjuntas

A Eurojust desempenha um papel proeminente nesta área, ao fornecer ajuda relevante às JIT e ao aconselhar os profissionais, como um centro de conhecimentos jurídicos e legais. Em 2016, 148 JIT foram apoiadas pela Eurojust, 69 das quais foram formadas recentemente. A seguir à entrada em vigor em Itália em março de 2016 da lei que implementou a Decisão-Quadro 2002/465/JHA do Conselho, a Eurojust ajudou as autoridades nacionais em oito JIT criadas recentemente que envolviam a Itália. A Eurojust também apoiou 14 JIT que envolveram Estados terceiros, três das quais foram criadas em 2016 (Bósnia-Herzegovina (2), Moldávia (2), Noruega (3), Sérvia (3), Suíça (2), EUA (1), Ucrânia, Austrália e Malásia (co-participação em 1 JIT)).

No contexto do recente número sem precedentes de migrantes que entraram na União Europeia e o envolvimento de GCO na introdução clandestina de migrantes relacionada com esta crise, a Eurojust tornou possível discussões com profissionais para identificar os desafios legais e práticos, partilhar as melhores práticas e melhorar a utilização das JIT. Onze JIT trataram de introdução clandestina de migrantes, cinco das quais foram formadas recentemente e uma das quais envolveu a Sérvia.

Na reunião tática sobre desafios judiciais na introdução clandestina de migrantes e na 12ª reunião anual de peritos de JIT, os desafios e as oportunidades fornecidos pelas JIT nos casos de introdução clandestina de migrantes foram discutidos, incluindo uma possível estratégia para permitir aos profissionais iniciarem investigações transfronteiriças e utilizarem as JIT de forma mais pró-ativa para dismantelar redes de introdução clandestina de migrantes. O valor adicional de envolver Estados terceiros nas JIT foi realçado. Para agilizar esse envolvimento, a Eurojust e a Rede de JIT desenvolveram uma ferramenta que identifica, para todos os Estados terceiros, a base legal aplicável para criar as JIT e a experiência prática desse país nesta área. A ferramenta, lançada na reunião anual e disponível na área restrita da Rede de JIT, será atualizada regularmente.

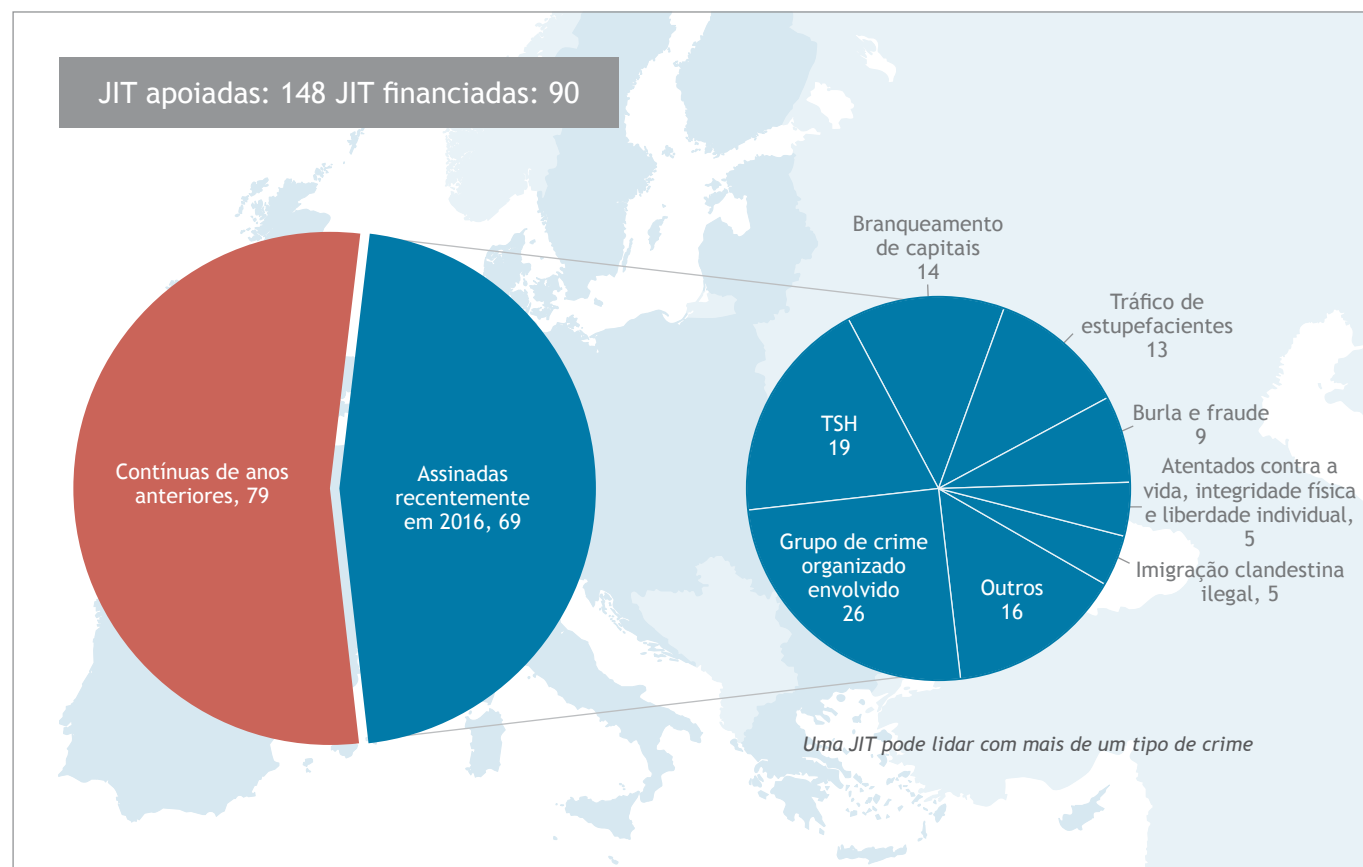
Os comentários sobre as vantagens das JIT com Estados terceiros foram recolhidos durante a avaliação das JIT. Numa JIT criada entre a Bósnia-Herzegovina e a França num caso de tráfico de seres humanos (consultar [Relatório Anual da Eurojust 2015](#), p. 51), a JIT foi considerada a forma mais eficaz para responder adequadamente à mobilidade dos membros da organização criminosa, efetuar uma operação coordenada num curto espaço de tempo e agilizar uma abordagem conjunta de apoio às vítimas.

Em 2016, a JIT criada entre os Países Baixos, a Bélgica, a Ucrânia, a Austrália e a Malásia em relação ao desastre do Voo MH17 em 17 de julho de 2014 (consultar [Relatório Anual da Eurojust 2014](#), p. 22) alcançou um marco importante com a apresentação dos primeiros resultados da investigação. O caso beneficiou da flexibilidade e da rapidez da troca de informações permitida pela JIT. Numa investigação complexa e de elevado perfil, em que a direção da investigação é difícil de prever, a utilização da MLA seria extremamente onerosa e inviável. No local, a JIT tornou possível a participação de membros

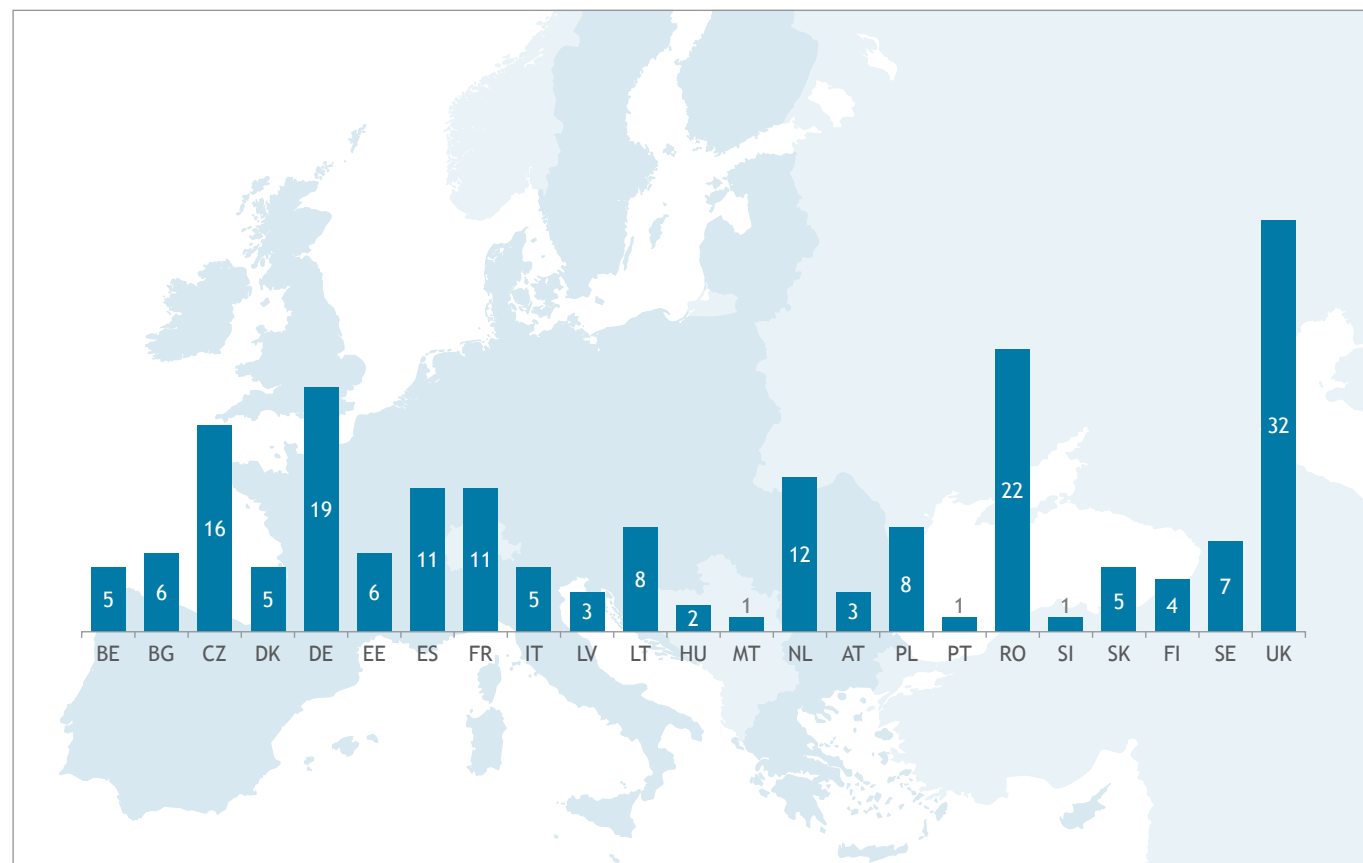


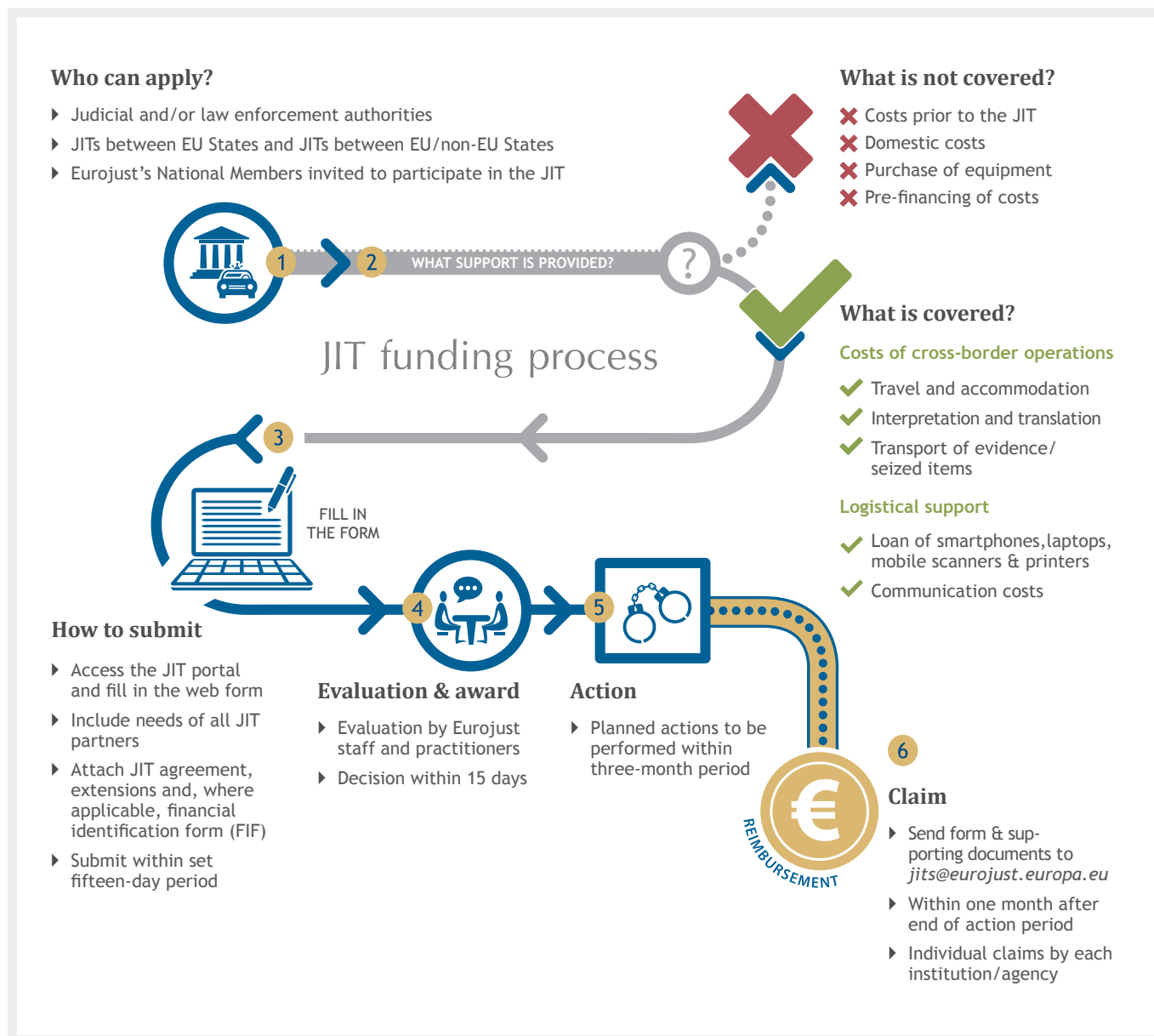


## Uma JIT pode lidar com mais do que um tipo de crime



## JIT financiadas por Estado-Membro





destacados (Holanda e Austrália), que participaram no interrogatório a testemunhas

na Ucrânia e na análise de provas, uma parte significativa das quais também estava localizada na Ucrânia. A confiança construída com a JIT tornou possível uma abordagem comum às vítimas que foi coordenada pelas autoridades holandesas. Após a fase de criação, a JIT funcionou por si e recebeu financiamento através da Eurojust, que agilizou as reuniões e a comunicação com as autoridades ucranianas.

A extensão das JIT a Estados terceiros foi tida em conta durante a revisão das ferramentas práticas desenvolvidas para apoiar a utilização de JIT pelos profissionais: o [Acordo modelo das JIT](#) e o [Guia Prático das JIT](#). O novo acordo modelo já não se baseia exclusivamente nos instrumentos legais da UE, incorpora outras bases legais das JIT e deve agilizar a criação de JIT com Estados terceiros. Irá contribuir para acelerar a elaboração de futuros acordos. O Guia Prático das JIT foi concebido

para tornar possível o acesso às JIT por profissionais, em especial de Estados terceiros.

### Apoio financeiro da Eurojust às operações das JIT

O aumento da utilização das JIT é refletido no crescimento do número de candidaturas para apoio financeiro recebidas pela Eurojust: Foram processadas 180 candidaturas para financiamento pelo Secretariado da Rede das JIT (144 candidaturas em 2015). O número de candidaturas recebidas de JIT que envolvem Estados terceiros (18) é consistente com esta tendência crescente (13 candidaturas em 2015). Foram concedidos quinze prémios, financiando nove JIT e envolvendo a Sérvia (2), a Suíça (2), a Noruega (2), a Moldávia (1), a Bósnia-Herzegovina (1) e a Ucrânia, a Austrália e a Malásia (coparticipação em 1 JIT). No total, foi dado apoio financeiro a 90 JIT (68 em 2015). Destas, 58 foram financiadas pela primeira vez durante o ano.

Os processos de financiamento das JIT foram revistos para responder a necessidades operacionais e melhorar a eficácia, e foram implementadas as seguintes medidas:

- ▶ introdução da nova categoria de custos (transferência transfronteiriça de provas/apreensões);
- ▶ extensão do apoio financeiro a pessoas que contribuem para atividades operacionais transfronteiriças da JIT sem ser formalmente nomeadas como membros (por exemplo, intérpretes, peritos forenses, etc.);

- ▶ introdução de custos unitários para uma categoria (viagem e alojamento) para acelerar o reembolso;
- ▶ implementação de dotações diferenciadas no orçamento para ganhar flexibilidade na utilização e na reutilização de fundos libertados; e
- ▶ simplificação relacionada com documentos de apoio para o reembolso.

Para ajudar os profissionais das JIT na navegação do processo de financiamento, um [guia infográfico](#) e um [guia de financiamento de JIT](#), disponíveis na maioria dos idiomas oficiais da UE, estão acessíveis no nosso sítio Web.

### Sérvia participa na JIT relacionada com a falsificação de moeda

Uma investigação checa num caso que envolvia a falsificação de notas de euros e de dólares americanos revelou um GCO composto principalmente por cidadãos sérvios, também envolvidos no tráfico de estupefacientes. O GCO oferecia grandes quantidades de notas falsificadas para venda, principalmente em Praga. Uma loja de impressão junto a Belgrado (Sérvia) foi detetada pelos investigadores. Pensava-se que o organizador principal atuava como ligação entre os criminosos noutros Estados-Membros. Para o transporte das notas falsificadas, o GCO utilizava compartimentos secretos em camiões. As notas eram oferecidas por 15 – 20 por cento valor facial a clientes regulares e por 30 por cento do preço atual aos outros.

A cooperação policial intensa entre a República Checa, Hungria, Áustria, Sérvia e Europol começou em dezembro de 2014. A Europol confirmou que as notas falsificadas com os mesmos números de série foram encontradas na República Checa, Áustria, Hungria, Alemanha, Eslováquia, Eslovénia, Roménia, Croácia, Letónia e EUA. Todas as notas falsificadas apreendidas eram de boa qualidade.

No início de 2015, a Eurojust recebeu um pedido para agilizar a cooperação judiciária entre as autoridades nacionais da República Checa, Áustria, Hungria, Sérvia e Eslováquia, e fornecer ajuda na criação de uma JIT. Como resultado de uma reunião de coordenação em março, as delegações checa e sérvia acordaram criar uma JIT e candidatar-se ao financiamento através da Eurojust. Como não existiam investigações na Eslováquia e na Hungria, e como as autoridades austríacas estavam numa fase inicial das suas investigações, estes Estados-Membros não se juntaram à JIT, mas ofereceram o seu apoio. Com base num pedido de MLA, a Hungria cooperou com as autoridades checas numa operação secreta em que um agente infiltrado comprou dólares falsificados a um dos suspeitos na Hungria.

A Eurojust desempenhou um papel importante no estabelecimento de contactos entre as autoridades checas e sérvias e na criação de confianças entre elas. No início, as partes fizeram uma abordagem cautelosa e a troca de informações era lenta. As reuniões da JIT e uma segunda reunião de coordenação contribuíram para uma rápida melhoria na relação entre as autoridades nacionais e uma cooperação bem-sucedida da JIT. Um oficial de ligação da polícia checa na Sérvia participou ativamente em todas as reuniões e ajudou a superar a barreira linguística. Trabalhar no âmbito da JIT simplificou significativamente os esforços de ambas as partes, em especial durante a troca e a garantia de admissibilidade de meios de prova. Os meios de prova recolhidos na Sérvia, incluindo os resultados de uma busca domiciliária e de dados de impressões digitais, etc., foram entregues rapidamente às autoridades checas.

Apesar da boa cooperação, as partes da JIT enfrentaram alguns desafios jurídicos em relação à admissibilidade de meios de prova. No que respeita aos registos policiais das atividades de um agente infiltrado, o tribunal checo foi primeiro prudente, porque a provocação policial é ilegal na República Checa. Por fim, o tribunal considerou este meio de prova admissível, juntamente com os registos da vigilância dos suspeitos na Sérvia que foram trocados no âmbito da JIT.

Outro problema ocorrido foi que uma das pessoas detidas na Sérvia devia ter sido ouvida como testemunha nos processos checos, mas foi considerada um suspeito na Sérvia. O facto de a pessoa ser eventualmente ouvida como suspeito criou um obstáculo legal e o testemunho foi declarado inadmissível perante o tribunal checo. Felizmente, estava disponível uma quantidade suficiente de outros meios de prova para garantir uma condenação.

A detenção de dois suspeitos e a apreensão de 130 000 dólares americanos em notas falsas ocorreu na República Checa em setembro de 2015. Na Sérvia, outras sete pessoas foram detidas e foi efetuada uma busca domiciliária. Foi descoberta uma tipografia completamente equipada, incluindo 33 000 dólares americanos em notas falsas prontas para distribuição, outras notas em preparação e materiais necessários para falsificação. Os dois suspeitos na República Checa foram levados a julgamento. Em setembro de 2016, cada um deles foi sentenciado a 8 anos e 6 meses de prisão. No fim de 2016, a sentença checa ainda não tinha transitado em julgado. Na Sérvia, o caso contra alguns membros do GCO alcançou a fase de julgamento.

## 1.5 Gestão de informações da Eurojust

A Eurojust trabalhou para aumentar a funcionalidade e a operacionalidade do CMS, a base de dados interna que armazena e processa as informações relacionadas com os casos, tal como simplifica a monitorização da conformidade com as regras de proteção de dados.

Foram lançadas duas versões atualizadas do CMS para aumentar a velocidade de processamento de dados e configurar um sistema de gestão de correio eletrónico que permite aos utilizadores importar ou ligar grandes quantidades de mensagens de correio eletrónico das caixas de correio partilhadas do CMS das Delegações Nacionais para o CMS.

A Eurojust monitorizou o fluxo de notificações ao abrigo do Artigo 13 (5), (6) e (7) da Decisão do Conselho relativa à Eurojust recebidos dos Estados-Membros. Após consulta aos correspondentes nacionais para a Eurojust, o Colégio aprovou uma versão melhorada do formulário do Artigo 13. O formulário foi reestruturado para mais fácil utilização pelos Estados-Membros, e é diretamente importável para o CMS.

Avançou o estabelecimento de ligações de rede com 28 Estados-Membros para melhorar a segurança global na troca de informações entre a Eurojust e os Estados-Membros. A ligação de rede segura com a Áustria ficou operacional, aumentando para 14 países (BE, BG, CZ, ES, LV, LU, HU, NL, PL, RO, SI, FI, SE).

O desenvolvimento e a implementação de soluções para ligar os membros dos SNCE nos Estados-Membros ao CMS pararam devido a limitações orçamentais. Foram desenvolvidas novas abordagens para aumentar a capacidade da Eurojust para manter os conhecimentos estratégicos e operacionais: o Formulário de Informações do Caso para recolher

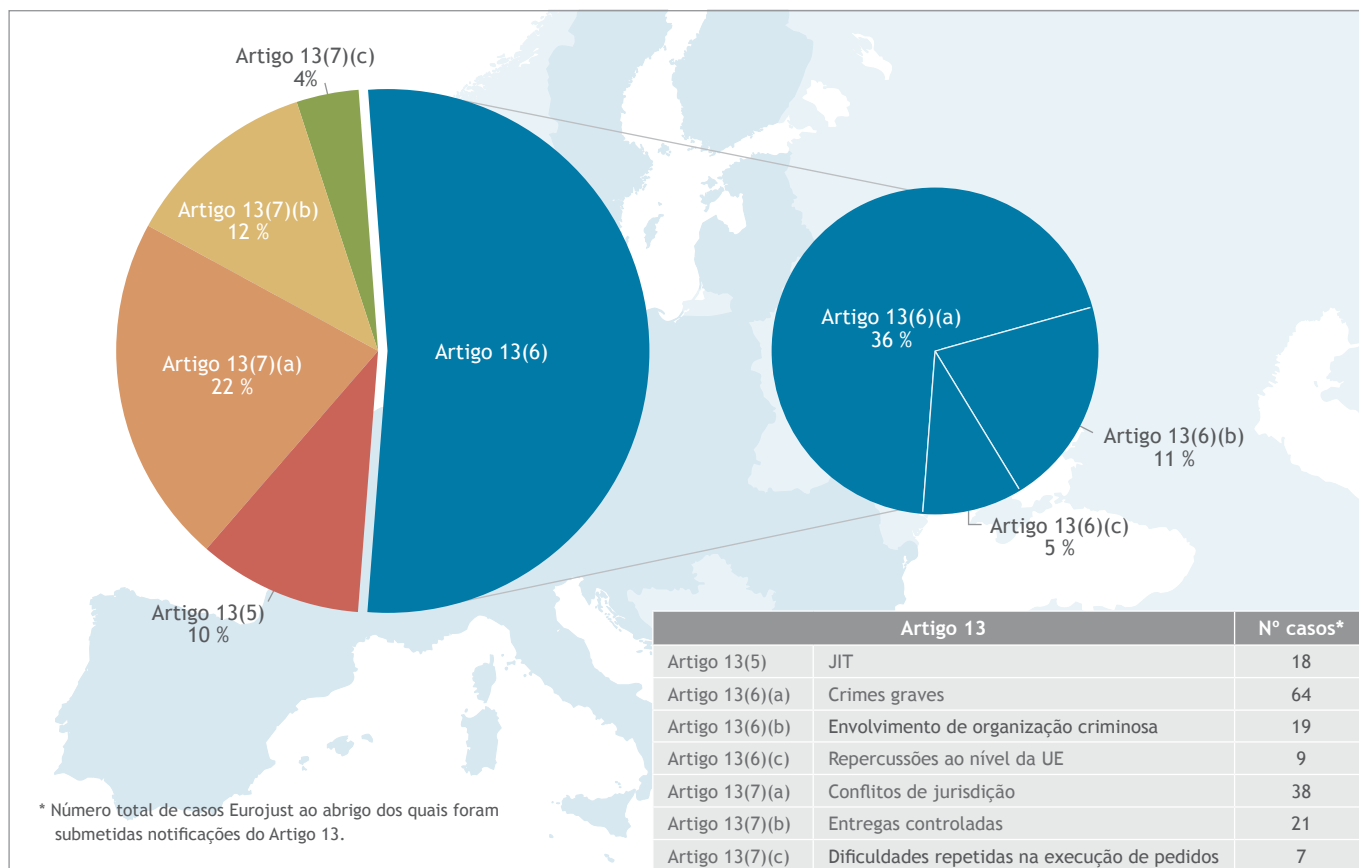
informações qualitativas, excluindo dados pessoais, sobre os casos da Eurojust, para procurar padrões, melhores práticas e lições aprendidas, e a Interface de Gestão de Conhecimentos, para centralizar informações estratégicas, como relatórios de casos sobre a aplicação de instrumentos de cooperação judiciária e áreas criminais prioritárias, ilustrações de casos, e resultados das reuniões da Eurojust.

### *Fichas suecas*

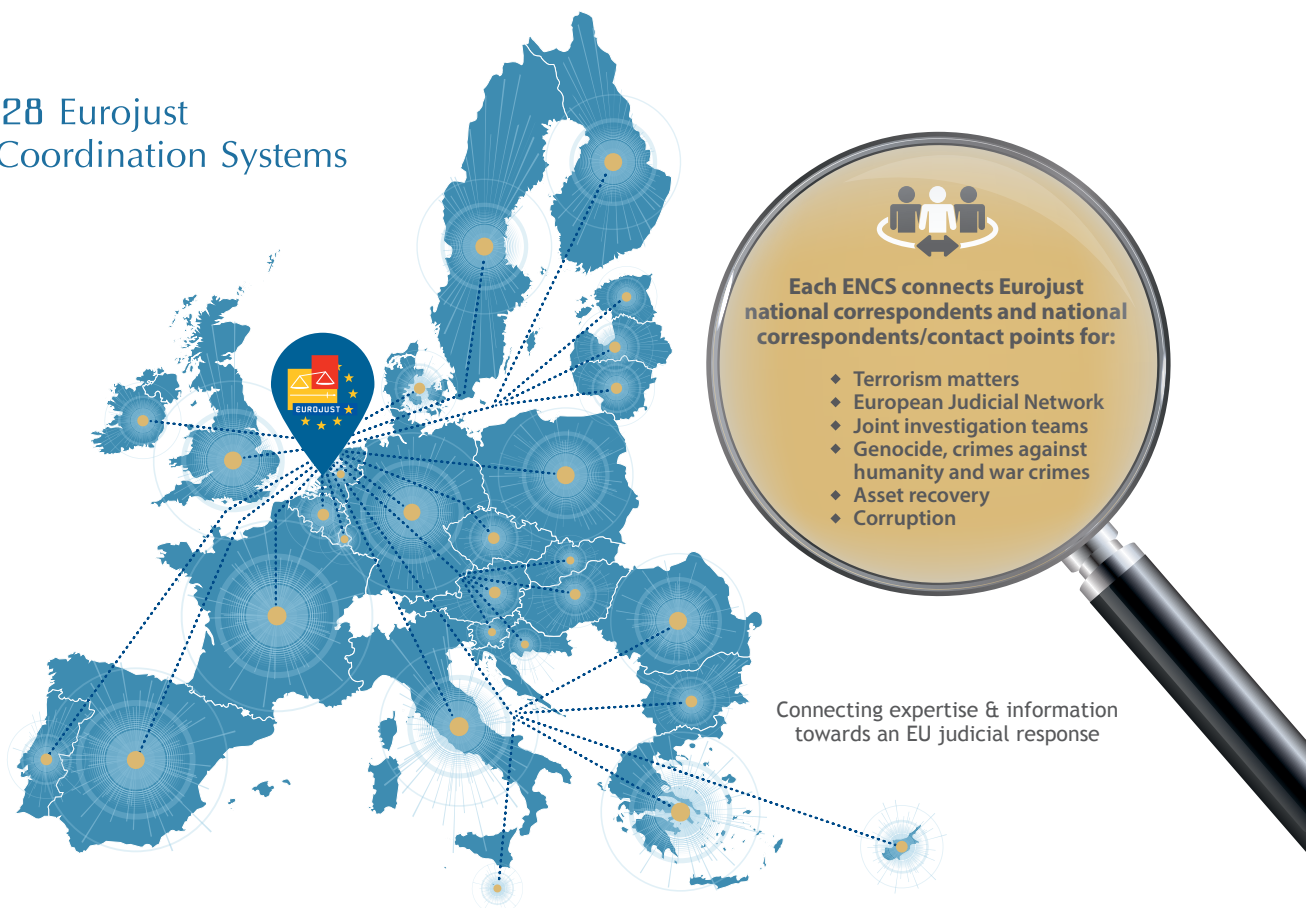
O SNCE já foi criado em 25 Estados-Membros. As *Fichas suecas* oferecem: (1) uma visão geral da estrutura e do funcionamento do SNCE nos Estados-Membros e (2) uma recolha de diretrizes relacionadas com a aplicação do Artigo 13 da Decisão do Conselho relativa à Eurojust, com o objetivo de melhorar a troca de informações dos Estados-Membros para a Eurojust e a distribuição dos casos entre a Eurojust e a RJE. Para responder melhor às necessidades dos profissionais, a Eurojust desenvolveu um novo modelo em 2016 que descreve completamente todos os SNCE nacionais. Além disso, as novas *Fichas* incluem uma secção específica sobre a experiência nacional e as melhores práticas para fornecer a informação a todos os Estados-Membros. As *Fichas* são atualizadas regularmente e estão disponíveis para os correspondentes nacionais para a Eurojust na área restrita da Eurojust.



## Casos ao abrigo do Artigo 13



## 28 Eurojust National Coordination Systems



# 2016

## Calendário



**2 de junho Haia**

Seminário estratégico sobre Keys to cyberspace durante a presidência holandesa da União Europeia



**3 de junho Haia**

Fórum Consultivo Conjunto durante as presidências holandesa e eslovaca

**7 – 9 de junho Amesterdão/Haia**

46ª reunião plenária da Rede Judiciária Europeia (RJE) e workshop com as Delegações Nacionais da Eurojust



**11 – 15 de abril Haia**

Visita de estudo da Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ)



**15 – 16 de junho Haia**

12ª reunião anual dos peritos nacionais das JIT

JANEIRO

FEVEREIRO

MARÇO

ABRIL

MAIO

JUNHO



**4 – 5 de fevereiro Haia**

Reunião tática sobre os Desafios judiciais decorrentes da introdução clandestina de migrantes



**3 de maio Bruxelas**

Eurojust e Montenegro assinam um Acordo de Cooperação



**23 de maio Haia**

1º Dia da UE contra a Impunidade para o genocídio, os crimes contra a humanidade e os crimes de guerra

**24 – 25 de maio Haia**

20ª reunião da Rede Europeia do Genocídio

**22 – 23 de junho Haia**

Reunião tática sobre Criar uma resposta judicial eficaz para os combatentes terroristas estrangeiros



**27 de junho Haia**

A Eurojust e a Ucrânia assinam um Acordo de Cooperação

**29 – 30 de junho Haia**

Reunião da EMPACT sobre crime organizado contra a propriedade



**12 – 13 de outubro Haia**  
21ª reunião da Rede Genocídio Europeia



**28 de outubro Haia**  
Reunião durante a presidência eslovaca sobre Cooperação judiciária em crimes fiscais



**11 de outubro Haia**  
Sir Julian King, Comissário da União Europeia para a Segurança da União, visita a Eurojust



**9 de novembro Haia**  
Klaus Meyer-Cabri foi eleito Vice-Presidente da Eurojust



**21 – 23 de novembro Bratislava**  
47ª reunião plenária da Rede Judiciária Europeia (RJE)



**12 de julho Haia**  
A Eurojust e o Gabinete de Propriedade Intelectual da União Europeia assinam um Memorando de Entendimento

JULHO

AGOSTO

SETEMBRO

OUTUBRO

NOVEMBRO

DEZEMBRO



**1 de setembro Haia**  
Hilde Stoltenberg é destacada para a Eurojust como Magistrada de Ligação da Noruega



**24 de novembro Haia**  
Reunião da Rede Judiciária Europeia do Cibercrime



**30 de novembro Haia**  
Despedida do edifício da Eurojust



**13 de dezembro Haia**  
Ladislav Hamran é reeleito Vice-Presidente da Eurojust





Os casos da Eurojust





## 2.1 Introdução

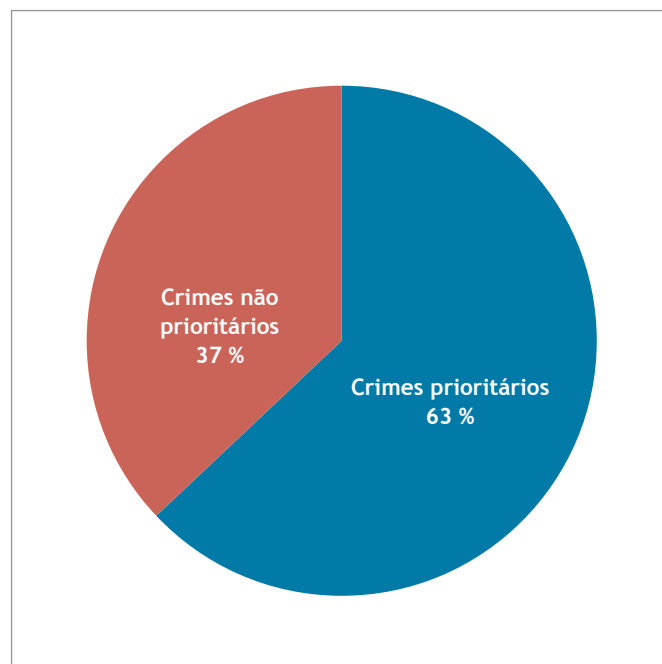
O foco operacional da Eurojust está alinhado com as prioridades das Agendas europeias sobre Segurança e Migração, adotadas pela Comissão Europeia em 2015. A Agenda sobre Segurança identifica o terrorismo, o cibercrime e a criminalidade organizada como prioridades para o período 2015 – 2020, devido à ameaça crescente colocada, assim como a sua dimensão transfronteiriça. A Agenda sobre a Emigração exige ação imediata para dismantlar as redes de introdução clandestina de migrantes. Além disso, o Plano de Ação da UE contra a introdução clandestina de migrantes 2015 – 2020 define ações específicas necessárias para implementar as duas agendas.

O papel da Eurojust na coordenação e na cooperação judiciárias é vital para dismantlar os GCO, perseguir os aspetos financeiros do crime, resolver problemas de múltiplas jurisdições e recolher meios de prova admissíveis para submeter os culpados a julgamento. A Eurojust contribui para a implementação das agendas da UE e intensificou as suas atividades, em especial no combate ao terrorismo, cibercrime e criminalidade organizada, incluindo introdução clandestina de migrantes e tráfico de seres humanos. O apoio operacional fornecido inclui a análise de assuntos legais, desenvolvimento das melhores práticas, cooperação com Estados terceiros e parceiros da UE, e trabalho em estreita colaboração com redes especializadas de peritos judiciários.

Em 2016, a ameaça emergente colocada pelo cibercrime foi reconhecida pelo Conselho nas suas

Conclusões de 9 de junho de 2016 ao criar a RJE. Esta rede de juízes e magistrados especializados tem como missão combater os desafios colocados pelo cibercrime, o crime facilitado pelo ciberespaço e as investigações no ciberespaço, assim como os obstáculos para garantir e obter eficazmente meios de prova eletrónicos. Em linha com as expetativas do Conselho, a Eurojust oferece apoio à rede para concretizar os seus objetivos.

*Tipos de crime prioritários da Eurojust*



Crime prioritário	Casos			Reuniões de coordenação			JIT		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Terrorismo	14	41	67	4	15	18	2	3	4
Cibercriminalidade	42	62	60	15	19	13	6	11	8
Introdução clandestina de emigrantes	32	60	65	10	20	12	9	9	11
TSH	71	79	93	12	32	33	18	21	32
Fraude	560	647	654	60	76	44	32	34	35
Corrupção	55	90	74	9	10	15	4	4	2
Tráfico de estupefacientes	283	274	254	52	57	41	31	25	24
GCOI	128	201	199	13	21	19	13	13	12
Infrações PIF	70	69	41	7	11	11	2	5	5
Crime não-prioritário									
Branqueamento de capitais	220	283	295	41	55	67	24	30	35
Crime ambiental	5	5	6	0	1	0	0	0	0

As prioridades operacionais da Eurojust espelham substancialmente as prioridades do Conselho para o combate ao crime organizado e grave entre 2014 e 2017. Como uma organização orientada para a procura e os eventos, as prioridades da Eurojust também incluem a corrupção e o terrorismo.

### 2.1.1 Terrorismo

A sequência hedionda de ataques terroristas mortíferos na Europa realçou a necessidade dos Estados-Membros combaterem o terrorismo de forma coordenada para garantir investigações e ações judiciais bem-sucedidas e fomentar a cooperação judicial. Observou-se o nível crescente de confiança das autoridades judiciárias na Eurojust e a maior necessidade do seu apoio nos casos de terrorismo.

O último ano assistiu a um aumento quase de cinco vezes no número de casos de terrorismo referidos à Eurojust para assistência desde 2014, e um progresso significativo na troca de informações sobre ofensas terroristas com a Eurojust, de acordo com a Decisão 2005/671/JHA do Conselho. A Eurojust apoiou 67 casos de terrorismo, incluindo os ataques terroristas em Bruxelas, em comparação com os 14 de 2014, e organizou 18 reuniões de coordenação e apoiou 4 JIT, uma das quais foi criada recentemente.

Foram transmitidas informações para a Eurojust sobre ações judiciais relacionadas com o terrorismo em 133 ocasiões, em comparação com as 30 de 2014, e sobre processos concluídos 275 vezes, em comparação com os 180 de 2014. A troca de informações relacionadas com o terrorismo com a Eurojust foi elevada na agenda política, esperando-se uma troca sistémica atempada.

A Eurojust continuou a elaborar o *Relatório de Acompanhamento das Condenações por Terrorismo* e a fazer análises judiciárias *ad hoc* de condenações em casos de terrorismo para disseminar aos profissionais as melhores práticas, questões legais complexas e diversas, argumentos e conclusões dos tribunais, desenvolvimentos legislativos a nível da União Europeia e nacional, bem como elementos críticos, como novas técnicas de recrutamento e indicadores precoces de radicalização.

Uma das notáveis decisões de tribunais analisadas foi a Operação CESTO, um importante esforço das autoridades espanholas contra uma rede de recrutamento e facilitação que enviou combatentes terroristas estrangeiros para a Síria. A análise judicial (Documento da Eurojust com distribuição limitada) resumiu os muitos desafios legais encontrados, incluindo a utilização de relatórios dos serviços secretos em processos criminais e as dificuldades em determinar a natureza terrorista de um grupo. A análise serve como fonte de inspiração na criação de casos de ação judicial bem-sucedidos nos Estados-Membros.

#### **Relatório de Acompanhamento das Condenações por Terrorismo**

O TCM é um relatório interno da Eurojust de acesso restrito, distribuído a juízes e procuradores que lidam com casos de terrorismo e que é publicado regularmente desde 2008. Fornece uma visão geral das condenações e das absolvições relacionadas com o terrorismo em toda a União Europeia, atualizações de natureza legal, e análises judiciais de julgamentos relevantes.

O TCM é baseado em informações de acesso livre e informações sobre condenações em casos de crimes de terrorismo fornecidas pelas autoridades nacionais sobre a implementação da Decisão 2005/671/JAI do Conselho. Os capítulos de tratamento analítico das questões produzidas em 2016 incluíram a análise de julgamentos realizados em tribunais belgas, dinamarqueses, franceses, suecos e suíços no que respeita a redes de recrutamento de terroristas e combatentes terroristas estrangeiros.

Conforme solicitado pelo Conselho nas suas Conclusões de 2015 sobre a melhoria da resposta da justiça criminal à radicalização que conduz ao terrorismo e ao extremismo violento, a Eurojust monitorizou as condenações em casos de terrorismo para saber se as alternativas à prisão e os programas de reabilitação são impostos pelos tribunais. Fomentou a troca de lições e práticas nacionais aprendidas, em especial em relação às ferramentas de avaliação de risco utilizadas pelos juízes e pelos procuradores para avaliar o nível de ameaça colocado pelos combatentes terroristas estrangeiros, bem como os programas de desradicalização.

Em novembro, a Eurojust forneceu informações sobre o seu trabalho e conclusões na audição do Comité LIBE sobre prevenção e combate à radicalização.

Em 2016, a análise da resposta da justiça criminal ao fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros realizada pela Eurojust focou-se em assuntos específicos: (i) poderes especiais e de emergência aplicáveis no caso de ataques terroristas; (ii) admissibilidade de relatórios secretos (estrangeiros) como meio de prova em processos criminais; (iii) desradicalização e alternativas à ação judicial e detenção; e (iv) ligações entre o terrorismo e o crime organizado.

Na reunião tática sobre *Criar uma resposta judicial eficaz ao fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros* com os correspondentes nacionais

da Eurojust para assuntos relacionados com o terrorismo, incluindo procuradores especializados em contraterrorismo da Suíça, Noruega, EUA, Turquia, Montenegro, Albânia, Sérvia e Bósnia-Herzegovina, bem como o Coordenador de Contraterrorismo da UE, chefe da ECTC e o Diretor do Centro de Situação e dos Serviços Secretos da UE – foram partilhadas experiências operacionais sobre assuntos como as redes de recrutamento, as ligações transfronteiriças e os atos preparatórios para o terrorismo.

O quarto relatório dos combatentes terroristas estrangeiros (classificado como Restrito à UE), publicado em dezembro, compilou todas as conclusões relevantes da Eurojust ao longo do ano, as suas visões sobre a resposta da justiça criminal ao fenómeno dos combatentes terroristas estrangeiros, desenvolvimentos nos Estados-Membros, várias recomendações para a União Europeia e os Estados-Membros e ações de acompanhamento para a Eurojust.

A Eurojust também produziu um resumo das conclusões principais do relatório dos combatentes terroristas estrangeiros de 2015, publicado em 2016 como um documento da Eurojust com acesso limitado. Na sequência das recomendações realizadas nos relatórios dos combatentes terroristas estrangeiros de 2014 e de 2015 para uma atualização do quadro legal da UE relacionado com o terrorismo, e baseada na sua experiência operacional, em abril, a Eurojust apresentou as suas ideias sobre a proposta para Diretiva de Combate ao Terrorismo numa reunião sombra do Comité LIBE.

A Eurojust desempenha um papel importante na facilitação da cooperação judicial entre os Estados-Membros e os Estados terceiros, em especial das regiões MENA e dos Balcãs Ocidentais. A Eurojust estabeleceu pontos de contacto na Argélia, Egito, Iraque, Israel, Jordânia, Líbano, Autoridade Palestiniana, Arábia Saudita e Tunísia. Em 8 de junho, a Eurojust participou no Diálogo sobre Contraterrorismo UE-Turquia, que conduziu a um compromisso reiterado para avançar rapidamente com esforços comuns contra a ameaça colocada pelos combatentes terroristas estrangeiros e uma afirmação da determinação da Turquia para trabalhar em estreita colaboração com a Eurojust e outras agências da UE relevantes para combater este fenómeno.

A rede de correspondentes nacionais da Eurojust para assuntos relacionados com o terrorismo serviu como um ponto de contacto principal para responder aos ataques terroristas de Bruxelas em 2016. Uma hora após os ataques de 22 de março, que envolveram ataques bombistas suicidas coordenados no metropolitano e no Aeroporto de Bruxelas Zaventem, que originaram 32 mortos e centenas de feridos, a Eurojust ativou a sua rede de correspondentes para assuntos relacionados com o terrorismo para garantir que as autoridades judiciais competentes de todos os Estados-Membros estavam sempre disponíveis para receber e processar

imediatamente qualquer pedido ou decisão sobre cooperação judicial.

A ativação da rede facilitou o fornecimento de assistência rápida e completa à investigação belga neste grande incidente terrorista, ao apoiar e complementar a nível nacional com um foco na dimensão internacional dos ataques e a identificação de redes criminosas e atividades criminais associadas. A Eurojust também esteve em estado de prontidão para responder rapidamente a quaisquer pedidos de ajuda e coordenação das autoridades nacionais competentes.

A investigação na Bélgica revelou uma sofisticada rede terrorista com ligações a outros Estados-Membros e aos ataques de Paris, com bombistas suicidas a serem apoiados por várias pessoas, e com ligações a outros crimes graves e redes de tráfico de armas e falsificação de documentos. A pessoa vista junto a um dos bombistas suicidas na videovigilância do ataque no metro de Bruxelas escapou minutos antes da detonação e foi identificada como um conhecido combatente terrorista estrangeiro na Síria. O seu ADN, encontrado em várias “casas seguras” e automóveis utilizados pela rede terrorista, conduziu à descoberta de ligações a outros Estados-Membros e o seu envolvimento com os atacantes de Paris.

O Procurador Federal da Bélgica solicitou ajuda urgente da Eurojust para simplificar o envio de um MLA para outro Estado-Membro. A reação pronta da Eurojust foi de importância fundamental na identificação, num curto espaço de tempo, da autoridade correta com quem cooperar no estrangeiro para executar imediatamente o pedido e acelerar a troca de informações a nível judicial.

O apoio da Eurojust garantiu a localização e a captura de um dos cúmplices nos ataques de Bruxelas. A sua

### **Manual do CBRN-E**

O *Manual do CBRN-E* é um produto da Eurojust atualizado regularmente que fornece aos profissionais da UE suporte jurídico especializado multissetorial para investigações e processos penais relacionados com crimes transnacionais (CBRN-E) envolvendo produtos químicos, biológicos, radiológicos, nucleares e explosivos.

Oferece uma visão geral da legislação mais relevante a nível da UE e a nível Internacional aplicável às substâncias CBRN-E, bem como organismos, sistemas e bases de dados supranacionais na área dos CBRN-E. Foi efetuada uma atualização em 2016.



prisão foi efetuada em 8 de abril, em coordenação com a prisão no mesmo dia “homem do chapéu” visto na câmara CCTV como o bombista suicida do aeroporto que fugiu da cena.

### 2.1.2 Cibercrime

A cooperação judicial no campo do cibercrime enfrenta muitos desafios distintos, a maioria decorrente da natureza sem fronteiras inerente deste fenómeno criminal e as diferenças legislativas significativas existentes a nível nacional. A Eurojust apoiou 60 casos, 13 reuniões de coordenação e oito JIT, duas das quais foram criadas recentemente.

Além do apoio operacional, outras atividades da Eurojust na área do cibercrime facilitaram a partilha de experiências e conhecimentos entre os profissionais nacionais, em áreas críticas como a cooperação com os ISP localizados nos EUA e a encriptação de dados.

A Eurojust foi fundamental na criação de uma comunidade de profissionais especializados em cibercrime, e saudou a criação da RJEC. A RJEC tem pelo menos um representante nacional das autoridades judiciais com os conhecimentos adequados por Estado-Membro.

A RJEC irá simplificar e melhorar a cooperação entre as autoridades judiciais competentes ao permitir a troca de competências, melhores práticas e outros conhecimentos relevantes no que respeita à investigação e à ação judicial do cibercrime. A rede também irá fomentar o diálogo entre diferentes atores que desempenham um papel na garantia do primado

do direito no ciberespaço. A Eurojust está encarregada de fornecer apoio e garantir a cooperação com a rede. Em novembro, a reunião da abertura da RJEC na Eurojust focou-se nos obstáculos técnicos, legais e práticos à encriptação e investigações secretas online.

Os peritos da Eurojust participaram nas reuniões sobre meios de prova eletrónicos organizadas pela Comissão com um seguimento das Conclusões do Conselho de 9 de junho de 2016 sobre a melhoria da justiça criminal no ciberespaço, que abordaram três áreas em que as melhorias são desejadas pelos profissionais: a execução de MLA, cooperação direta com ISP e mecanismos para estabelecer jurisdição no ciberespaço. A Eurojust partilhou a sua visão para os desafios comuns enfrentados pelos profissionais, assim como as melhores práticas para vencer estes desafios, incluindo problemas de aplicação da jurisdição no ciberespaço.

A Eurojust continuou a trabalhar em estreita colaboração com outras pessoas e parceiros institucionais para garantir a eficácia das investigações e ações judiciais em casos de cibercrime. O Perito Nacional Destacado da Eurojust em Cibercrime, em especial, atou como um criador de pontes entre a Eurojust e a Europol, facilitando a troca de informações, e apoiando e coordenando a cooperação com o EC3.

No âmbito da EMPACT Cibercrime - Exploração Sexual de Crianças, a Eurojust efetuou uma análise dos casos da Eurojust do CSE online, resumindo os desafios em investigações e ações judiciais dos casos CSE, assim como as soluções e as melhores práticas.

De janeiro a março de 2016, um Procurador do Cibercrime dos EUA foi destacado para a Eurojust para trabalhar com as Delegações Nacionais e o EC3 para estabelecer uma cooperação operacional mais estreita com o representante norte-americano em matérias de cibercrime e aumentar a compreensão do direito penal norte-americano. A Eurojust e as autoridades norte-americanas saudaram esta iniciativa, que conduziu a muito bons resultados.

A Eurojust aderiu a uma coligação em crescimento de entidades públicas e privadas que apoiam o projeto “No More Ransom”, criado originalmente pelas autoridades holandesas, o EC3 e duas empresas privadas de cibersegurança. O objetivo do projeto é ajudar ativamente as vítimas de ransomware ao disponibilizar as chaves de descriptação encontradas no decurso de investigações criminais.

A Eurojust é membro do comité diretor do Projeto Cibercrime lançado pelo Fórum Económico Mundial em 2015, com o objetivo de melhorar a cooperação público-privada no combate ao cibercrime. No âmbito deste projeto, as “Recomendações para a Parceria Público-Privada contra o Cibercrime” foram publicadas em 2016.

#### ***Relatório de Acompanhamento Judicial da Cibercriminalidade***

Em 2016, a Eurojust lançou o CJM. O CJM é um documento da Eurojust com acesso restrito, publicado anualmente e concebido como uma ferramenta de relatório para apoiar os profissionais na investigação e no processo penal de casos de cibercrime. O CJM realça os desenvolvimentos legislativos relevantes na área do cibercrime e nos crimes no ciberespaço. Além disso, fornece análises extensas de decisões de tribunais nacionais selecionadas em caso de casos de cibercrimes, assim como um capítulo sobre um tópico de interesse, elaborado com base nas discussões em curso ou nas tendências emergentes.

Foram cobertos dois tópicos de interesse no CJM publicado no ano passado: as decisões do tribunal no caso da Yahoo! na Bélgica e o acesso remoto a dados ou a computadores.



**Branislav Boháčik**, Procurador, Procuradoria-Geral da República da Eslováquia, declarou:

*A criação da RJEC é o cumprimento de um desejo antigo dos profissionais. Nesta rede, poderão partilhar as suas experiências e conhecimentos, e trabalhar em estreita colaboração com os seus colegas dos Estados-Membros da UE para lidar com os muitos desafios que enfrentam durante as investigações e os processos penais de cibercrime e de crimes relacionados com o ciberespaço, como a encriptação.*

### 2.1.3 Introdução clandestina de migrantes

Os Estados-Membros continuaram a enfrentar graves desafios decorrentes do grande aumento da introdução clandestina de migrantes e pediram às agências e às instituições da UE para identificarem e implementarem avenidas novas e mais eficazes para lidar com esta emergência humanitária sem precedentes. A Eurojust redobrou os seus esforços para fortalecer a capacidade dos Estados-Membros para dismantelar e julgar as organizações criminosas por trás das redes de tráfico e introdução clandestina de migrantes.

A Eurojust registou 65 casos, um ligeiro aumento em comparação com 2015, no pico da crise humanitária,

organizou 12 reuniões de coordenação e financiou 11 JIT, cinco das quais foram criadas recentemente. Uma JIT envolveu um Estado terceiro (Sérvia). A utilização das JIT em casos de introdução clandestina de migrantes e o envolvimento de Estados terceiros nas JIT foram temas da reunião dos peritos da JIT (consultar secções 1.4 e 6.2).

A Eurojust apoia os Estados-Membros na linha da frente que enfrentam uma pressão migratória significativa nas suas fronteiras externas. As atividades efetuadas nas localizações Hotspot estão focadas principalmente na identificação, registo e análise de migrantes. A Eurojust não está fisicamente presente nos Hotspots, mas estabeleceu pontos de contacto judiciais dedicados na Grécia e em Itália para apoiar

#### Jurisdição em caso de introdução clandestina de migrantes

Em agosto de 2015, um camião abandonado foi encontrado junto a uma autoestrada na Áustria, junto à fronteira húngara. Foram descobertos os corpos de 71 migrantes no interior. Este incidente despoletou imediatamente investigações na Hungria e na Áustria. Quatro suspeitos de nacionalidade búlgara e um suspeito afegão, todos pertencentes a um GCO envolvido na introdução clandestina de migrantes, foram identificados e detidos na Hungria dias mais tarde. Os alegados facilitadores dos crimes foram presos mais tarde na Alemanha e também foram abertos casos contra suspeitos na Bulgária e na Sérvia.

Para uma cooperação judicial rápida entre os países afetados, as autoridades húngaras solicitaram o apoio da Eurojust. Uma reunião de coordenação e uma reunião operacional na Europol foram organizadas 48 horas após o pedido. Na reunião de coordenação da Eurojust, ficou clara a existência de mais de 10 investigações em curso na Alemanha respeitantes ao transporte de migrantes, planeado, organizado e efetuado pelo mesmo GCO, realçando a necessidade de cooperação e de troca de informações. Foi considerada uma JIT entre a Hungria, a Áustria e a Alemanha; no entanto, os participantes concordaram em que a cooperação baseada em pedidos de MLA era mais adequada. A Áustria já tinha enviado vários pedidos de MLA para a Hungria e emitido MDE para a Hungria e a Bulgária.

Na sequência da reunião de coordenação, a Eurojust monitorizou e facilitou a execução dos pedidos de MLA da Hungria enviados para a Sérvia, a Eslováquia e a Itália para recolher meios de prova e informações relacionados com o caso. Surgiu um obstáculo legal relacionado com a retenção de dados quando um pedido de MLA da Hungria para dados de telecomunicações foi enviado para a Eslováquia. Devido à anulação da Diretiva de Retenção de Dados pelo TJUE em 2015, não estava em vigor nenhuma legislação de retenção de dados na Eslováquia na altura do incidente. Após a entrada em vigor da nova legislação eslovaca com um período de retenção de seis meses em janeiro de 2016, as autoridades nacionais, com a ajuda da Eurojust, foram capazes de salvaguardar a execução atempada do pedido.

Para evitar os possíveis conflitos de jurisdição que podem ocorrer devido à realização de várias investigações paralelas e à emissão de mandados de captura, a Eurojust garantiu que uma estratégia do caso efetiva fosse acordada. Devido às atividades generalizadas do GCO, foi necessária uma divisão de tarefas para garantir processos penais bem-sucedidos. À medida que as investigações mostraram que os alegados assassinos e a introdução clandestina de migrantes tiveram lugar em território húngaro, foi discutida uma transferência dos processos da Áustria, porque a concentração dos processos num Estado-Membro melhoraria a eficácia e a solidez do caso contra os membros do GCO. A investigação paralela continuou até novembro de 2015, quando ocorreu a transferência dos processos austríacos, e as autoridades húngaras concordaram em processar todos os aspetos. Para este efeito, os meios de prova recolhidos na Áustria, incluindo opiniões de peritos, autópsias e testes de ADN, foram enviados para utilização nos processos húngaros. Ao mesmo tempo, a Áustria transferiu os processos de outro caso ligado para as autoridades húngaras. As autoridades alemãs processaram os facilitadores detidos na Alemanha. Para ajudar a distinguir entre os condutores e os organizadores dentro do GCO, as autoridades húngaras forneceram aos homólogos alemães as disposições legais com base nas quais foram efetuadas as ações judiciais criminais húngaras. No fim de 2016, os processos húngaro e alemão estavam numa fase de prejulgamento.

os Hotspots e canalizar casos e informações relevantes para as Delegações Nacionais da Eurojust para acompanhamento judicial e coordenação a nível da UE.

O Grupo Temático sobre Introdução Clandestina de Imigrantes, criado em 2015, oferece ajuda aos profissionais que tratam da introdução clandestina de migrantes transfronteiriça. A Eurojust preparou análises de jurisprudência nacional sobre introdução clandestina de migrantes e ofensas relacionadas em Espanha, Itália e França, que identificam os desafios práticos e legais na investigação e ação judicial, e as melhores práticas. A Eurojust está a recolher informações e a desenvolver ferramentas para profissionais sobre a legislação nacional aplicável sobre a introdução clandestina de migrantes e ofensas relacionadas nos Estados-Membros, incluindo pontos fortes e fracos dessas leis, para ajudar os profissionais na conceção de estratégias de acusação eficazes. A Eurojust também apoiou a Comissão na avaliação da lei da UE sobre facilitação de migração irregular, o chamado “Pacote dos Intermediários”, ao dar um parecer sob uma perspetiva acusatória.

Em fevereiro, a Eurojust organizou a reunião tática, *Desafios judiciais decorrentes da introdução clandestina de migrantes*. Os participantes ofereceram uma visão geral da cooperação operacional entre os parceiros europeus no combate à emigração ilegal, e a experiência dos pontos de contacto e os magistrados de ligação colocados noutros Estados-Membros, assim nos Hotspots em Itália e na Grécia. O foco era na partilha de informações, recolha e admissibilidade de meios de prova e outros problemas práticos que afetam a cooperação judicial. Também discutiram os problemas relacionados com a tradução e a interpretação, que causam dificuldades graves às autoridades nacionais, por exemplo, na identificação de tradutores e intérpretes fidedignos e certificados para dialetos e idiomas raros utilizados pelos migrantes e organizações criminosas, incluindo os elevados custos e o grande volume de meios de prova. Num exemplo discutido durante a reunião, um procurador não conseguiu utilizar meios de prova (escutas telefónicas) de outro Estado-Membro, porque a tradução teria custos elevados e não havia fundos disponíveis para esse fim. A falta de fundos para traduzir uma ordem de detenção prejudicou com mais de 350 páginas também foi um fator num caso complexo de emigração ilegal registado na Eurojust. A tradução foi essencial para abrir investigações nas suas jurisdições. Como consequência, nem todos os Estados-Membros abriram investigações. Um resultado das conclusões da reunião foi publicado como documento da UE 9456/16.

Em abril, a Eurojust juntou profissionais judiciais e policiais de França, Reino Unido, Bélgica e Holanda para uma reunião operacional sobre introdução clandestina de migrantes na região do Mar do Norte. Os participantes realçaram a necessidade de melhorar a partilha de informações, facilitar as investigações financeiras focadas na apreensão

dos lucros consideráveis gerados pelas atividades de introdução clandestina de migrantes, aumentar a atenção sobre a utilização de documentos oficiais forjados e falsificados, e melhorar as operações de vigilância transfronteiriça para mapear melhor as ofensas relacionadas com a introdução clandestina de migrantes e elaborar ações judiciais mais estruturadas.

A Eurojust continuou a trabalhar para aumentar a cooperação operacional com Estados terceiros e outros parceiros institucionais, e participou no grupo de agências da UE de contacto da Comissão sobre introdução clandestina de migrantes.

Uma delegação da EUNAVFOR MED de elevado nível visitou a Eurojust em julho, discutiu as suas atividades com o Colégio, trocou ideias sobre aspetos judiciais e a qualidade da partilha de informações, e explorou formas de fortalecer a sua relação mútua no âmbito da Carta de Entendimento assinada em outubro de 2015. Foram realizadas reuniões regulares com a Europol para discutir o envolvimento em casos de elevada prioridade e o progresso com a JOT MARE. A Eurojust participou nas atividades da EMPACT FII (Introdução Clandestina de migrantes Intermediada).

## 2.1.4 Tráfico de seres humanos

O apoio da Eurojust às investigações e ações judiciais nacionais relativas ao tráfico de seres humanos aumentou. A Eurojust registou 93 casos e organizou 33 reuniões de coordenação. Pela primeira vez, dois países latino-americanos, Colômbia e Paraguai, foram envolvidos como países requeridos em casos. Foi notado um aumento significativo na utilização das JIT: 32 JIT estavam ativas em casos de tráfico humano (21 em 2015), 19 das quais foram criadas recentemente em 2016.

A Eurojust articulou o apoio operacional com as atividades estratégicas para melhorar a eficácia da cooperação judicial internacional e reforçar a sua parceria com outras agências e instituições da UE para racionalizar ações e otimizar recursos no combate contra o tráfico de seres humanos.

Em junho, a Coordenadora Antitráfico de seres humanos da UE visitou a Eurojust para discutir o impacto das leis nacionais que criminalizam os consumidores finais, os utilizadores de serviços ou as atividades resultantes da exploração de vítimas de tráfico de seres humanos, de acordo com o Artigo 18 da Diretiva Antitráfico de seres humanos 2011/36/UE. Também apresentou ao Colégio as conclusões do relatório da Comissão sobre o progresso efetuado na área do tráfico de seres humanos e o *Study on case law relating to THB for labour exploitation*, publicado em outubro de 2015.

A Eurojust deu a sua visão para a *Strategy on Trafficking in Human Beings* da UE pós-2016, que segue a *Strategy towards the eradication of trafficking in human*



*beings da UE 2012 – 2016.* A Eurojust identificou as seguintes prioridades: melhorar a cooperação judicial transfronteiriça em casos de tráfico de seres humanos, incluindo cooperação com Estados terceiros; explorar ligações entre a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos; e abordar as características de casos de tráfico de seres humanos que envolvam vítimas infantis.

A Eurojust apoiou o projeto *TeamWork! Strengthening multidisciplinary cooperation against trafficking for labour exploitation*, e moderou o workshop *Prosecuting THB for labour exploitation*. Como consequência, foi produzido um manual para peritos sobre cooperação multidisciplinar contra o tráfico de seres humanos para exploração laboral, que apela à utilização do apoio que a Eurojust pode oferecer aos magistrados no tratamento de casos de tráfico de seres humanos transfronteiriço.

A Eurojust também contribuiu para o relatório que seguiu o workshop de peritos da Rede de Agências JHA organizado pela França em abril, sobre vítimas do crime grave e organizado, *How can JHA agencies improve the impact of their work relating to victims of serious and organised crime?* A Eurojust realçou a importância de salvaguardar não apenas as vítimas do tráfico de seres humanos, mas também as suas famílias no país de origem, assim como aumentar a sensibilidade dos procuradores para as vítimas.

### 2.1.5 Fraude

Os casos de fraude representam a maior parte do número de casos registados (654), que incluíram reuniões de coordenação (44), centros de coordenação (5) e JIT (35, nove das quais foram criadas recentemente). A Eurojust apoiou autoridades nacionais ao fornecer as suas competências, em especial, nas áreas do combate à fraude do IVA e do crime fiscal, assim como salvaguardar os direitos de propriedade intelectual.

Os casos de fraude do IVA (chamada “fraude do carrossel”) são especialmente complexos, envolvendo comerciantes fraudulentos que importam e exportam mercadorias isentas de IVA através de vários Estados-Membros. Em cada fase deste comércio fraudulento, o IVA é adicionado (por vezes até 25 por cento), com as empresas envolvidas no carrossel a desaparecerem. O exportador final solicita um reembolso do IVA e, em seguida, desaparece.

A cooperação com os interessados e os parceiros institucionais continuou. Em julho, a Eurojust e o Gabinete de Propriedade Intelectual da União Europeia (EUIPO), anteriormente conhecido como Gabinete para a Harmonização no Mercado Interno (OHIM), assinaram um Memorando de Entendimento (MoU) para expandir a colaboração frutífera existente para apoiar os procuradores europeus que trabalham com casos relacionados com violações dos direitos de propriedade intelectual. O MoU permite desenvolver

projetos de cooperação específicos, como seminários conjuntos, formação e informações secretas para apoiar os procuradores. Além disso, o MoU reforça as capacidades da Rede Europeia de Procuradores de Propriedade Intelectual (EIPPN).

Em outubro, a Eurojust, em cooperação com a presidência eslovaca da União Europeia, organizou uma reunião tática, *Judicial Cooperation in Tax Crime Matters*, com procuradores de alto nível especializados no combate à fraude dos Estados-Membros, Suíça e EUA (consultar a secção 4.2).

A Eurojust participou na audição pública do Parlamento Europeu, *Anti-money laundering and tax evasion: Who assures compliance with the rules and enforces them?*, organizada em novembro.

A Eurojust tornou-se membro do Conselho Consultivo da Coligação Coordenada do Crime da Propriedade Intelectual, criada na Europol em julho de 2016 com o objetivo de juntar os interessados dos setores público e privado e de criar sinergias entre as ações realizadas pelas diferentes entidades envolvidas contra o crime da propriedade intelectual.

#### **Estratégia de caso de corrupção acordada numa reunião de nível II**

Uma investigação espanhola de corrupção e branqueamento de capitais associada em operações de comércio internacional foi iniciada em 2013, a seguir a um pedido de MLA do Luxemburgo que indicava que parte da atividade criminal nesse Estado-Membro poderia estar a ser dirigida a partir de Espanha. As práticas ilegais envolviam instituições públicas em Angola e empresas públicas e privadas em Espanha. Os crimes foram alegadamente cometidos por executivos de uma empresa pública espanhola designada para fornecer veículos, uniformes e outros materiais à Polícia Nacional de Angola. Em outubro de 2014, o juiz de investigação do Luxemburgo fechou formalmente o caso e entregou-o às autoridades espanholas como uma troca de informações espontânea ao abrigo do Artigo 7 da Convenção da MLA de 2000.

As investigações no Luxemburgo e em Espanha revelaram que as autoridades angolanas pagaram mais de 150 milhões de euros à empresa espanhola através de uma conta bancária na China. No entanto, a empresa espanhola em questão só forneceu materiais à Polícia Nacional de Angola no valor aproximado de 50 milhões de euros.

Os restantes 100 milhões de euros foram alegadamente desviados por pessoas em Angola e em Espanha. Os suspeitos criaram uma rede de contas bancárias e de empresas-fantasma em Angola, Europa e Ásia para ocultar o destino final do dinheiro roubado, seguindo um padrão de branqueamento de capitais clássico em sucessivas etapas: colocação, lavagem e integração.

Para recolher declarações de testemunhas e informações sobre as contas bancárias utilizadas em Angola, as autoridades espanholas enviaram um pedido de MLA para Angola em fevereiro de 2015 com base na Convenção das Nações Unidas de 2003 contra a Corrupção. Como estavam alegadamente envolvidos nos crimes vários bancos e pessoas em vários países europeus, as autoridades espanholas abordaram a Eurojust em junho de 2015, inicialmente procurando informações sobre o estado de execução dos pedidos de MLA previamente emitidos para o Luxemburgo, a Bélgica e a Suíça ao abrigo da Convenção da OCDE sobre Combating Bribery of Foreign Public Officials in International Business Transactions.

A Delegação Nacional espanhola organizou uma **reunião de nível II** com a Delegação Nacional belga e a Magistrada de Ligação suíça para acordar uma estratégia de cooperação. Como consequência, a Eurojust facilitou a execução rápida de vários pedidos de MLA para a Suíça e a Bélgica para obter informações sobre contas bancárias dos suspeitos e congelar urgentemente as contas. À medida que o caso avançava e mais meios de prova eram recolhidos, Espanha emitiu pedidos de MLA para França, Itália, Portugal e Reino Unido em outubro de 2015. Para determinar as restantes necessidades de cooperação, a Eurojust forneceu uma análise do padrão de branqueamento de capitais aplicado e dos suspeitos envolvidos, assim como uma visão geral do estado de execução dos pedidos.

A Eurojust ajudou as autoridades espanholas quando foi emitido um pedido de MLA suplementar para Angola, pedindo às autoridades angolanas para entregar a pronúncia contra quatro suspeitos. Para melhorar a execução dos pedidos de MLA inicial e suplementar, a Delegação Nacional portuguesa recomendou a ajuda do procurador de Angola que é o ponto de contacto para a cooperação judicial internacional para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Esta ação conduziu a uma cooperação bem-sucedida com as autoridades angolanas, e, em outubro de 2016, os pedidos de MLA foram executados.

Devido a investigações bem-sucedidas e à cooperação judicial internacional através da Eurojust, os processos foram iniciados contra alguns dos suspeitos em Espanha em 2016.

### 2.1.6 Corrupção

A corrupção enfraquece a confiança nos setores público e privado. A Eurojust está empenhada em apoiar as autoridades judiciais dos Estados-Membros nos seus esforços para combater a corrupção, e tratou de 74 casos de corrupção, organizou 15 reuniões de coordenação e financiou duas JIT, uma das quais foi criada recentemente.

Para informar potenciais parceiros operacionais do trabalho da Eurojust no campo da corrupção, a Eurojust recebeu visitas de representantes da Rede Anticorrupção, assim como duas autoridades ucranianas, o Gabinete Nacional, uma agência policial governamental, responsável pela investigação da corrupção de altos funcionários do governo de acordo com a sua competência, e o Gabinete do Procurador Especial Anticorrupção, responsável pela condução da ação judicial dos casos investigados pelo Gabinete Nacional.

A Eurojust participa como observador na Rede Interagências de Recuperação de Ativos Camden (CARIN) e na Plataforma de Gabinetes de Recuperação de Ativos (ARO) desde 2004 e 2008, respetivamente.

### 2.1.7 Tráfico de estupefacientes

A Eurojust tratou de um número significativo de casos de tráfico de estupefacientes (254), que incluíram reuniões de coordenação (41), centro de coordenação (um) e JIT (24, 13 das quais foram criadas recentemente). A Eurojust, em estreita colaboração com os parceiros institucionais, trabalhou para reforçar a capacidade dos Estados-Membros para abordar eficazmente as ameaças emergentes na área das novas substâncias psicoativas (NPS), assim como as entregas controladas.

Em novembro, a Eurojust e a EMCDDA publicaram um relatório chamado *New psychoactive substances in Europe: legislation and prosecution – current challenges and solutions*. O relatório tem como objetivo ajudar as autoridades nacionais confrontadas com a rápida evolução do mercado europeu de NPS, que as desafiou para encontrarem mecanismos de controlo adequados e eficientes. O relatório combina a experiência operacional da Eurojust na análise e nas ações judiciais transfronteiriças relacionadas com estupefacientes do TJUE de 10 de julho de 2014 sobre produtos medicinais (Casos associados C-358/13 e C-181/14) com as capacidades de análise e monitorização de estupefacientes da EMCDDA.

A Eurojust aconselha as autoridades nacionais sobre a conversão das informações recolhidas durante uma entrega controlada em meio de prova, e facilita a troca de informações e documentos após os pedidos de MLA. Em outubro de 2015, o Colégio organizou uma discussão temática sobre requisitos legais e problemas operacionais relacionados com entregas controladas (consultar [Relatório Anual da Eurojust 2014](#), p. 60). A Eurojust manteve a ligação com o Conselho da Europa e a Europol para identificar possíveis sinergias, e partilhou o seu relatório, *Legal and Operational Issues Identified by Eurojust in Controlled Deliveries* no âmbito dos projetos EMPACT relacionados. A Eurojust está a contribuir para a elaboração de um manual sobre entregas controladas, uma iniciativa liderada pelo Grupo Pompidou (Conselho da Europa), com publicação prevista para 2017.

### 2.1.8 Crime organizado contra a propriedade perpetrado por GCOI

O Crime Organizado contra a Propriedade (OPC), cometido por grupos de criminalidade organizada itinerante (GCOI), abrange uma grande variedade de crimes, como o roubo de veículos motorizados, o roubo de metais, carteiristas, roubos e assaltos em série. A Eurojust apoiou 199 casos, 19 reuniões de coordenação e 12 JIT, quatro das quais foram criadas recentemente. A Eurojust organizou dois centros de coordenação que abordaram o roubo de veículos motorizados.

Um programa de três anos, desenvolvido em conjunto pela Eurojust e por Espanha no âmbito de uma ação operacional no projeto EMPACT sobre OPC, terminou com um seminário em junho organizado pela Eurojust,

com peritos em investigações e ações judiciais de OPC, incluindo representantes das autoridades policiais e judiciais nacionais dos Estados-Membros, Noruega, Islândia, Comissão, CEPOL e Europol. Os objetivos do seminário eram aumentar a sensibilidade dos juízes, procuradores e polícias sobre os aspetos únicos da investigação e da acusação de OPC e GCOI, trocar ideias sobre possíveis buracos na lei e dificuldades práticas, e identificar as melhores práticas.

O relatório final publicado em dezembro resumiu as discussões e as conclusões, assim como as conclusões do programa de três anos. O relatório descobriu que, apesar de nenhum buraco legal significativo parecer afetar as investigações de OPC e os processos, as autoridades nacionais devem rever as estratégias e práticas atuais, em especial no que respeita a recursos e métodos utilizados em investigações complexas de outros crimes organizados complexos (por exemplo, provas forenses (ADN) ou técnicas de investigação especiais (por exemplo, interceção de comunicações), e aumentar o nível de cooperação internacional, incluindo com a Eurojust e a RJE.

### 2.1.9 Crimes de interesses financeiros

O apoio operacional da Eurojust em casos relativos a crimes que, direta ou indiretamente, afetem ou possam afetar os interesses financeiros da UE (Crimes PIF) permaneceu nos mesmos níveis de 2015, com 11 reuniões de coordenação e cinco JIT, uma das quais foi criada recentemente, apesar da diminuição do número de casos PIF registados em 2016 de 69 para 41. Nas estatísticas da Eurojust, as fraudes ao IVA são tratadas como uma categoria separada.

## 2.2 Casos da Eurojust em organizações criminosas de tipo máfia

Desde 2012, mais de 145 casos da Eurojust trataram de organizações criminosas do tipo máfia italiana, como Cosa Nostra, Camorra e Ndrangheta. Os casos da Eurojust confirmam a dimensão transnacional das organizações criminosas do tipo máfia italiana que, ao longo dos anos, consolidaram as suas parcerias globais com outros grupos criminosos a nível mundial, especialmente ativas nas áreas do tráfico de estupefacientes e do branqueamento de capitais.

Além do branqueamento de capitais em países estrangeiros e dos produtos das atividades ilícitas realizadas em Itália, estas organizações criminosas infiltraram-se legitimamente na economia de muitos Estados-Membros, como Espanha (especialmente pela Camorra italiana), Países Baixos, Roménia, França, Alemanha e Reino Unido, incluindo através da presença nestes Estados-Membros de fugitivos italianos perigosos juntamente com as suas redes de associados e facilitadores. Essas infiltrações são geralmente efetuadas diretamente por associados do GCO ou

dos seus testas-de-ferro, através de investimentos imobiliários e da participação em contratos públicos ou privados, em especial no campo da construção, serviços públicos e resíduos.

Do abrigo da legislação criminal italiana, a “participação numa organização criminosa” é um crime autónomo, punível com penas de prisão longas, de acordo com os Artigos 416 e 416bis do Código Penal italiano, conforme requerido pelo Artigo 2 da Decisão-Quadro 2008/841/JHA do Conselho sobre o combate contra o crime organizado. No entanto, nem todos os Estados-Membros adotaram disposições de criminalização da “participação numa organização criminosa” como um crime distinto. Quando o fizeram, a extensão da aplicação e as sanções ligadas a esses crimes variaram significativamente, tal como a possibilidade e os requisitos para a aplicação de técnicas de investigação especiais, como escutas telefónicas.

A experiência mostra que a existência de diferentes definições legais e a falta de um equivalente ao Artigo 416bis do Código Penal italiano provoca grandes obstáculos legais e operacionais à efetiva cooperação judicial.

A Eurojust apoiou operações bem-sucedidas ao identificar desafios judiciais e ao sugerir soluções, incluindo melhorar a utilização das JIT, tendo em conta os diferentes enquadramentos legais e abordagens judiciais em relação às organizações criminosas italianas a nível nacional. As autoridades italianas, com o apoio da Delegação de Itália na Eurojust, informaram os seus homólogos nos Estados-Membros afetados pela ameaça concreta colocada pelas organizações criminosas de tipo máfia italiana a operar no seu território, bem como ajudaram na identificação e na recolha de meios de prova relacionados com o crime de pré-requisito (frequentemente branqueamento de capitais), e discutiram e acordaram meios operacionais coordenados para desmantelar estes grupos, utilizando técnicas de investigação especiais como escutas telefónicas e, mais recentemente, as JIT. Estão a decorrer vários casos registados pela Delegação Nacional de Itália. Um exemplo de um caso apoiado com êxito pela Eurojust demonstra os desafios.

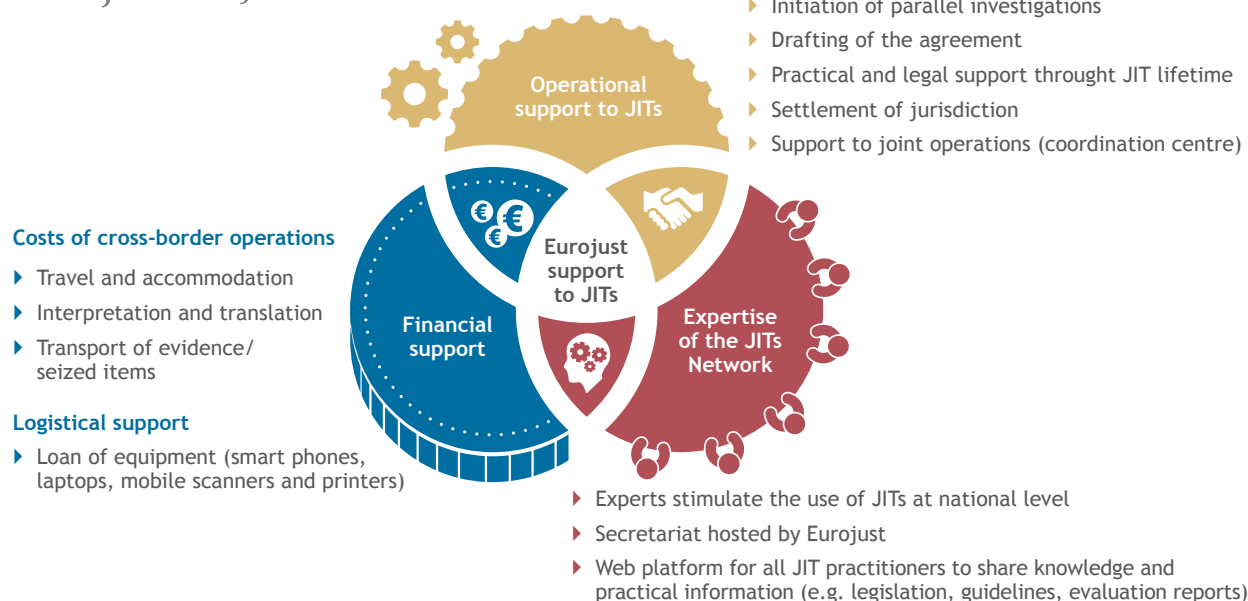
Uma investigação italiana sobre um GCO afiliado da Camorra envolveu o comércio de todos os tipos de mercadoria falsificados (por exemplo, geradores elétricos, motosserras, martelos pneumáticos e vestuário). Os produtos ilícitos foram fabricados na China, e as etiquetas falsificadas de empresas bem conhecidas foram colocadas em Itália. As mercadorias foram distribuídas pelo mundo inteiro através do porto de Nápoles. Além disso, as ferramentas e os dispositivos elétricos comercializados pelo GCO não

estavam em conformidade com as normas de segurança da UE. A atividade criminosa foi altamente lucrativa (por exemplo, o preço de um gerador elétrico, produzido na China por 35 euros, vendido por 400 euros, enquanto uma marca legítima custaria 1 250 euros). O GCO estava sediado nas redondezas de Nápoles, mas as suas operações ilícitas estendiam-se por mais de vinte países na Europa, bem como Austrália e Islândia.

Os esforços de coordenação da Eurojust ajudaram as autoridades nacionais italianas e de outros países a reconstruir o GCO e a alcançar um entendimento comum de como operava a nível nacional. Foram acordadas ações coordenadas e uma estratégia operacional conjunta. A estratégia estava centrada na abertura e na realização de investigações nacionais sobre branqueamento de capitais, em paralelo com as investigações originais sobre participação num GCO de tipo máfia realizada em Itália. A Eurojust apoiou as investigações nacionais paralelas e a execução de 30 pedidos de MLA italianos. A conclusão bem-sucedida das operações, coordenadas através da Eurojust, com o apoio de análise da Europol, culminou em ações simultâneas realizadas em sete Estados-Membros (CZ, DE, ES, FR, IT, SE, UK), resultando na prisão de 67 pessoas, na busca de 143 armazéns, na apreensão de 800 toneladas de materiais falsificados e na recuperação de ativos com um valor superior a 11 milhões de euros.

A Eurojust tomou nota da Resolução do Parlamento Europeu de 25 de outubro de 2016 sobre o combate contra a corrupção e o acompanhamento da resolução CRIM pedido pela Comissão, para enviar um relatório de avaliação da transposição da Decisão-Quadro 2008/841/JHA do Conselho sobre o combate contra o crime organizado.

## Eurojust & JITs





# Operação Avalanche: um olhar mais detalhado

## Ameaças principais

Uma investigação alemã a um GCO denominado Avalanche, envolvida em atividades de malware, phishing e spam, começou em 2012, após uma onda de ransomware de encriptação ter infetado um número substancial de computadores, bloqueando o acesso dos utilizadores. A investigação expôs a existência de uma infraestrutura técnica altamente sofisticada, utilizada para infetar milhões de computadores privados e empresariais com malware (por exemplo, Trojans e ransomware na banca), permitindo aos criminosos operar na rede para procurar palavras-passe de correio eletrónico e do banco.

Com estas informações, os criminosos foram capazes de efetuar transferências bancárias das contas das vítimas. Os produtos do crime foram redirecionados para os criminosos através de uma infraestrutura especificamente criada para garantir os ganhos da atividade de criminosa. Além de lançar e gerir ataques de malware global em massa, a rede Avalanche foi utilizada para campanhas de recrutamento de mulas de dinheiro. A infraestrutura da Avalanche foi configurada de uma forma que era altamente resiliente contra quedas e ações policiais (através da tecnologia de “fluxo rápido duplo”).

## Eurojust e Europol

A necessidade da cooperação internacional alargada surgiu em 2015. As autoridades judiciais e policiais alemãs abordaram a Eurojust e a Europol para pedir ajuda. Embora nesta altura determinadas ações contra partes da rede tivessem tido efetuadas, a cooperação alargada não tinha sido estabelecida, nem os criminosos tinham sido identificados.

Várias reuniões operacionais e de coordenação, que juntaram vários Estados-Membros e Estados terceiros, incluindo os EUA e o Azerbaijão, foram realizadas na Europol e na Eurojust, com ambas as agências a trabalhar em estreita colaboração. Antes da reunião de coordenação final, uma reunião de nível II, excecionalmente apenas com os procuradores e polícias da Alemanha e dos EUA, foi organizada na Eurojust, com um grupo limitado de países que não estariam presentes durante a reunião de coordenação

A **Eurojust** apoiou o trabalho das autoridades judiciais envolvidas, ao mapear os requisitos legais para efetuar as intervenções necessárias, assim como facilitar a elaboração e a execução atempada de pedidos.

O **EC3** apoiou a investigação, ao facilitar troca de informações segura, fornecer análise aprofundada e apoio forense digital avançado, e fomentar a cooperação entre as polícias e os parceiros privados.

seguinte. As reuniões operacionais e de coordenação serviram para planear um dia de ação conjunta global, e clarificar conceitos e assuntos legais relacionados com esta forma de cibercriminalidade.

## Impacto

A infraestrutura Avalanche foi utilizada desde 2009, causando cerca de 6 milhões de euros em danos em ciberataques concentrados nos sistemas de banca online na Alemanha. Além disso, as perdas monetárias associadas aos ataques de malware conduzidos através da rede Avalanche foram estimadas em centenas de milhões de euros a nível mundial, embora os cálculos exatos fossem difíceis devido ao elevado número de famílias de malware geridas através da plataforma. No início, foi previsto um dia de ação para 2015. Este dia de ação foi adiado para o fim de 2016 para permitir uma identificação dos criminosos através de uma cooperação estreita com as autoridades norte-americanas.

Embora existissem problemas de soberania no início, devido ao facto dos servidores sujeitos a queda estarem localizados em várias jurisdições, as discussões entre as autoridades relevantes resolveram o problema. Similarmente, foram levantadas questões, porque, ao abrigo de várias legislações de países participantes, a apreensão de domínios não-gerados não era possível. O Perito Nacional Destacado da Eurojust em Cibercrime informou as autoridades nacionais de que, neste caso, o problema não ocorreria, porque o estado dos domínios em questão mudaria de não-gerado para gerado no momento de realização das ações. O seu papel consultivo em relação às Delegações Nacionais e às autoridades nacionais continuou ao longo da investigação. Além disso, forneceu detalhes de contacto de autoridades judiciais em países fora da rede de contactos da Eurojust.

## Setor privado

A cooperação com vários parceiros do setor privado e sem fins lucrativos foi iniciada para permitir a análise de mais de 130 TB de dados capturados e a identificação da estrutura do servidor do botnet, conduzindo ao encerramento dos servidores e ao colapso de toda a rede

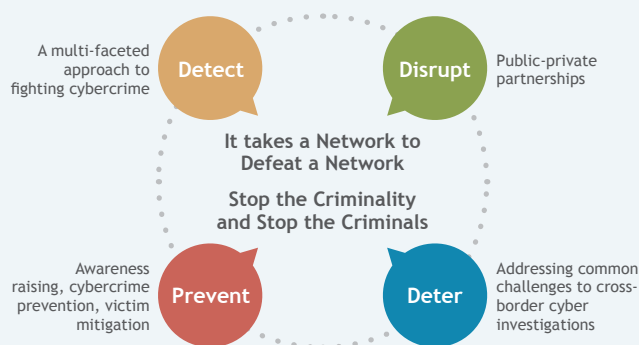
criminosa. Os parceiros incluíram o German *Fraunhofer-Institut für Kommunikation, Informationsverarbeitung und Ergonomie* alemão, a Shadowserver Foundation, o Registrar of Last Resort e a Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN). Outros parceiros, como a INTERPOL e a Rede Ibero-americana para a Cooperação Legal Internacional (IberRed), também desempenharam um papel importante, em especial na preparação do dia de ação conjunto. A IberRed serviu como ligação aos países de língua oficial espanhola, principalmente na América do Sul.

## Resultados

No dia da ação, em novembro de 2016, a Europol albergou um posto de comando, em que a Eurojust participou e forneceu apoio imediato às autoridades judiciais envolvidas no dia da ação. No posto de comando, a polícia e o procurador alemães trabalharam em conjunto com representantes dos países envolvidos e parceiros da indústria privados para garantir o sucesso desta operação de grande escala. Este esforço global para acabar com a rede envolveu o apoio fundamental de procuradores e investigadores de 29 países.



Como primeira consequência, cinco pessoas foram detidas, 37 instalações foram revistadas e 39 servidores foram apreendidos. Foram identificadas vítimas de infeções de malware em mais de 180 países. Além disso, 221 servidores foram colocados offline através de notificações de abuso enviadas para os fornecedores de alojamento. Mais de 800 000 domínios associados à infraestrutura criminosa foram destruídos, e páginas Web dedicadas foram criadas para o público para ajudar na remoção



do malware dos seus computadores e impedir mais acessos ilegais.

## Lições aprendidas:

Para ajudar os países envolvidos nas suas investigações, a estreita colaboração entre a Eurojust e a Europol na organização das reuniões conjuntas poupou tempo e dinheiro.

Esta operação demonstrou que apenas quando as entidades públicas e privadas colaboram como uma equipa podem acabar com uma rede criminosa grande e sofisticada. O cibercrime é um fenómeno verdadeiramente global e requer cooperação entre autoridades que é, por vezes, estabelecida mais eficazmente ao explorar as redes regionais de profissionais.

Um modelo de negócio está por detrás de todas as aventuras cibercriminosas bem-sucedidas. Ao atingir o modelo de negócio da rede Avalanche e ao conceber formas de interferir com os criminosos e a infraestrutura técnica, assim como identificar e apoiar as vítimas, uma das redes de cibercrime mais sofisticadas dos últimos anos foi encerrada eficazmente. As operações geraram informações valiosas sobre o modelo de negócio de cibercrime. Ao mesmo tempo, a confiança construída com a cooperação entre entidades públicas e privadas prova ser um ativo inestimável no combate futuro contra o cibercrime. Desde o dia de ação, a abordagem ao caso foi vista como a melhor prática entre os procuradores e os investigadores do cibercrime.



O procurador principal, **Frank Lange**, disse:

*Tera cooperação internacional rápida e fidedigna, além dos meios de apoio legal tradicionais, foi essencial para o sucesso da Avalanche. A Eurojust e o EC3 desempenharam um papel importante no estabelecimento da atmosfera para a cooperação entre a polícia e os participantes judiciais. A organização das reuniões de coordenação na Eurojust e das reuniões operacionais na Europol, bem como o seu apoio adicional no envio de informações e de pedidos para os destinatários corretos, lançou as bases para uma verdadeira abordagem multinacional. Estamos muito gratos.*



Os parceiros  
da Eurojust



## 3.1 Cooperação com a Europol

A cooperação foi reforçada através dos Comitês Diretores da Eurojust-Europol relacionados com assuntos operacionais e estratégicos, nos quais foram discutidos vários tópicos, incluindo o apoio da Eurojust aos Pontos Focais da Europol e aos Dias de Ação Conjuntos 2016, o questionário CARIN sobre a execução baseada em não-condenação, os projetos de retenção de dados, o financiamento das JIT e o programa de intercâmbio. O Relatório Anual Conjunto 2015 foi enviado para o Conselho e a Comissão em 19 de maio.

A Eurojust está a explorar os passos para criar uma ponte entre os Centros da Eurojust e da Europol. Na reunião de alto nível da Eurojust-Europol, foi dado apoio para colocar representantes da Eurojust na ECTC e na EMSC, seguindo o bom exemplo estabelecido pelo Perito Nacional Destacado da Eurojust para o Cibercrime colocado no EC3.

As informações sobre reuniões operacionais programadas na Europol e reuniões de coordenação na Eurojust continuaram a ser trocadas numa base regular. A Europol participou em 87 reuniões de coordenação.

A Eurojust contribuiu para as atividades efetuadas no âmbito dos PAO em todas as áreas prioritárias de crime da EMPACT e dos Pontos Focais. A Eurojust participou,

como líder, co-líder e participante, em ações realizadas para aumentar as investigações e os processos penais coordenados no âmbito dos PAO e identificar os desafios judiciais e melhores práticas. O Colégio decidiu racionalizar o papel e as atribuições dos seus Pontos de Contacto nos Pontos Focais, alinhando-os com a nova estrutura adotada na Europol e as prioridades estratégicas e operacionais da Eurojust.

A Eurojust associou-se formalmente à APATE (fraude) e à HYDRA (Terrorismo inspirado na religião islâmica), aumentando para 25 o número total de arquivos da Europol apoiados pela Eurojust.

A Eurojust contribuiu para os produtos estratégicos, a *Avaliação da Ameaça da Criminalidade Organizada Grave* (SOCTA), a publicar em 2017, e a secção Condenações e Sanções, mais o anexo estatístico relevante do *Relatório sobre a Avaliação do Terrorismo e as suas Tendências* (TE-SAT).

Nassequência de uma iniciativa da presidência holandesa do Conselho de Gestão da Europol, foi organizada uma reunião conjunta do Conselho de Gestão e do Colégio da Eurojust em dezembro para discutir as reflexões comuns sobre cooperação, promover um melhor entendimento dos mandatos da Eurojust e da Europol, e melhorar a complementaridade para servir melhor as autoridades nacionais.

## 3.2 Cooperação com a OLAF

Os esforços conjuntos da Eurojust e da OLAF para combater a fraude, a corrupção e outros crimes que afetam os interesses financeiros da União Europeia continuaram e realçaram a necessidade de uma abordagem multiagência eficaz para casos transfronteiriços, em especial através da troca de informações e do envolvimento mútuo. Os funcionários da OLAF trabalharam com a Eurojust em quatro casos

e participaram em quatro reuniões de coordenação. A cooperação foi garantida através da equipa de ligação da Eurojust e da OLAF, através, entre outras, da troca regular de resumos de casos e da formação conjunta sobre a cooperação prática, utilizando casos para demonstrar como a cooperação e as melhores práticas entre a OLAF e a Eurojust ajudaram a proteger os interesses financeiros da União Europeia.

### Exposições itinerantes e seminários de marketing

A Eurojust organizou, em cooperação com as respetivas autoridades nacionais, *seminários de marketing* na Lituânia (maio), Bulgária (junho) e Irlanda (julho), e uma *exposição itinerante* em Espanha para promover as tarefas, o trabalho e o valor acrescentado da Eurojust em assuntos operacionais, e o reconhecimento da Eurojust como centro de competências judiciais e legais na União Europeia.

Os procuradores, os juízes e/ou as autoridades policiais participaram nestes seminários.



## Eurojust e formação

As reuniões temáticas da Eurojust são frequentadas pelos profissionais e permitem a partilha de experiências e boas práticas. Estas reuniões podem ser consideradas como formação prática. Mais especificamente, a Eurojust apoia a formação na cooperação judiciária em matéria penal com base no Memorando de Entendimento assinado com a REFJ.

No âmbito do programa de intercâmbio da REFJ, 16 juízes/procuradores de 9 Estados-Membros (BE, BG, ES, IT, HU, AT, PL, PT, SI) participaram em períodos de formação a longo prazo (três ou quatro meses) nas Delegações Nacionais da Eurojust, apoiando o trabalho operacional destas delegações. A Eurojust também organizou uma visita de estudo de uma semana em abril, em que participaram 27 procuradores/juízes de 17 Estados-Membros.

Além disso, houve uma participação ativa de quatro membros das Delegações Nacionais em seis seminários da REFJ no âmbito do Projeto Justiça Criminal I, *A Cooperação Judiciária Internacional em Matéria Penal na Prática: Simulações de MDE e MLA*. Os representantes da Eurojust nestes seminários supervisionam o trabalho dos profissionais e fornecem informações sobre o papel da Eurojust.

De acordo com o Memorando de Entendimento com a CEPOL e no contexto dos PAO de 2015 (EMPACT), a Eurojust apoiou cursos de formação em diferentes áreas: investigações financeiras e fraude, tráfico de cocaína e de heroína, combatentes terroristas estrangeiros, falsificação de mercadorias, direitos de propriedade intelectual, tráfico de seres humanos e introdução clandestina de migrantes.

Juntamente com a CEPOL, a REFJ e o Secretariado da Rede das JIT, a Eurojust continuou a participar no curso *Equipas de Investigação Conjuntas*.

Além disso, no âmbito do projeto 2014 IPA financiado pela UE, *International Cooperation in Criminal Justice: the Prosecutors' Network of the Western Balkans*, a Eurojust forneceu formação e albergou uma visita de estudo de uma semana para profissionais dos Balcãs Ocidentais em julho.

## 3.3 Relações da Eurojust com Estados terceiros e organizações

### Acordos de cooperação

A Eurojust tem sete acordos de cooperação em vigor, após a entrada em vigor do acordo de cooperação com a República da Moldávia em 21 de outubro. Foram assinados acordos de cooperação com o Montenegro em 3 de maio e com a Ucrânia em 27 de junho, ainda para entrar em vigor, e foram lançadas negociações formais para concluir um acordo de cooperação com a Albânia.

Foram mantidos os contactos com a Bósnia-Herzegovina, Brasil, Geórgia, Israel, México, Sérvia, Tunísia e Turquia para explorar possibilidades para melhorar a cooperação. Além disso, foi avaliada a implementação prática das disposições dos acordos de cooperação em vigor. Neste contexto, foram realizadas reuniões consultivas regulares com a Suíça e a Noruega.

### Casos da Eurojust envolvendo Estados terceiros

A Eurojust forneceu ajuda em 300 casos em que foram envolvidos 61 Estados terceiros diferentes,

principalmente relacionados com fraudes e branqueamento de capitais. Os Estados terceiros estiveram representados em 50 reuniões de coordenação, com a Suíça, os EUA e a Noruega como os participantes mais frequentes. A Suíça e a Noruega também foram envolvidas em centros de coordenação. Os Estados terceiros foram envolvidos em 14 JIT financiadas pela Eurojust (*consultar a secção 1.4*).

### Magistrados de Ligação na Eurojust

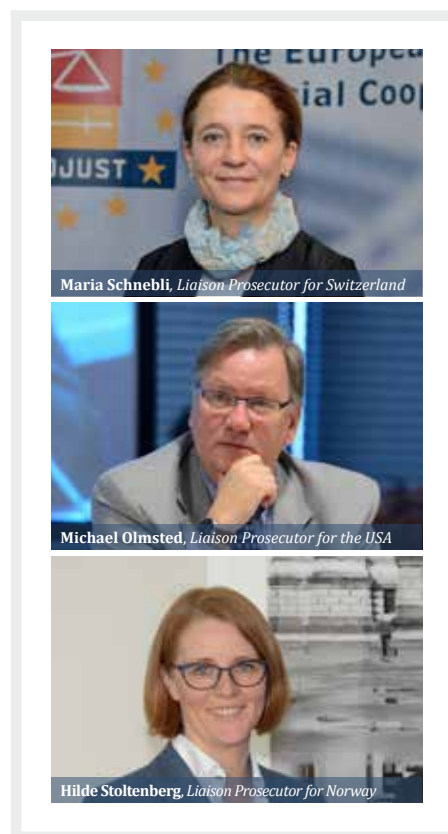
A base legal para o destacamento de um Magistrado de Ligação é um acordo de cooperação. A Eurojust tem três Magistrados de Ligação destacados da Noruega, EUA e Suíça.

A Magistrada de Ligação da Suíça registou 90 casos, principalmente relacionados com burlas e fraudes, branqueamento de capitais e crimes contra a vida humana, integridade física ou liberdade pessoal, e organizou cinco e participou 21 reuniões de coordenação e dois centros de coordenação. O Magistrado de Ligação da Noruega registou

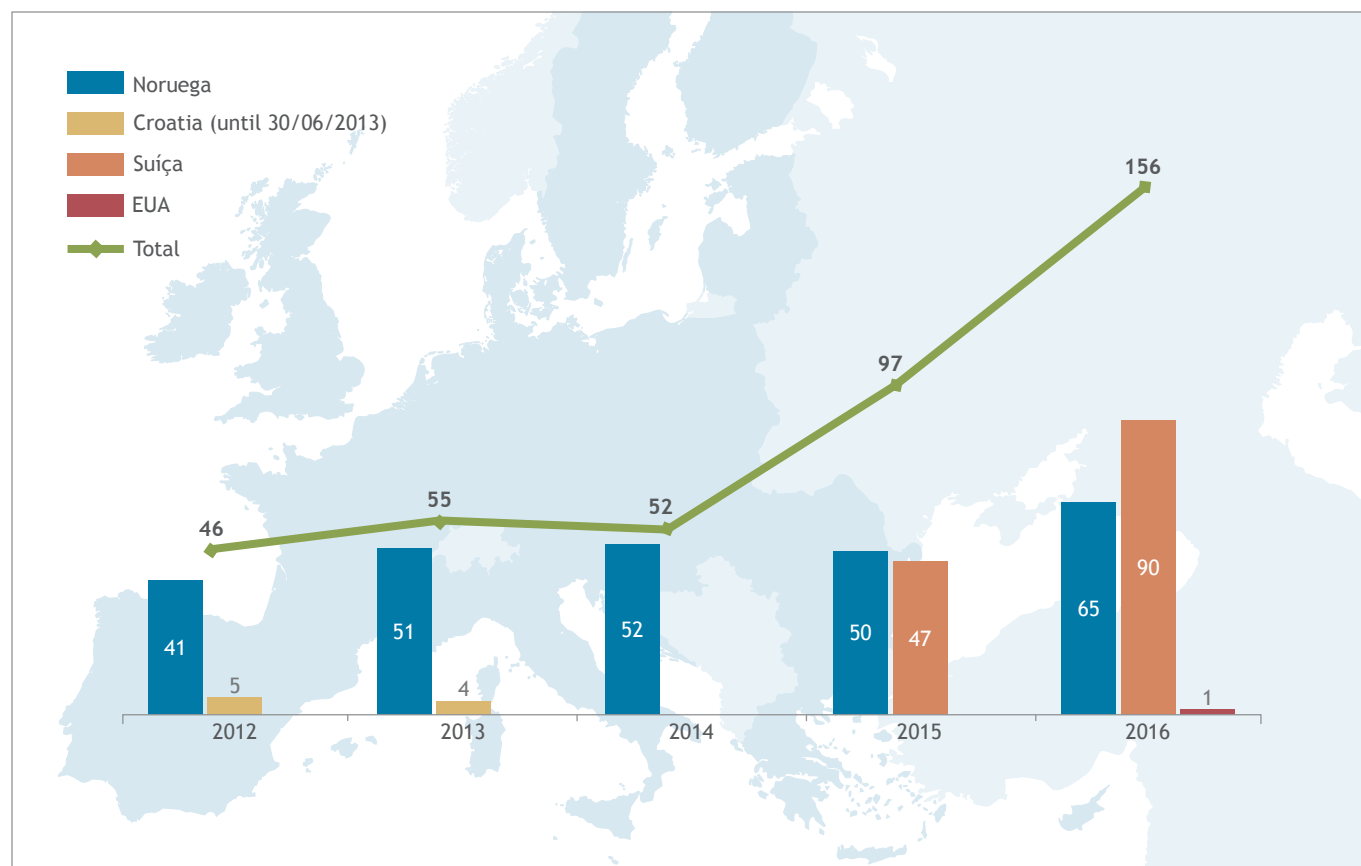
65 casos, principalmente relacionados com tráfico de estupefacientes, tráfico de seres humanos, crimes contra a vida humana, integridade física ou liberdade pessoal e fraude, e participou em 10 reuniões de coordenação e um centro de coordenação. O Magistrado de Ligação dos EUA registou um caso de pirataria marítima e participou em 12 reuniões de coordenação. A sua presença na Eurojust e o seu envolvimento nos casos foram considerados benéficos, porque podem acelerar e facilitar a cooperação judicial entre as autoridades competentes dos Estados-Membros e dos Estados terceiros.

## Pontos de Contacto da Eurojust em Estados terceiros

A Eurojust continuou a alargar a sua rede de pontos de contacto judiciais a nível mundial em Estados terceiros, ao adicionar pontos de contacto da Colômbia e da Líbia. Presentemente, existem 41 Estados terceiros com pontos de contacto da Eurojust. Estes pontos de contacto, através da Eurojust, facilitam a cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-Membros e dos Estados terceiros.



Casos por Magistrados de Ligação 2012 – 2016



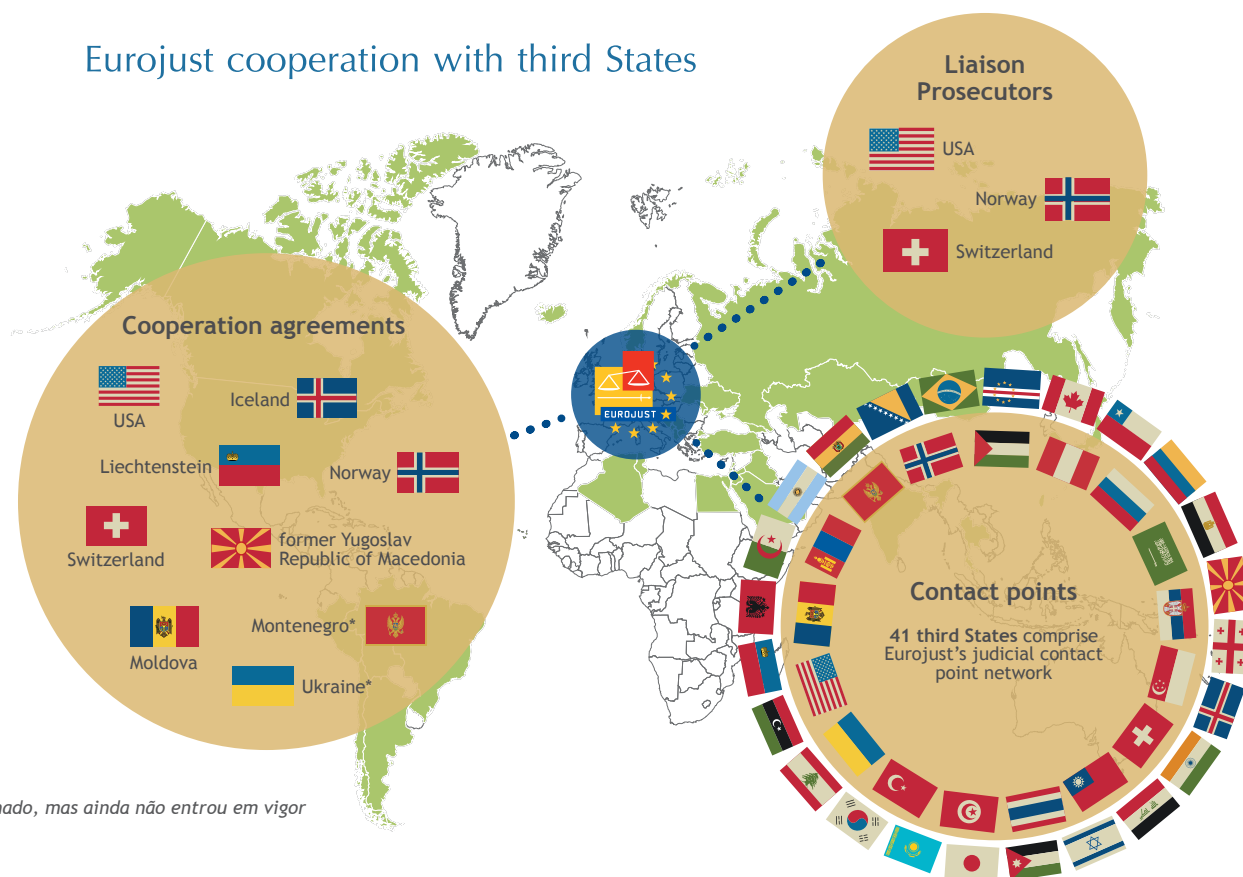
## Cooperação com a Ucrânia e a Moldávia em caso de furto de arte

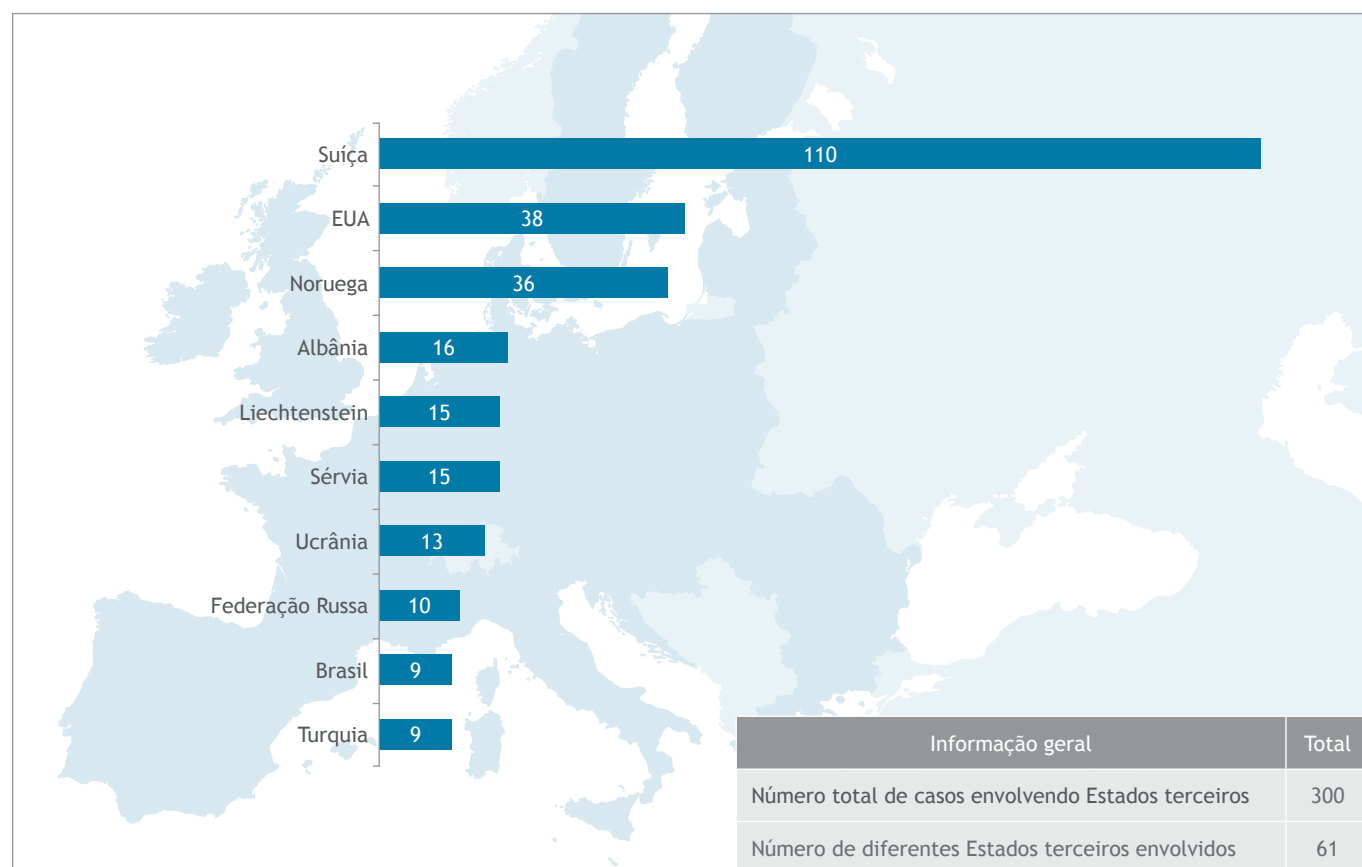
As autoridades judiciais italianas iniciaram uma investigação sobre um furto realizado num museu em Verona, Itália, em novembro de 2015. Foram furtados dezassete quadros valiosos, incluindo trabalhos de Rubens, Tintoretto e Pisanello. Os alegados criminosos eram membros de um GCO composto por nacionais de Itália, Ucrânia e Moldávia. Foi aberto um caso na Eurojust para facilitar a localização das obras de arte roubadas, prender os criminosos e, por fim, apreender e devolver as obras de arte em segurança a Itália.

No início de 2016, a Itália emitiu dois pedidos de MLA para a Moldávia. Em março, foram detidas doze pessoas, sete em Itália e cinco na Moldávia. Entretanto, dois suspeitos de origem moldava continuaram foragidos, supostamente em Odessa, Ucrânia, e na posse de todos os dezassete quadros furtados. Foi organizada uma reunião de coordenação na Eurojust em abril para verificar se existiam processos relacionados em curso noutros países, bem como para impedir quaisquer conflitos de jurisdição ou problemas *ne bis in idem*.

O apoio da Eurojust foi essencial para alcançar um entendimento comum entre as autoridades nacionais, resultando num acordo para troca de informações sobre atividades operacionais recentes e garantindo a execução de um pedido de MLA de Itália através de um ponto de contacto na Ucrânia. Este ponto de contacto desempenhou um papel importante na geração de confiança e na compreensão comum entre as partes envolvidas. Além disso, a Eurojust facilitou a abertura de uma investigação paralela na Ucrânia, assim como o estabelecimento de um grupo de trabalho informal composto por investigadores dos países envolvidos, que foram consultados para coordenar as suas ações ao abrigo do Artigo 15 (5) da Convenção das Nações Unidas de 2000 contra o Crime Organizado Transnacional. O resultado da reunião de coordenação garantiu uma resolução rápida do caso. Alguns dias após a reunião de coordenação, os esforços de cooperação judicial conduziram à recuperação bem-sucedidas das obras de arte roubadas em Odessa. Os dois suspeitos moldavos foram detidos em maio de 2016.

## Eurojust cooperation with third States





## Cooperação com a ICC

A Eurojust e o Gabinete do Procurador da ICC assinaram uma Carta de Entendimento sobre Cooperação em 2007. Em 2016, a Eurojust e a ICC exploraram as ligações entre os crimes principais (conforme definido no Estatuto de Roma da ICC), o terrorismo e outros crimes. Em junho, a Eurojust convidou representantes da ICC para conhecerem os correspondentes nacionais da Eurojust para assuntos de terrorismo e os peritos em contraterrorismo da Noruega, Suíça e EUA, e apresentarem o trabalho da ICC na Líbia relacionado

com as ligações encontradas entre crimes principais e terrorismo. A ICC expressou a sua vontade em ajudar na facilitação de MLA e na troca de informações quando essas ligações forem detetadas. A Eurojust criou a possibilidade de as autoridades judiciais nacionais estabelecerem contactos diretos com investigadores da ICC para processar eficazmente crimes principais e crimes relacionados com terrorismo. Em julho, o Diretor de Investigações apresentou as atividades da ICC ao Colégio e foram trocados pontos de vista sobre a melhoria da cooperação.





## Destaque sobre a Magistrada de Ligação da Suíça

“Foi nomeada a primeira Magistrada de Ligação suíça na Eurojust em março de 2015. Certamente, de uma perspectiva suíça, ter um Magistrado de Ligação na Eurojust numa base permanente foi um grande avanço. A Suíça já tinha uma longa relação de trabalho com a Eurojust antes da entrada em vigor do acordo de cooperação entre a Eurojust e a Suíça em 2011. Como procuradora federal na Procuradoria-Geral da Suíça, foi o ponto de contacto operacional na Eurojust desde 2002. Como Magistrada de Ligação, estou destacada na Eurojust numa base permanente com um escritório completamente equipado.

Embora estivesse familiarizada com a Eurojust há alguns anos, as coisas mudaram fundamentalmente desde que comecei a trabalhar como Magistrada de Ligação. A principal diferença é que, como Magistrada de Ligação, posso abrir os meus próprios casos na Eurojust e abordar diretamente as Delegações Nacionais para solicitar apoio e cooperação em investigações do procurador suíço.

Os Magistrados de Ligação podem participar na *tour de table* operacional da reunião plenária do Colégio, assim como organizar reuniões de nível II e de coordenação, as últimas com o grande apoio da Administração da Eurojust. Participo regularmente em reuniões de coordenação realizadas pelas Delegações Nacionais na Eurojust, para acompanhar os investigadores e os procuradores suíços que participam ou para os representar quando não podem viajar para Haia.

Desde que estou na Eurojust, uma das minhas tarefas é organizar e facilitar a participação ativa e o envolvimento dos peritos nacionais suíços em áreas-chave, como o combate contra o terrorismo e o cibercrime, para os quais a Eurojust fornece plataformas muito valiosas com as suas reuniões táticas e redes de peritos.

Embora a Eurojust não fosse muito conhecida na Suíça antes de começar a trabalhar aqui, agora os procuradores estão familiarizados com a Eurojust e começaram a avaliar por si próprios o seu potencial. Como disse um procurador durante uma das exposições itinerantes que faço regularmente na Suíça, “abriram-se novos horizontes”. Esta tendência refletiu-se claramente nas estatísticas. Abri 47 casos em 2015 e 90 casos em 2016, e os números continuam a crescer.

Os procuradores suíços abordam-me com casos relacionados com todos os tipos de crime existentes no Código Penal da Suíça, e os meus “clientes” incluem 26 gabinetes de procuradores cantonais nas três regiões linguísticas do meu país, assim como a Procuradoria-Geral. Alguns casos são fáceis de resolver, enquanto outros são altamente complexos, envolvem outros países e duram anos. À medida que ficam mais familiarizados com o trabalho com a Eurojust, os procuradores suíços aventuram-se gradualmente em áreas algo desconhecidas para eles, como as JIT. Temos atualmente dois casos com JIT ativas com participação suíça, e outras três estão em preparação. Para a Suíça, esta alteração é muito importante e não aconteceria sem o apoio oferecido pela Eurojust.

Como todos sabemos, a cooperação é uma estrada bidirecional, e nesse sentido estou convencida – e as reações dos meus colegas nas Delegações Nacionais no nosso trabalho diário confirmam este sentimento – que a minha presença aqui também oferece valor acrescentado a eles. A Suíça, enquanto centro financeiro, é um parceiro muito procurado, em especial em casos de crime económico, branqueamento de capitais e corrupção. O nosso sistema legal é algo complicado e temos o desafio adicional de três idiomas diferentes. Poder discutir e resolver assuntos pendentes com os meus colegas numa base regular provou ser muito útil, e desta forma consegui ajudar os procuradores suíços, fornecendo-lhes apoio e aconselhamento no seu trabalho diário.”

Maria Schnebli, citada em *Aktuelle Juristische Praxis* AJP/PJA 8/2016, p. 105.

## Caso suíço de furto de joias à mão armada

Desde 2013, um GCO lituano hierarquicamente estruturado fez mais de 10 furtos de joias à mão armada na Suíça. Os criminosos ameaçaram vítimas com armas e utilizaram violência física, provocando danos cerebrais permanentes em pelo menos uma das vítimas. Uma análise de ADN segura durante as investigações suíças ligou os criminosos a furtos efetuados em inúmeros outros países europeus, incluindo Bélgica, República Checa, Dinamarca, Espanha, França, Alemanha, Itália, Países Baixos, Áustria, Finlândia e Noruega. Os valores furtados foram vendidos no eBay através de computadores com endereços IP lituanos.

As investigações na Suíça conduziram a várias detenções, facilitadas pelas autoridades lituanas com base no MLA. Apesar disso, as atividades do GCO continuaram, porque os criminosos de nível baixo ou “soldados” foram rapidamente substituídos por outros e o nível superior do GCO não foi atacado. Nesta etapa do caso, a Eurojust foi abordada pelas autoridades suíças para dar mais cooperação judicial. Foi organizada uma reunião de coordenação em dezembro de 2015. Além de facilitar a execução de pedidos de MLA planeados e pendentes para a Lituânia, a reunião ajudou a encontrar uma estratégia comum para dismantlar todo o GCO ao focar-se nos líderes.

Embora a cooperação com base em MLA com a Lituânia funcionasse bem, os países participantes pediram às autoridades lituanas para iniciarem uma investigação, porque os criminosos eram de nacionalidade lituana e as informações recolhidas na Lituânia beneficiariam as investigações na Europa. No entanto, a falta de informações suficientes, a serem fornecidas pelos países afetados pelos furtos, e a falta de meios de prova disponíveis na Lituânia impediram as autoridades lituanas de abrir uma investigação nessa altura.

Um dos desafios na Suíça foi a existência de várias investigações sobre as atividades do GCO em vários cantões suíços. Após a primeira reunião de coordenação, que abriu o diálogo entre todos os países afetados, a Eurojust apoiou a cooperação entre as autoridades suíças e lituanas, para resolver primeiro os desafios específicos que afetavam a Suíça e a Lituânia.

Foi organizada uma reunião de coordenação bilateral na Suíça em junho de 2016, que juntou todos os procuradores cantonais suíços, a Procuradoria-Geral da Suíça e as autoridades lituanas. Durante esta reunião, as necessidades de cooperação específicas foram identificadas e um entendimento foi alcançado para que os processos penais tivessem lugar na Lituânia e na Suíça, porque os suspeitos detidos na Suíça eram na maioria criminosos de baixo nível.

Os procuradores cantonais suíços concordaram em processar os furtos, enquanto o aspeto organizacional era processado pelo Procuradoria-Geral da Suíça. A reunião de coordenação melhorou a confiança mútua entre as autoridades lituanas e suíças e facilitou o estabelecimento de contactos diretos entre homólogos.

Devido aos resultados de cooperação positivos em 2016, estão planeados esforços de coordenação para continuar a nível multilateral em 2017.



Desafios e boas práticas





Através do seu trabalho operacional e estratégico, a Eurojust contribui para a identificação de desafios e boas práticas em diferentes áreas de cooperação judicial em matérias criminais. Em 2016,

a Eurojust resolveu especificamente dificuldades no campo da interceção de telecomunicações, desafios em casos de fraude fiscal e os MDE.

## 4.1 Interceção de telecomunicações

Em novembro, foi organizada uma discussão temática do Colégio para trocar experiências de desafios judiciais e práticos no campo da interceção de telecomunicações. Os três tópicos principais tratados foram interceção tradicional de telecomunicações, escutas de carros e vírus de tipo Cavalo de Troia em dispositivos móveis.

### **Interceção tradicional de telecomunicações**

As diferentes normas legais ainda são um desafio significativo na utilização efetiva da interceção de telecomunicações à luz da admissibilidade de meios de prova. Embora o Artigo 4(1) da Convenção da MLA de 2000 permita ao país requerente indicar expressamente as formalidades e os procedimentos que devem ser cumpridos, foram citados vários exemplos em que uma solução de compromisso foi encontrada para acomodar os requisitos legais e as possibilidades práticas de ambos os países. À luz do princípio do reconhecimento mútuo, os profissionais recomendam que as autoridades requerentes só devem solicitar formalidades ou procedimentos quando são considerados fundamentais ao abrigo da lei nacional. Quando os Estados-Membros tiverem diferentes regras processuais para proteger o mesmo princípio legal, por exemplo, proporcionalidade, o Estado-Membro requerente deve reconhecer o quadro processual do Estado-Membro que efetua a interceção.

Os problemas adicionais ocorrem quando o assunto de uma interceção cruza inesperadamente a fronteira

para outro Estado-Membro. O regime legal das autorizações a posteriori varia consideravelmente de um país para outro, e pode resultar em material obtido através da interceção ser inadmissível como meio de prova se a autorização à posteriori não for concedida.

A Eurojust pode ajudar as autoridades nacionais com pedidos urgentes de interceção, traduções, facilitação de contactos com autoridades nacionais relevantes e pedidos de interceção para Estados terceiros.

**Escutas de carros** Na chamada “vigilância de sala secreta”, por exemplo no contexto das escutas de um carro para interceção de conversações no interior, ocorrem desafios judiciais significativos quando o carro atravessa a fronteira para o território de outro Estado-Membro. Ao contrário da interceção de telecomunicações tradicional, que é explicitamente regulada pelo Artigo 20 da Convenção da MLA de 2000, não existe nenhum instrumento legal específico para escutar um carro num contexto transfronteiriço. Discutiu-se a extensão a que o Artigo 20 pode ser aplicado por analogia e a necessidade de obter autorização dos países que o carro atravessa.

**Vírus de tipo Cavalo de Troia** A utilização de vírus de tipo Cavalo de Troia para interceção de atividade em dispositivos móveis aumenta proporcionalmente as preocupações devido à natureza altamente intrusiva deste tipo de interceção.

## 4.2 Desafios em casos de fraude fiscal

A *Operação Vertigo* (consultar [Relatório Anual Eurojust 2015](#), pp. 54 – 55) demonstrou o valor acrescentado da Eurojust na coordenação de uma resposta judicial e na utilização de centros de coordenação, e a importância do envolvimento atempado da Eurojust.

Em outubro, uma reunião tática sobre cooperação judicial em matérias de crime fiscal abordou os obstáculos legais, as melhores práticas e o processo judicial do crime fiscal transfronteiriço, o papel das JIT em casos de crime fiscal, congelamento e confisco dos proveitos do crime fiscal.

**JIT** As vantagens das JIT para responder aos desafios identificados nos casos de crime fiscal transfronteiriço

foram realçadas, porque as JIT permitem uma recolha rápida de meios de prova financeiros, bem como a coordenação da cooperação MLA e a estratégia comum para os Estados fora da JIT. Devido à estreita cooperação e colaboração estabelecidas entre as autoridades nacionais envolvidas, a estrutura da JIT também pode fornecer uma plataforma para antecipar problemas jurisdicionais e requisitos de admissibilidade. Foram realçadas as possibilidades para incluir o congelamento/recuperação dos ativos nos objetivos da JIT e a nomeação de peritos de recuperação de ativos como membros da JIT.

**Congelamento e confisco** Os obstáculos legais principais encontrados no congelamento e no confisco



dos proveitos do crime fiscal são: (i) as ordens de congelamento e de apreensão podem ser recusadas e não executadas quando o certificado de congelamento emitido pelo Estado-Membro requerente está incompleto ou impreciso, e (ii) os montantes refletidos no certificado podem não corresponder à ordem de congelamento. Os problemas adicionais ocorrem devido à necessidade de indicar com precisão a localização da propriedade ou do meio de prova, conforme requerido pela Decisão-Quadro 2003/577/JHA sobre ordens de congelamento. Além disso, a aplicação do teste de criminalidade dupla pode provocar dificuldades em fazer cumprir (o reconhecimento de) ordens de congelamento estrangeiras em casos de crime fiscal.

A este respeito, alguns Estados-Membros interpretam o princípio de criminalidade dupla *in concreto*, significando que a escritura descrita na carta do pedido/congelamento tem de cumprir todos os critérios de punibilidade ao abrigo da lei do Estado requerido. Por outro lado, a interpretação do princípio de criminalidade dupla *in abstracto* é suficiente para alguns Estados-Membros para fazer cumprir medidas coercivas que podem subsequentemente conduzir a uma sanção. O critério de distinção para avaliar se o requisito de criminalidade dupla é cumprido é para ter a certeza de que o Estado-Membro é ou não obrigado a aplicar a sua jurisdição para conduzir os processos criminais no decurso do fornecimento da cooperação judicial internacional.

## 4.3 Mandado de Detenção Europeu

A Eurojust facilita a aplicação do MDE. Em 2016, foram registados na Eurojust 315 casos relacionados com a melhoria de execução dos MDE, totalizando 14 por cento de todos os casos. A Grécia fez o maior número de pedidos (65), seguida da Polónia (37) e do Reino Unido (23). A Itália (37), a Alemanha (34) e a Roménia (34) foram os Estados-Membros mais solicitados.

A Eurojust foi confrontada com um aumento do número de casos em que as autoridades judiciais tiveram dificuldades com a execução dos MDE devido a alegadas condições inadequadas das prisões no Estado-Membro emitente. Antes e depois do julgamento marco do TJUE, *Aranyosi and Căldăraru* (Casos associados C-404/15 e C-659/15 PPU), a Eurojust ajudou as autoridades nacionais de diferentes formas. A Eurojust está a planear uma discussão temática no Colégio no início de 2017.

No que se refere a MDE conflituantes, o Artigo 16 da Decisão-Quadro relativa ao MDE estabelece que a Eurojust poderá ser solicitada pelas autoridades judiciais do Estado executante para fornecer aconselhamento sobre o local da entrega de uma pessoa que é objeto de MDE emitidos por dois ou mais Estados-Membros. Foram abertos oito casos na Eurojust após pedidos efetuados pelas autoridades judiciais da Bélgica, Holanda, Áustria, Portugal e Reino Unido.

No que diz respeito a violações de prazos limite na execução de MDE, o Artigo 17 (7) da Decisão-Quadro relativa ao MDE prevê que, em circunstâncias excecionais, se um Estado-Membro não pode cumprir os prazos previstos no Artigo 17, informará a Eurojust e apresentará as razões para o atraso. Foram registadas vinte e cinco violações de prazos na Eurojust, três das quais foram alvo de ações adicionais. Tal como em anos anteriores, as notificações de violações de prazos ficaram concentradas em alguns Estados-Membros (Bulgária, República Checa, Irlanda, Roménia,

### Opiniões da Eurojust sobre MDE concorrentes

Um primeiro caso era relativo a um nacional belga envolvido em crimes relacionados com estupefacientes nos Países Baixos e na Alemanha. As autoridades judiciais belgas receberam dois MDE relativos a esta pessoa num período de três meses. No primeiro MDE, as autoridades alemãs solicitaram a entrega desta pessoa para fim de processo penal pelo seu alegado papel na gestão de uma instalação de cultivo de canábis na Alemanha. O segundo MDE foi emitido pelas autoridades holandesas para execução de uma pena de prisão, imposta por um tribunal holandês em 2013 pela participação em organização criminosa responsável pelo cultivo de canábis na Holanda.

Eslováquia, Suécia e Reino Unido). O facto de a maioria dos Estados-Membros não notificar a Eurojust sobre qualquer violação pode ser explicado de duas formas: as violações de prazos apenas ocorreram nos Estados-Membros requerentes ou alguns Estados-Membros não cumpriram o seu dever de notificação.

A Eurojust elaborou um relatório sobre os *casos da Eurojust no campo dos MDE* que abrange o período de 2014 a 2016. Este relatório é um seguimento do relatório anterior (publicado como documento do Conselho 10269/14) e será publicado em 2017. Tal como o seu antecessor, aborda o papel da Eurojust neste campo, aos níveis estratégico e operacional, e oferece uma visão geral dos problemas legais e práticos identificados na aplicação do MDE.

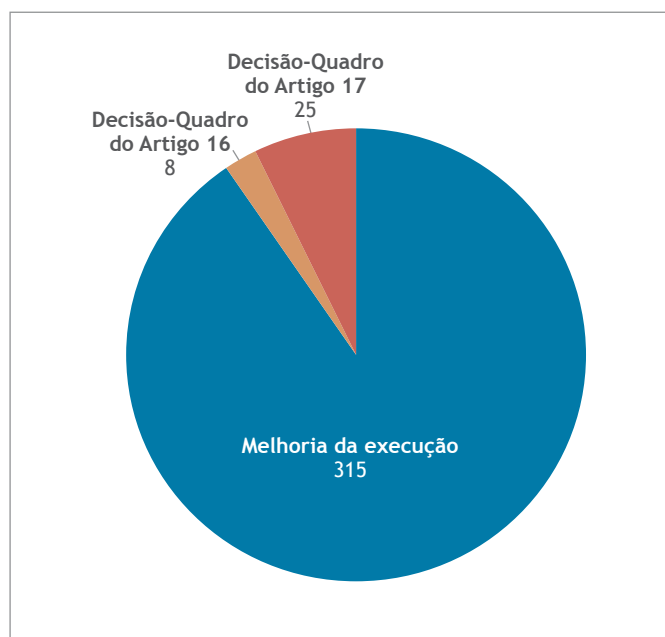
Um segundo caso relativo a uma pessoa com nacionalidade portuguesa e cabo-verdiana com uma pena de prisão em França no momento que foram emitidos dois MDE luxemburgueses e um holandês para esta pessoa por diferentes crimes. Enquanto na Holanda, a pessoa requerida era suspeita de furtos à mão armada e posse de arma de fogo, as autoridades luxemburguesas pretendiam processar a pessoa requerida por um grande número de crimes, incluindo participação em organização criminosa, tentativa de homicídio e extorsão com ameaças e violência.

Em ambos os casos, o apoio da Eurojust foi solicitado para facilitar uma solução para os MDE concorrentes. As Delegações Nacionais que receberam os MDE pretendiam a cooperação das Delegações Nacionais que emitiram os mandados. Foram realizadas **reuniões de nível II** para considerar que pedido devia ter prioridade, resultando num acordo entre as Delegações Nacionais envolvidas para solicitar a opinião da Eurojust sobre MDE concorrentes que formalmente avalia os MDE concorrentes e aconselha sobre a prioridade dos pedidos. Esta opinião é baseada no quadro legal aplicável e nas *Diretrizes da Eurojust para Decidir sobre MDE concorrentes* (consultar [Relatório Anual Eurojust 2004](#), pp. 82 – 86). Como resultado dos esforços de coordenação da Eurojust, foi alcançado um acordo entre as autoridades nacionais para executar os MDE, conforme apresentado nos pareceres da Eurojust.

No caso belga, um tribunal belga confirmou que ambos os MDE na Bélgica podem ser executados, mas não deu prioridade nos mandados. As autoridades judiciais belgas decidiram executar os pedidos conforme o acordo encontrado na Eurojust. Como a finalidade do MDE alemão era processar a pessoa requerida, foi dada prioridade neste mandado sobre o pedido holandês.

No caso francês, todos os MDE foram emitidos para efeitos de processos penais. De acordo com a opinião da Eurojust, a pessoa requerida devia ser entregue primeiro aos Países Baixos, devido, entre outras coisas, à fase mais avançada da investigação criminal holandesa. No entanto, para não desperdiçar as investigações luxemburguesas, a pessoa requerida devia ser entregue temporariamente ao Luxemburgo durante um pequeno período de tempo, permitindo uma decisão formal sobre a pronúncia no Luxemburgo. A Eurojust convidou as autoridades holandesas e luxemburguesas a consultarem-se diretamente no que respeita a uma entrega subsequente da pessoa requerida dos Países Baixos ao Luxemburgo após os tribunais holandeses chegarem ao veredito final.

## Casos de MDE



### Recomendação conjunta sobre conflitos de jurisdição

Num caso de burla, os carros alugados em Itália e Espanha foram exportados para Bélgica, Alemanha, França e Suíça, equipados com documentos de registo italianos e búlgaros falsificados. Foi lançada uma investigação italiana em 2013, após queixas de várias empresas de aluguer de automóveis italianas que reportaram uma perda de cerca de 2 milhões de euros. Também foram efetuadas queixas similares na Bélgica e em Espanha, e foram abertas investigações.

Foi iniciada uma investigação francesa sobre o mesmo GCO após uma busca de rotina na fronteira franco-espanhola, durante a qual foram encontrados veículos não licenciados dentro de um camião.

A França e a Itália abriram um caso. Foram realizadas reuniões de coordenação para identificar quaisquer investigações, trocar informações e concordar numa estratégia para o caso, para evitar possíveis conflitos de jurisdição. A investigação belga foi concluída em 2014, mas as investigações paralelas continuaram em Espanha, França e Itália. Foi solicitado à Eurojust que avaliasse se estas investigações paralelas podem conduzir a conflitos de jurisdição e a uma potencial situação *ne bis in idem*. Determinados veículos furtados e vários suspeitos eram comuns a três investigações e os crimes foram cometidos durante o mesmo período de tempo.

A análise dos factos e o *modus operandi* mostraram que a maioria dos crimes ocorreu em Itália. Os principais suspeitos estavam supostamente localizados em Itália e a maioria deles era de nacionalidade italiana. As autoridades italianas também tinham meios de prova significativos do caso. Foi elaborada uma recomendação conjunta, que as Delegações Nacionais de Espanha e Itália emitiram para as suas autoridades, para aceitar que a Itália estava em melhor posição para tratar dos processos no presente caso, tomar as medidas adequadas para uma transferência rápida dos respetivos processos e aceitar os processos transferidos por Espanha. As autoridades francesas apoiaram uma transferência dos processos para Itália.

As autoridades nacionais espanholas e italianas aceitaram a recomendação conjunta e as respetivas Delegações Nacionais na Eurojust facilitaram a troca de informações sobre o procedimento de transferências dos processos entre ambas as jurisdições. As autoridades italianas consideraram a recomendação como um guia útil sobre a aplicação e a interpretação das disposições legais sobre conflitos de jurisdição e transferência de processos, tendo em vista a legislação recentemente implementada.



Meeting of the Consultative Forum under the Dutch and Slovak EU Presidencies, June 2016

**Herman Bolhaar**, Presidente do Conselho dos Procuradores-Gerais da Holanda, e **Jozef Szabó**, Procurador-Geral Adjunto da Eslováquia, declararam:

*Esta reunião do Fórum Consultivo, a primeira convocada durante as presidências conjuntas, confirmou novamente que o Fórum é uma plataforma adequada para os representantes das procuradorias-gerais públicas dos Estados-Membros para trocar estratégias e melhores práticas para melhorar a cooperação policial e judicial internacional no combate ao crime organizado e grave, tendo em vista o reforço da dimensão judicial da Estratégia Interna da UE.*





# O foco do ano

Conflitos de jurisdição

# Diretrizes para decidir “Que jurisdição deve julgar?”

Revistas em 2016

## PARTE I: CONTEXTO

O aumento do crime transfronteiriço originou, ao longo dos anos, um correspondente aumento do número de casos em que vários Estados-Membros têm, ao abrigo das respectivas legislações nacionais, jurisdição para proceder criminalmente contra os agentes do crime.

A Eurojust tem vindo, de acordo com o seu mandato e desde a sua criação, a abordar a questão da escolha da jurisdição que se encontra melhor colocada para exercer a acção penal quando mais do que um Estado-Membro possui jurisdição. Para evitar a ocorrência e apoiar a resolução de conflitos de jurisdição que possam resultar numa violação do princípio *ne bis in idem*, e para garantir que as melhores práticas nesta matéria são utilizadas na União Europeia (UE), a Eurojust publicou, em 2003, as *Orientações para a tomada de decisão sobre “Como Decidir em que Jurisdição Deve Ser Exercida a Acção Penal?”*. As *Orientações* sugerem fatores a ter em consideração em casos multijurisdição e, desde a sua adoção, ajudaram as autoridades nacionais competentes a determinar a jurisdição mais bem colocada para proceder criminalmente em casos transfronteiriços. As *Orientações* também têm vindo a ajudar a Eurojust no desempenho da sua tarefa de aconselhar as autoridades nacionais competentes nesta matéria. Além disso, desde a sua publicação, as *Orientações* têm vindo a ser utilizadas por alguns Estados-Membros como um ponto de referência quando desenvolvem as suas próprias diretrizes ou legislação.

Tendo em consideração os desenvolvimentos no Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da UE, a experiência operacional obtida pela Eurojust ao longo de mais de uma década e as necessidades dos profissionais, expressas em várias ocasiões, a Eurojust vem agora publicar uma versão revista das suas *Orientações*.

Uma vez que a vasta maioria dos Estados-Membros não definiu critérios para decidir que país se encontra melhor colocado para o exercício da acção penal em casos transfronteiriços em que ocorram conflitos de jurisdição e perante a ausência, na UE, de um instrumento legal *horizontal* que regule esta matéria, as *Orientações* devem ser uma ferramenta flexível destinada a orientar as autoridades competentes e a lembrá-las dos fatores a considerar. Estas *Orientações* oferecem um ponto de partida comum sobre as bases em que uma decisão nesta matéria deve assentar. Não constituem regras vinculativas e em nada prejudicam o disposto nos instrumentos normativos internacionais, da UE e nacionais aplicáveis.

A expressão “Autoridades judiciárias” usada nestas *Orientações* refere-se a juízes, procuradores ou quaisquer outras autoridades competentes de acordo com a lei nacional.

## Quadro legal da UE

As *Orientações* têm em conta o quadro legal da UE relevante, em especial:

- ▶ A Decisão-Quadro 2009/948/JAI de 30 de novembro de 2009, sobre prevenção e resolução de conflitos de jurisdição em processos criminais. Esta Decisão-Quadro é atualmente o único instrumento da UE dedicado a esta matéria e prevê um mecanismo para consultas diretas entre as autoridades competentes com vista a alcançar uma solução eficaz, bem como a evitar quaisquer consequências adversas decorrentes da pendência, em simultâneo, de processos paralelos. No preâmbulo deste instrumento normativo é feita referência a alguns factores relevantes a levar em conta pelas autoridades competentes, aí se incluindo os referidos nas *Orientações* da Eurojust de 2003 (considerando 9).
- ▶ Outros instrumentos legais que regem em matéria criminal, em especial textos relacionados com tipos de crime específicos, como a Decisão-Quadro 2002/475/JAI de 13 de junho de 2002, sobre o combate ao terrorismo (Artigo 9) e a Decisão-Quadro 2008/841/JAI de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra o crime organizado (Artigo 7), incluem disposições que se referem aos fatores a ter em conta com o objetivo de centralizar os processos num único Estado-Membro, quando mais do que um Estado-Membro puder validamente exercer a acção penal com base nos mesmos factos.
- ▶ As disposições relacionadas com o auxílio a prestar pela Eurojust na facilitação da cooperação e da coordenação entre autoridades nacionais incluem:
  - O artigo 85(1)(c) do Tratado sobre o Funcionamento da UE;
  - Os artigos 6, 7 (Opiniões não vinculativas e recomendações da Eurojust) e 13(7) (Obrigações dos Estados-Membros de informar a Eurojust em casos em que os conflitos de jurisdição ocorreram ou possam ocorrer) da Decisão do Conselho 2002/187/JAI relativa à criação da Eurojust, alterada pela Decisão 2009/426/JAI do Conselho;
  - O artigo 12 e considerandos 4, 9, 10 e 14 da Decisão-Quadro 2009/948/JAI; e
  - O artigo 7 da Decisão-Quadro 2008/841/JAI.

## PARTE II: DIRETRIZES PRÁTICAS

### Princípios chave

- ▶ “*Ne bis in idem*” é um princípio básico do processo penal, regulado quer a nível nacional, quer a nível da UE quer, ainda, a nível internacional. De acordo com este princípio, ninguém pode ser processado mais de uma vez pela mesma conduta criminal, independentemente de o primeiro processo ter conduzido a uma condenação ou a uma absolvição. No âmbito do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da UE, as principais fontes legais que consagram este princípio são os Artigos 54, 55, 56, 57 e 58 da Convenção para a Implementação do Acordo de Schengen (CISA), e o Artigo 50 da Carta dos Direitos Fundamentais da UE, artigos estes que devem ser interpretados à luz da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia. (Para uma visão geral da jurisprudência do Tribunal de Justiça no que respeita ao princípio *ne bis in idem*, consultar o documento da Eurojust, *The principle of ne bis in idem in criminal matters in the case-law of the Court of Justice of the European Union*.)

Estas *Orientações* conformam-se plenamente com o princípio *ne bis in idem* e procuram reforçá-lo.

- ▶ Em sintonia com a Decisão-Quadro 2009/948/JAI (considerando 12), estas *Orientações* suportam totalmente o entendimento de que, no âmbito de um espaço europeu comum de Liberdade, Segurança e Justiça, o princípio da legalidade imposto pela lei de processo penal em vários Estados-Membros, deve considerar-se respeitado quando qualquer Estado-Membro garantir que um determinado crime é objecto de procedimento criminal.
- ▶ Cada caso é único, e, consequentemente, qualquer decisão tomada no que respeita à jurisdição que está melhor colocada para proceder criminalmente deve ser baseada nos factos e no mérito de cada caso individual. Todos os fatores relevantes devem ser considerados no melhor interesse da justiça.
- ▶ Para alcançarem uma decisão, as autoridades judiciais devem pesar cuidadosa e judiciosamente todos os fatores, sejam eles contrários ou favoráveis à instauração do procedimento na jurisdição em apreço.
- ▶ As autoridades judiciais deverão identificar todas as jurisdições onde, para além de ser possível a instauração do procedimento penal, é igualmente possível antecipar com razoabilidade que tal procedimento poderá efectuar-se com sucesso.
- ▶ No âmbito das discussões sobre a resolução destes casos, as autoridades judiciais deverão explorar todas as possibilidades fornecidas pelas convenções internacionais em vigor e pelos instrumentos da UE com vista a, por exemplo, obter meios de prova transfronteiriços, transmitir processos ou proceder à entrega de pessoas.

- ▶ A decisão tem de ser sempre equilibrada, independente e objetiva, e deve ter em consideração a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, assegurando que os direitos e garantias processuais de qualquer arguido, já constituído ou potencial, serão protegidos.

### O que fazer?

- ▶ Assim que forem detetados processos paralelos, as autoridades competentes dos Estados-Membros envolvidos devem entrar em contacto umas com as outras.

No âmbito do seu mandato, a Rede Judiciária Europeia (RJE) pode prestar auxílio às autoridades competentes, desde logo facilitando as comunicações ou identificando e fornecendo os dados de contacto das pertinentes contrapartes.

- ▶ Identificadas as autoridades judiciais envolvidas, devem estas estabelecer mecanismos de cooperação e coordenar as respectivas actividades, com vista a evitar a duplicação de esforços e o desperdício de recursos, bem como a assegurar o respeito pelo princípio *non bis in idem*. Na maioria dos casos, o diálogo, a confiança mútua e a coordenação entre as autoridades competentes permitem encontrar uma solução.
- ▶ Quando se coordenem entre si, no contexto da pendência de processos paralelos, as autoridades judiciais competentes deverão considerar a possibilidade de concentrar o exercício da acção penal numa única jurisdição, posto que tal concentração seja exequível, tomando em conta o impacto que o procedimento contra os arguidos numa jurisdição pode ter nos procedimentos pendentes nas outras jurisdições. Todos os esforços deverão ser feitos para impedir que o exercício da acção penal num país possa prejudicar os procedimentos em curso nos outros países.
- ▶ A decisão sobre a jurisdição melhor colocada para o exercício da acção penal deve ser alcançada o mais cedo possível, nas fases precoces da investigação e do processo, e em total sintonia com todas as autoridades relevantes em cada jurisdição.
- ▶ A Eurojust encontra-se numa posição privilegiada para prestar auxílio às autoridades judiciais envolvidas, nos seus esforços para cooperarem e para encontrarem soluções adequadas. Tal auxílio poderá ser solicitado a qualquer momento e no decurso de qualquer um dos passos anteriormente indicados. A Eurojust poderá, igualmente, contribuir para identificar processos pendentes em Estados-Membros em que tais conflitos possam ocorrer (*consultar* abaixo).



## Fatores principais

Ao tomar uma decisão sobre a jurisdição que se encontra em melhor posição para o exercício da acção penal, as autoridades envolvidas devem levar em consideração diversos fatores. Todos estes fatores podem afetar a decisão final. A prioridade e a ponderação que devem ser dados a cada fator serão diferentes em cada caso. Alguns dos fatores que devem ser considerados são:

**Territorialidade** Deve ser efectuada uma avaliação preliminar assente na presunção de que, se possível, um processo deve correr na jurisdição em que teve lugar a maior parte - ou a parte mais relevante - da actividade criminosa ou em que se verificou o prejuízo mais importante. Ambas as dimensões quantitativa (maior parte) e qualitativa (parte mais relevante) devem, pois, ser consideradas.

**Localização dos suspeitos/arguidos** No que respeita a este fator, vários elementos podem ser considerados, nomeadamente:

- ▶ o local onde o suspeito/arguido foi encontrado;
- ▶ a nacionalidade ou o local de residência habitual do suspeito/arguido;
- ▶ a maior ligação do suspeito/arguido a um determinado Estado-Membro ou outros ineteresses relavantes do mesmo;
- ▶ a possibilidade de garantir a entrega ou extradição do suspeito/arguido para outra jurisdição; e
- ▶ a possibilidade de transmitir os processos à jurisdição onde o suspeito/arguido está localizado.

Em situações de co-autoria, em que vários arguidos possam ser identificados, deve levar-se em conta não apenas o seu número mas também o grau de envolvimento e o tipo de participação de cada um deles, bem como a respectiva localização. Também aqui as dimensões qualitativa e quantitativa são relevantes.

A ponderação destes elementos deve levar, igualmente, em consideração os pertinentes instrumentos jurídicos da UE, nomeadamente aqueles que aplicam o princípio do reconhecimento mútuo, uma vez que tais instrumentos podem ter um impacto significativo na avaliação deste factor e, consequentemente, na decisão final sobre a jurisdição melhor colocada para o exercício da acção penal. Por exemplo: a aplicação conjugada da Decisão-Quadro 2008/909/JAI relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia e da Decisão-Quadro 2002/584/JAI relativa ao Mandado de Detenção Europeu pode fazer com que o critério da localização do arguido tenha, no caso

concreto, importância secundária, porque facilitam a transferência entre Estados Membros de pessoas que tenham de cumprir penas de prisão.

**Disponibilidade e admissibilidade de meios de prova** As autoridades judiciais só podem exercer a acção penal se possuírem meios de prova admissíveis, fiáveis e credíveis. A localização e a disponibilidade de provas recolhidas de forma adequada, tal como a sua admissibilidade e aceitação pelo tribunal devem ser consideradas. Não obstante ser de esperar que a entrada em vigor da Directiva 2014/41/UE relativa à Decisão Europeia de Investigação venha a facilitar aquisição de provas dentro do espaço da União Europeia, a quantidade e a qualidade dos meios de prova disponíveis em cada uma das jurisdições envolvidas deve ser levada em conta.

**Obtenção de depoimentos de vítimas, testemunhas e peritos** As autoridades judiciais terão de considerar a possibilidade de obter depoimentos de vítimas, testemunhas e peritos, incluindo, se necessário, a sua disponibilidade para viajar para outra jurisdição a fim de ali serem ouvidas. A possibilidade de receber o seu testemunho por escrito ou outros meios, como remotamente por telefone ou videoconferência, também deve ser considerada.

**Proteção de testemunhas** As autoridades judiciais devem sempre procurar garantir que nenhuma testemunha ou qualquer outra pessoa que esteja a colaborar no processo correrá perigo. Quando tomar uma decisão sobre a jurisdição melhor colocada para o procedimento, os fatores a ter em consideração podem incluir, por exemplo, a possibilidade de uma jurisdição ter um programa de proteção de testemunhas, enquanto outra jurisdição não tem essa possibilidade.

**Interesses de vítimas** De acordo com a Directiva 2012/29/UE relativa aos direitos das vítimas, as autoridades judiciais devem considerar os superiores interesses das vítimas, incluindo a sua proteção, e ponderar se tais interesses seriam prejudicados se qualquer ação judicial tivesse lugar numa jurisdição em detrimento de outra. A consideração a fazer sobre os interesses das vítimas deverá incluir a possibilidade de as mesmas poderem pedir uma compensação.

**Fase processual** A fase em que se encontre cada um dos processos nos Estados-Membros interessados deve ser considerada. Quando uma investigação já está numa fase adiantada numa jurisdição, a transferência do caso para outra jurisdição pode não ser adequada.

**Duração dos processos** Embora o tempo não deva ser o fator determinante para escolher a jurisdição, quando os demais fatores forem equivalentes, as autoridades judiciais devem considerar a duração que os processos terão até que estejam concluídos numa jurisdição específica (*"justiça atrasada é justiça recusada"*).



**Requisitos legais** O quadro jurídico existente, incluindo obrigações impostas e requisitos exigidos por cada jurisdição, deve ser objecto de uma consideração que tenha também em conta todos os efeitos possíveis de uma decisão para proceder criminalmente numa jurisdição em vez de outra e o resultado potencial em cada uma dessas jurisdições. No entanto, as autoridades judiciais não devem optar por uma jurisdição em vez de outra simplesmente para evitarem obrigações jurídicas que se aplicam numa jurisdição, mas não na(s) outra(s).

**Poderes de condenação** Embora deva garantir-se que as sanções potencialmente aplicáveis refletem a gravidade da conduta criminal sujeita a procedimento, as autoridades judiciais não devem optar por uma jurisdição apenas porque ali as potenciais penas são mais elevadas do que noutra jurisdição. Do mesmo modo, os poderes de condenação dos tribunais nas diferentes jurisdições não devem constituir um fator determinante para decidir onde um caso deva ser sujeito a procedimento.

**Produtos do crime** Os instrumentos jurídicos internacionais e da UE aplicáveis e, nomeadamente, os instrumentos de reconhecimento mútuo da UE sobre apreensão e perda, devem ser levados em conta no momento de avaliar a possibilidade de bloquear, recuperar, apreender e confiscar os produtos do crime. No entanto, as autoridades judiciais não devem escolher uma jurisdição em vez de outra apenas porque numa delas o procedimento permitiria uma recuperação mais efetiva dos produtos do crime.

**Custas e recursos** Embora as autoridades judiciais devam ponderar os custos e os recursos disponíveis, as despesas a suportar, ou o seu impacto nos recursos de uma procuradoria, não devem ser um fator para decidir a favor de uma jurisdição em vez de outra, exceto se todos os demais fatores forem de relevância equivalente em todas as jurisdições envolvidas.

**Prioridades dos Estados-Membros** As autoridades judiciais não devem recusar o recebimento de um processo na sua jurisdição com o fundamento de o crime ali em causa não ser uma prioridade no seu Estado-Membro.

## Apoio da Eurojust

- ▶ A ajuda da Eurojust pode ser solicitada, a qualquer momento, por qualquer autoridade judiciária envolvida.
- ▶ No âmbito do seu mandato, e de preferência numa fase inicial, a Eurojust pode facilitar consultas e contactos preliminares entre autoridades competentes, coordenar as ações, incentivar e apressar a troca de informações com vista à obtenção um quadro completo dos casos, garantir uma aplicação rápida de instrumentos de cooperação judiciária, clarificar ligações entre as diferentes partes das redes criminosas e facilitar as decisões subsequentes sobre que jurisdição deve proceder criminalmente. Nos casos em que a Eurojust ainda não esteve envolvida e as autoridades competentes não conseguiram chegar a um consenso sobre qualquer decisão eficaz no contexto das consultas diretas fornecido pela Decisão-Quadro 2009/948/JAI, a matéria deverá, se adequado, ser referida à Eurojust por qualquer autoridade competente envolvida.
- ▶ A Eurojust pode detetar precocemente processos paralelos e fornecer de forma proativa o seu apoio às autoridades nacionais, graças às informações sobre casos em que os conflitos de jurisdição ocorreram ou possam provavelmente ocorrer, recebidas de Estados-Membros em conformidade com a Decisão do Conselho relativa à Eurojust.
- ▶ Nas reuniões de coordenação realizadas pela Eurojust, as autoridades competentes dos Estados-Membros envolvidos podem encontrar-se e discutir os assuntos rapidamente com o apoio dos Membros Nacionais. Além disso, as equipas de investigação conjuntas (JIT) podem ser uma ferramenta útil para evitar e resolver conflitos de jurisdição, porque, no âmbito de uma JIT, as autoridades competentes também podem acordar que jurisdição pode processar e por que crimes.
- ▶ Ao atuar através dos seus Membros Nacionais (individualmente ou em conjunto) ou como um Colégio, a Eurojust pode emitir recomendações e opiniões não vinculativas solicitando às autoridades competentes que considerem aceitar que uma delas está em melhor posição para fazer uma investigação ou exercer a ação penal por atos específicos.







Administração



## 5.1 Apoio ao trabalho operacional e estratégico

A Administração da Eurojust apoiou o Colégio no seu trabalho operacional e quando funciona como um Conselho de Administração. Em 2016, o Colégio realizou 26 reuniões operacionais e 7 reuniões do Conselho de Administração. Além disso, o Colégio realizou dois Eventos de Planeamento para discutir desenvolvimentos organizacionais e planeamento estratégico. O *Manual de Operações da Eurojust*, aprovado em novembro pelo Colégio, fornece diretrizes para a ajuda da Administração às Delegações Nacionais no tratamento de casos, um marco na consolidação de uma abordagem comum e inclusiva à gestão de casos na organização.

**Tópicos operacionais** As autoridades nacionais solicitaram à Eurojust para recolher informações e fornecer aconselhamento jurídico sobre os seguintes tópicos:

- ▶ julgamentos do TJUE para interpretar os termos jurídicos “autoridade judicial” e decisão judicial” no contexto da Decisão-Quadro relativa ao MDE;

- ▶ o reconhecimento do “rapto parental” de um Estado-Membro para outro como um crime;
- ▶ Artigos 18 e 19 da Decisão-Quadro relativa ao MDE em relação à “transferência temporária” e a “audição da pessoa”;
- ▶ combatentes terroristas estrangeiros;
- ▶ a interceção de conversações através de vírus de tipo Cavalo de Troia ativados remotamente em smartphones; e
- ▶ direito processual aplicável a situações urgentes (por exemplo, estados de emergência).

**Discussões temáticas** O Colégio trocou conhecimentos e melhores práticas em áreas de interesse operacional especial para a Eurojust: relatórios de avaliação em ciência forense e interceção de comunicações.

## 5.2 Reorganização da Administração

Uma nova estrutura organizacional para a Administração, de acordo com uma proposta do Diretor Administrativo *ad interim* e adotada pelo Colégio, será implementada a partir de janeiro de 2017. O princípio chave subjacente à reorganização é a utilização ótima dos recursos e a criação de sinergias para apoiar as necessidades operacionais da Eurojust. Uma nova Unidade de Operações, resultante da fusão entre a Unidade de Análise de Casos e partes da Unidade de Serviço Jurídico, atua como um ponto

único para as Delegações Nacionais e o Colégio. A Unidade de Operações aplicará uma abordagem multidisciplinar para fornecer os seus serviços de apoio ao trabalho operacional. Para reforçar a governação empresarial da Eurojust e capacidades de comunicação e melhorar o perfil da Eurojust para os interessados, serão criados um Gabinete de Comunicação Empresarial, um Gabinete de Assuntos Institucionais e um Gabinete de Relatórios, Programação e Planeamento.

## 5.3 Pessoal e orçamento

**Pessoal** No fim de 2016, a Eurojust tinha 347 colaboradores, incluindo 72 Membros Nacionais, Adjuntos e Assistentes, 196 Agentes Temporários, 31 Agentes a Contrato, 21 Peritos Nacionais Destacados, 8 Funcionários Eventuais e 19 Estagiários. A Eurojust cumpriu as suas obrigações relativamente aos 5 por cento de reduções para as agências descentralizadas.

Em paralelo com esta redução de recursos administrativos, a Eurojust recebeu três novos postos operacionais das autoridades orçamentais como complementos para os alvos estipulados no Quadro Financeiro Multianual para apoiar

o aumento de exigências relacionadas com o trabalho em contraterrorismo, cibercrime e introdução clandestina de migrantes.

**Orçamento** O orçamento da Eurojust para 2016, 43 539 737 €, incluiu um montante específico de 6 980 000 € para o novo projeto das instalações. Este orçamento foi 7 por cento mais baixo do que o originalmente solicitado pela Eurojust. Devido a esta limitação, e para garantir a entrega do nosso trabalho operacional a pedido e a capacidade para cumprir as obrigações legais, o Programa de Trabalho da Eurojust 2016 foi modificado para dar prioridades às atividades da agência. Alguns



desenvolvimentos das TI foram adiados e várias reuniões foram canceladas, como a reunião com os correspondentes nacionais para a Eurojust e a reunião com os pontos de contactos da Eurojust em Estados terceiros, garantindo a implementação orçamental completa para os casos e as reuniões de coordenação. Os recrutamentos foram adiados, resultando numa taxa de desocupação de 3,45 por cento. Até determinado grau, o adiamento da entrega do novo edifício aliviou a pressão orçamental para o fim do ano financeiro, e foi alcançada uma taxa de execução do orçamento de 99,89 por cento.

**Relatório de Atividade Anual Consolidado** Como indicado no Artigo 47 do Regulamento Financeiro da Eurojust, o *Relatório de Atividade Anual Consolidado* (CAAR) é preparado pelo Diretor Administrativo para comunicar as concretizações da agência durante o ano. O CAAR detalha o nível de implementação alcançado dos objetivos do Programa de Trabalho Anual da Eurojust, com base nos Indicadores de Desempenho Chave, assim como os recursos financeiros e humanos atribuídos e os controlos internos aplicados. O CAAR é enviado para as autoridades orçamentais anualmente a 1 de julho, e pode ser encontrado no sítio Web da Eurojust.

## 5.4 Desenvolvimentos organizacionais

Como um seguimento da avaliação da Eurojust e das suas atividades de acordo com o Artigo 41a da Decisão do Conselho da Eurojust e em linha com o plano de ações para implementação de recomendações adotadas pelo Colégio em 2015, um grupo de trabalho foi criado para rever e otimizar as estruturas de trabalho internas e definir prioridades. Em 2016, o Colégio tomou decisões, incluindo: (i) recursos e serviços aumentados da Administração para apoiar o trabalho operacional; (ii) passos concretos para uma inserção comum e harmonizada, processamento e eliminação de dados no CMS; e (iii) um número limitado de projetos de trabalho da polícia nas áreas das prioridades do crime.

A Administração continua a ajudar o Colégio na monitorização e na análise do impacto dos desenvolvimentos legislativos relativos aos Regulamentos sobre a Eurojust e a criação da PE. O Conselho alcançou uma abordagem geral ao Regulamento da Eurojust em fevereiro de 2015, excluindo as disposições ligadas à PE.

Em 2016, a Eurojust partilhou os seus pontos de vista com a Comissão, o Conselho e o Parlamento Europeu no que respeita à sua cooperação com a futura PE baseada na sua competência e experiência prática em cooperação judiciária em matérias criminais, bem como as suas preocupações relativamente ao possível impacto nos seus recursos.



Equipa de Gestão da Eurojust após a reorganização da Administração

## 5.5 Novas instalações

A construção das novas instalações da Eurojust continuou conforme planeado em 2016, e o programa permaneceu dentro do prazo estipulado. Em 1 de abril, o ponto mais elevado da construção foi alcançado, marcando o início da fase de construção final para a entrega do edifício pelo empreiteiro ao Estado anfitrião e à Eurojust entre dezembro de 2016 e o fim do primeiro trimestre de 2017.

A Eurojust espera mudar para as novas instalações no fim do segundo trimestre de 2017, entrega pendente de acordo com o programa de requisitos da Eurojust.



### Um exemplo dos produtos da Eurojust em 2016:



### Acesso público a documentos

O número de pedidos de [acesso público aos documentos da Eurojust](#) diminuiu em 2016, com um total de 15 pedidos em comparação com os 18 em 2015. Além disso, a Eurojust recebeu três pedidos de consulta de acordo com o Artigo 4 (4) do Regulamento 1049/2001, como um autor terceiro do documento solicitado. Não foram recebidas aplicações confirmatórias em 2016. A Eurojust continuou a atualizar o [Registo Público](#) de documentos acessíveis através do sítio Web da Eurojust. A lista crescente de documentos disponibilizados diretamente ao público foi concebida para facilitar o acesso dos cidadãos aos documentos da Eurojust sem necessidade de um pedido formal de acesso aos documentos, e aumentar a transparência e a disponibilidade de informações acerca das atividades da Eurojust.



A Eurojust  
e as redes  
de profissionais





Os Secretariados da Rede Judiciária Europeia (RJE), da Rede de Peritos Nacionais em Equipas de Investigação Conjuntas (Rede das JIT) e da Rede Genocídio (Investigação e processos de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra (Rede Genocídio) estão na Eurojust com os seus recursos próprios. Os seus membros fazem parte do pessoal da Eurojust.

## 6.1 RJE

A [Rede Judiciária Europeia](#), criada em 1998, é uma rede de pontos de contacto nacionais nomeados pelos Estados-Membros para facilitar a cooperação judicial em matérias criminais. Os pontos de contactos da RJE ajudam os profissionais numa base diária com aconselhamento legal e prático, e com o estabelecimento de contactos diretos entre as autoridades nacionais competentes. O Secretariado da Eurojust foi criado em 2003.

**Reuniões** As reuniões plenárias da RJE decorreram em Amesterdão e em Bratislava. Os tópicos discutidos foram o tráfico de seres humanos/exploração laboral, as investigações financeiras, os meios de prova eletrónicos, a cooperação e as sinergias com a Rede Europeia dos Direitos das Vítimas (REDV) e a RJE. Foram realizadas três reuniões na Eurojust: a reunião ordinária, a reunião de Correspondentes Nacionais e a reunião de Correspondentes Instrumentais.

Foram realizadas reuniões regionais da RJE na Alemanha, Holanda, Áustria, Portugal e Roménia. Foram realizadas reuniões nacionais da RJE na Letónia, Polónia, Roménia e Reino Unido. Estas reuniões permitiram aos pontos de contacto da RJE e às autoridades locais discutirem a cooperação judicial internacional em diferentes áreas, incluindo as relações entre a RJE e a Eurojust. Representantes

Os Secretariados oferecem serviços às Redes e facilitam a cooperação com o Colégio e as Delegações Nacionais nas suas áreas comuns de ação. A Eurojust também fornece apoio jurídico, administrativo e financeiro ao Fórum Consultivo de Procuradores-Gerais dos Estados-Membros da União Europeia (Fórum Consultivo).

das Delegações Nacionais da Eurojust participaram nestas reuniões.

**Cooperação com a Eurojust** A RJE e a Eurojust continuaram a implementar os seus planos de ação na Sexta Ronda de Avaliações Mútuas nos Estados-Membros.

Como parte da reunião plenária da RJE durante a presidência holandesa, os pontos de contactos da RJE conheceram os seus colegas das Delegações Nacionais da Eurojust em workshops bilaterais para discutirem como garantir o melhor apoio possível aos profissionais ao reforçar as sinergias entre a RJE e a Eurojust. Em muitos casos, foi confirmada a boa cooperação. A importância de consultas e contactos regulares e estreitos entre os pontos de contactos da RJE e as Delegações Nacionais da Eurojust foi realçada. Como resultado geral, será revisto o papel conjunto.

**Sítio Web da RJE** Várias secções do sítio Web foram atualizadas. Foi publicada uma nova versão do Compêndio. Esta ferramenta apoia a elaboração de todos os tipos de pedido para cooperação judicial, com base no MLA ou em instrumentos de reconhecimento mútuo.

Foram criadas novas versões para a secção na Biblioteca Judicial sobre o estado da implementação dos instrumentos jurídicos. Além disso, o Secretariado da RJE desenvolveu uma nova ferramenta de relatório online para as atividades dos pontos de contactos da RJE, pronta para utilização desde janeiro de 2017.

A RJE continuou a desenvolver as suas relações com outras redes judiciais e Estados terceiros. Os detalhes de contacto estão disponíveis para os pontos de contacto da RJE numa nova secção do sítio Web da RJE chamada “Cooperação com Estados terceiros e redes judiciais”.

**Formação** O Secretariado da RJE organizou o sétimo curso de formação linguística para os pontos de contacto da RJE em colaboração com a REFJ. Durante uma semana, os pontos de contacto tiveram a oportunidade de melhorar as suas competências linguísticas e informar outros participantes acerca do funcionamento da RJE e do seu sítio Web.

### Documento Conjunto Eurojust-RJE

O Documento Conjunto, [Assistência na Cooperação Internacional em Matéria Penal para Profissionais, Rede Judiciária Europeia \(RJE\) e Eurojust, O que podemos fazer por si?](#), está disponível em todos os idiomas oficiais da UE e está publicado nos sítios Web da RJE e da Eurojust. Informa os profissionais dos serviços e da ajuda que é possível fornecer pela RJE e pela Eurojust para garantir que a RJE e a Eurojust tratam dos casos dentro dos seus mandatos, utilizam o tempo e os recursos eficazmente e evitam a duplicação do trabalho.



## 6.2 Rede de JIT

A [Rede das JIT](#) é uma rede de pontos de contacto policiais e judiciais nacionais criada em 2005 para estimular a utilização das JIT e fomentar a troca de informações e de melhores práticas. O Secretariado da Eurojust foi criado em 2011. Desde 2013, o Secretariado gere o programa de subvenções criado pela Eurojust para fornecer apoio financeiro às atividades das JIT (*consultar* secção 1.4).

**Reunião anual** A 12ª reunião anual de Peritos Nacionais das JIT decorreu em junho, com um foco específico nos desafios e nas oportunidades oferecidos pelas JIT nos casos de introdução clandestina de migrantes. Ao longo de dois dias, peritos e profissionais de toda a Europa, bem como outros interessados e agências relevantes, discutiram passos concretos para melhorar a utilização das JIT na introdução clandestina de migrantes. As [Conclusões](#) da reunião estão disponíveis no sítio Web da Eurojust.

**Projetos** A Rede das JIT reviu [dois documentos úteis para os profissionais](#), que também estão disponíveis no sítio Web da Eurojust: o **Manual das JIT**, que foi completamente melhorado para servir como um guia prático das JIT, incluindo uma secção de “perguntas frequentes”, e o **Acordo do modelo das JIT**, que foi

revisto com o objetivo de simplificar o modelo e incorporar várias emendas derivadas da análise de acordos existentes. Foi recomendada pelo Conselho de Ministros na forma de Resolução.

A Rede das JIT continuou a recolher informações sobre a legislação nacional das JIT (novos resumos publicados para DK, IT, LV, HU, PL, PT, FI e UK) e a prática (20 novas avaliações das JIT iniciadas). Estas informações estão disponíveis na área restrita das JIT, uma plataforma Web à qual os profissionais da UE podem requerer acesso.

**Formação** Além do curso *Equipas de Investigação Conjuntas* (*consultar* capítulo 3) e das conclusões da reunião anual, a Rede das JIT e o seu Secretariado contribuíram para uma formação das JIT especificamente orientada para os desafios nos casos de introdução clandestina de migrantes. Este evento foi organizado em cooperação com a CEPOL, a REFJ e a Convenção de Cooperação da Polícia para o Secretariado do Sudeste Europeu (PCC-SEE), e durante três dias juntou 25 participantes de Estados-Membros e terceiros afetados por este tipo de criminalidade organizada para melhorar a utilização das JIT nesta área.

## 6.3 Rede Genocídio

A [Rede Genocídio](#) foi criada em 2002 para assegurar uma estreita cooperação entre as autoridades nacionais de investigação e a repressão desses crimes contra a humanidade e crimes de guerra, através do intercâmbio de informações operacionais, boas práticas e experiências. É uma rede de profissionais, investigadores, procuradores e funcionários MLA. O Secretariado foi criado em julho de 2011.

**Reuniões** Duas reuniões plenárias tiveram lugar na Eurojust e focaram-se nos desafios práticos do caso contra os líderes das Forças Democráticas pela Libertação do Ruanda (FDLR) na Alemanha e nos crimes relacionados com o saque e a destruição de locais de herança cultural na Síria e no Iraque. As [conclusões](#) de ambas as reuniões anuais estão disponíveis no sítio Web da Eurojust. Além disso, foi organizada uma reunião *ad hoc* para discutir e avançar as investigações nacionais em relação ao conflito armado em curso na Síria, tendo em conta o fluxo substancial de refugiados sírios para o território da União Europeia, entre eles vítimas, testemunhas e autores das atrocidades. Os relatórios das reuniões foram publicados como documentos do Conselho 10169/16 e 13409/16.

O [Primeiro Dia da UE contra a Impunidade](#) foi organizado em 23 de maio pela presidência holandesa, a Rede Genocídio, a Eurojust e a Comissão Europeia. O objetivo do evento anual é aumentar a sensibilidade para os crimes mais hediondos, promover as investigações e os processos nacionais, abordar a posição e a participação das vítimas em processo criminais, e revigorar o empenhamento alargado da UE para combater a impunidade para estes crimes. O resultado foi publicado como documento do Conselho 10233/16.

**Formações** Em outubro, a Rede Genocídio implementou um programa de formação sobre investigação e processo de violência sexual relacionada com conflitos, em cooperação com peritos do Tribunal Criminal Internacional para a antiga Jugoslávia (ICTY) e a Equipa da ONU sobre o Primado do Direito. A Rede Genocídio continuou a sua cooperação com a REFJ na implementação de programas de formação para juizes e procuradores, e começou a cooperar com a CEPOL para desenvolver um programa de formação focado em aspetos investigativos de crimes internacionais.

**Projetos** Foram realizadas várias avaliações e recolhas de dados factuais em 2016. O questionário mais completo avaliou a aplicação atual da Decisão 2003/335/JHA do Conselho sobre a criação de unidades especializadas a nível nacional para investigar e processar crimes internacionais. O racional de ter essas unidades reside em ter

conhecimentos especializados para tratar de desafios práticos e jurídicos complexos, reter competências, melhores práticas e lições aprendidas dentro da mesma unidade. O trabalho também abrangeu assuntos relacionados com a proteção e a participação de vítimas no processo judicial. O resultado foi publicado como documento do Conselho 10234/16.

## 6.4 Fórum Consultivo

O **Fórum Consultivo** foi criado em 2010 para reforçar a cooperação judiciária internacional e a confiança mútua, e para fornecer informações especializadas às instituições da UE para o desenvolvimento do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça.

**Reunião conjunta** Após reflexão sobre o conteúdo e o formato futuros, 2016 foi o primeiro ano em que as presidências da UE organizadoras convocaram uma reunião conjunta. O Conselho dos Procuradores-Gerais dos Países Baixos e a Procuradoria-Geral da Eslováquia convocaram em conjunto a 11ª reunião do Fórum Consultivo em junho, que se focou nos mais recentes desenvolvimentos do cibercrime, terrorismo e introdução clandestina de migrantes, assim como na cooperação com Estados terceiros na luta contra o crime organizado e grave.

**REFJ** O Fórum Consultivo discutiu o resultado do seminário estratégico, *Keys to Cyberspace*, no que respeita aos desafios frequentes encontrados pelos procuradores na investigação e na ação judicial de cibercrime, focando-se na cooperação com os fornecedores de serviços e encriptação. Deram as boas-vindas à iniciativa da presidência holandesa da UE para estabelecer a REFJ como uma forma para fomentar os contactos entre os profissionais judiciários do cibercrime nos Estados-Membros e aumentar a eficiência na investigação e na ação judicial de casos de cibercrime.

**Resposta judiciária ao terrorismo e à emigração clandestina** Os representantes dos Estados-Membros interessados partilharam a sua experiência no que

respeita ao reforço da resposta judiciária a ameaças terroristas e aos ataques terroristas recentes em França e na Bélgica. Foram fornecidas informações no que respeita aos desafios enfrentados e às lições aprendidas na investigação e nos processos de casos de introdução clandestina de migrantes, em especial relativamente à atribuição da jurisdição no alto-mar, e o valor acrescentado de considerar esse tipo de crime como um crime organizado grave.

Foi realçada a necessidade de reforçar e otimizar a cooperação judiciária internacional através de contactos melhorados entre os profissionais e a partilha de legislação e melhores práticas, bem como fomentar investigações, por exemplo, através da utilização de técnicas de investigação especiais e as JIT, se adequado.

**Cooperação com Estados terceiros chave** Foram trocados pontos de vista sobre desafios jurídicos e práticos encontrados e possíveis formas de melhorar a cooperação com as autoridades judiciárias de Estados terceiros no que respeita à execução de pedidos de MLA, troca de informações e recolha de meios de prova. A Eurojust forneceu informações sobre as suas atividades em curso no campo das relações externas, realçando o valor acrescentado dos acordos de cooperação, os magistrados de ligação destacados na Eurojust e a sua rede de pontos de contacto judiciários em Estados terceiros para facilitar a cooperação judiciária.

As **conclusões** da reunião estão disponíveis no sítio Web da Eurojust.

## Agradecimentos



Agradecemos a **Francisco Jiménez Villarejo**, Membro Nacional de *Espanha*, pelo seu trabalho e valiosa contribuição como vice-presidente do Colégio da Eurojust de novembro de 2013 a novembro de 2016.

## Obrigado a todos e saudações



**Petter Sødal**, Magistrado de Ligação da *Noruega* na Eurojust de outubro de 2013 a agosto de 2016



**Klaus Rackwitz**, Diretor Administrativo de outubro de 2011 a setembro de 2016





ISBN: 978-92-9490-122-4



**EUROJUST**

**Maanweg 174, 2516 AB The Hague, Netherlands**

**Phone: +31 70 412 5000 - E-mail: [info@eurojust.europa.eu](mailto:info@eurojust.europa.eu) - Website: [www.eurojust.europa.eu](http://www.eurojust.europa.eu)**